

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Rosa Varela Gomes.

Agradecimentos

A elaboração de uma dissertação de mestrado, embora seja um trabalho solitário, só é possível com a colaboração de terceiros a quem me cumpre expressar gratidão.

Em primeiro lugar quero agradecer à minha orientadora, a Professora Doutora Rosa Varela Gomes. Muito grato pela disponibilidade, apoio, sugestões e críticas que me tornaram melhor investigador e permitiram a realização de um melhor trabalho.

Gostaria também de endereçar um muito obrigado ao Doutor Luís Sebastian, por me disponibilizar os materiais em estudo nesta dissertação, assim como pelos documentos fornecidos e informações prestadas acerca do Mosteiro de São João de Tarouca.

Agradeço também ao Padre António Seixeira, pároco de Salzedas, pela sua amabilidade e disponibilidade em ajudar em diversas tarefas logísticas e administrativas.

Aos amigos um grande obrigado. Uns mais presentes, outros menos, mas sempre a ajudar o melhor que podem e sabem.

Quero deixar um agradecimento muito especial ao meu pai, mãe e irmã. Sem eles, nada disto seria possível. Obrigado por tudo.

Por último, quero agradecer a todas as pessoas que me ajudaram, de uma forma ou noutra, neste percurso que foi a conclusão do mestrado.

A Cerâmica Preta do Mosteiro de São João de Tarouca

Bruno Gonçalves da Costa

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Cerâmica Comum, Cerâmica Preta, Idade Moderna, Séculos XII a XIX, Mosteiro de São João de Tarouca.

No ano de 1998, todo o complexo monástico de São João de Tarouca é inserido, pelo IPPAR, num plano de recuperação e valorização. Desde esse ano, o mosteiro, tem vindo a ser intervencionado numa perspectiva interdisciplinar, na qual se destacam o quase completo restauro do património integrado da igreja e a recente musealização do complexo monástico, embora a componente arqueológica assuma uma clara preponderância.

Cabe-nos, neste trabalho, o estudo da cerâmica preta recolhida nas escavações arqueológicas realizadas no mosteiro.

Estabelecemos como objectivos o aprofundar de conhecimentos acerca do quotidiano desta comunidade e sua relação com o exterior, a identificação e caracterização dos centros produtores.

De modo a atingir os objectivos delineados, definimos uma metodologia para o estudo das cerâmicas que permitiu o agrupamento das peças segundo características técnicas, morfológicas, funcionais e decorativas.

A aplicação da metodologia originou uma tipologia, na qual se incluem oito diferentes grupos de pasta que se dividem em grupos de fabrico, compostos pelos diversos tipos.

A interpretação da tipologia criada permitiu perceber que dois dos referidos grupos de pasta registam uma presença significativa, face aos restantes, no conjunto de cerâmica preta estudada.

A estes grupos de pasta correspondem, provavelmente, diferentes centros produtores, que procuramos identificar. Colocamos a possibilidade de estarmos perante produções oriundas dos centros produtores de Lamego, Queimadela e Lousa de Lordelo (São Martinho de Mouros), localizados relativamente próximo do mosteiro.

ABSTRACT

KEYWORDS: Common pottery, Black pottery, Modern Age, XII to XIX centuries, São João de Tarouca Monastery.

In the year of 1998, all the monastic complex of São João de Tarouca is inserted, by IPPAR, in a recovery and valorisation plan. Since that year, the monastery, has been intervened in an interdisciplinary perspective, in which the almost complete restoration of the church patrimony and the recent musealization of the monastic complex are the highlights, although the archaeological component has a clearly preponderance.

In this work, we embrace the study of the black pottery exhumed in the monastery archaeological surveys.

We established the objectives to learn more about the daily life of this community and his relationship with the outside world, the identification and characterization of the producing centres.

In order to achieve the outlined objectives, we defined a methodology for the study of the ceramics, which has permitted the arrangement of the pieces by their technical, morphological, functional and decorative characteristics.

The application of the methodology has originated a typology, in which are included eight different paste groups with their fabric groups and several types.

The interpretation of the typology has permitted understand that two of the referred paste groups have a significant percentage in the studied pottery, in comparison with the remaining groups.

To these groups of paste correspond, probably, different production centers, which we try to identify. Possibly we are dealing with ceramics coming from the producing centers of Lamego, Queimadela and Lousa de Lordelo (São Martinho de Mouros), located relatively near the monastery.

Índice

Introdução	1
1. O Mosteiro de São João de Tarouca	2
1.1. Enquadramento Histórico	2
1.1.1. Origem da Ordem de Cister	2
1.1.2. A Primeira Comunidade Cisterciense em Portugal	4
1.1.3. A História do Mosteiro de São João de Tarouca	7
1.2. Implantação do Mosteiro	8
1.3. Enquadramento Geográfico e Geológico	10
1.4. A Arquitectura do Mosteiro	11
1.4.1. A Arquitectura Cisterciense Tipo (Plano Bernardino)	11
1.4.2. As Alterações Arquitectónicas Pós-Medievais	13
1.4.2.1. Igreja	13
1.4.2.2. Ala dos Monges	14
1.4.2.3. Dormitórios	16
1.4.2.4. Calefactório, Refeitório e Cozinha	18
1.4.2.5. Claustro e Ala dos Conversos	18
1.4.2.6. Tulhas	19
2. Intervenção Arqueológica	20
2.1. Enquadramento da intervenção	20
2.2. Metodologia de escavação e registo	20
2.2.1. Definições Metodológicas	20
2.2.2. Sondagens	22
2.2.3. Sectores	25
2.3. Contextos de recolha	27
2.3.1. Sondagens	27
2.3.2. Sectores	29
3. Metodologia para o estudo da cerâmica	30
3.1. Critérios de análise e tipificação	30
3.1.1. Grupos de pasta	32
3.1.1.1. Elementos não plásticos	33
3.1.1.2. Cor	36
3.1.1.3. Dureza	37
3.1.2. Grupos de fabrico	41
3.1.2.1. Tratamento de superfície	42
3.1.2.2. Decoração	43
3.1.3. Tipos	46
3.2. Terminologia aplicada	47
4. Tipologia	50
4.1. Grupo de pasta 1	51
4.1.1. Fabrico A	51
4.1.1.1. Fabrico A.1 (Painéis)	51
4.1.1.2. Fabrico A.2 (Caçoilas)	54
4.1.1.3. Fabrico A.3 (Púcaros)	55
4.1.1.4. Fabrico A.4 (Tigelas)	57
4.1.1.5. Fabrico A.5 (Assador)	57
4.2. Grupo de pasta 2	58
4.2.1. Fabrico A	58
4.2.1.1. Fabrico A.1 (Tigelas)	59

4.2.1.2. Fabrico A.2 (Pratos)	62
4.2.1.3. Fabrico A.3 (Alguidares).....	64
4.2.1.4. Fabrico A.4 (Púcaros).....	68
4.2.1.5. Fabrico A.5 (Cântaros)	70
4.2.1.6. Fabrico A.6 (Testos).....	72
4.2.1.7. Fabrico A.7 (Caçoilas).....	73
4.2.1.8. Fabrico A.8 (Painéis)	75
4.2.1.9. Fabrico A.9 (Talha)	77
4.2.1.10. Fabrico A.10 (Assador)	77
4.2.1.11. Fabrico A.11 (Assadeira).....	78
4.2.1.12. Fabrico A.12 (Sertãs).....	78
4.2.1.13. Fabrico A.13 (Bilhas/Garrafas)	79
4.2.1.14. Fabrico A.14 (Base).....	79
4.3. Grupo de pasta 3	79
4.3.1. Fabrico A	80
4.3.1.1. Fabrico A.1 (Púcaros).....	80
4.3.1.2. Fabrico A.2 (Painéis)	81
4.3.1.3. Fabrico A.3 (Cântaros)	82
4.3.1.4. Fabrico A.4 (Caçoilas).....	82
4.3.1.5. Fabrico A.5 (Testo).....	84
4.4. Grupo de pasta 4	84
4.4.1. Fabrico A	84
4.4.1.1. Fabrico A.1	85
4.4.1.2. Fabrico A.2	86
4.5. Grupo de pasta 5	86
4.5.1. Fabrico A	87
4.5.1.1. Fabrico A.1	87
4.5.1.2. Fabrico A.2	88
4.5.1.3. Fabrico A.3	88
4.5.1.4. Fabrico A.4	89
4.5.1.5. Fabrico A.5 (Púcaros).....	89
4.5.1.6. Fabrico A.6 (Caçoilas).....	90
4.6. Grupo de pasta 6	90
4.6.1. Fabrico A	90
4.7. Grupo de pasta 7	91
4.7.1. Fabrico A	91
4.8. Grupo de pasta 8	91
4.8.1. Fabrico A	92
5. Análise e Interpretação	92
5.1. Grupo de Pasta 1	92
5.2. Grupo de Pasta 2.....	94
5.3. Grupo de Pasta 3.....	98
5.4. Grupo de Pasta 4.....	99
5.5. Grupo de Pasta 5.....	100
5.6. Semelhanças entre os grupos de pasta 4 e 5	101
5.7. Comparação das diferentes produções	102
5.8. As peças no quotidiano monástico	105
5.9. Modos de aquisição das peças	107
5.10. Comparação com outros centros produtores	110
6. Identificação dos Centros Produtores	112

Conclusão	119
Bibliografia.....	122

Apêndice A: Figuras.....	i
Apêndice B: Quadro Tipológico.....	xxv
Apêndice C: Catálogo das Peças Modelo.....	clxxx

Introdução

A presente dissertação versa sobre a cerâmica preta recolhida nas escavações arqueológicas realizadas no Mosteiro de São João de Tarouca.

O objectivo principal desta tese de mestrado é aprofundar conhecimentos acerca da comunidade monástica existente no Mosteiro de São João de Tarouca. Pretendemos conhecer melhor o quotidiano desta comunidade e sua relação com o exterior, recorrendo ao estudo da cerâmica preta. Para esse efeito procurámos determinar diferentes tipologias e funcionalidades das peças, assim como cronologias. Outro dos objectivos passa pela identificação e caracterização dos centros produtores.

Com o intuito de contextualizar a cerâmica preta em estudo, elaboramos o capítulo 1, sobre o sítio arqueológico do Mosteiro de São João de Tarouca, e o capítulo 2, sobre a intervenção arqueológica levada a cabo. No capítulo referente ao Mosteiro, realizamos um enquadramento histórico (Cap. 1.1), geográfico e geológico (Cap. 1.3). Ainda no capítulo 1 abordamos a implantação do Mosteiro de São João de Tarouca (Cap. 1.2) e a sua arquitectura (Cap.1.4).

No capítulo 2, acerca da intervenção arqueológica, debruçamo-nos sobre a problemática da intervenção arqueológica (Cap. 2.1), metodologia de escavação e registo (Cap. 2.2), assim como sobre os contextos de recolha (Cap. 2.3).

A metodologia para o estudo da cerâmica é descrita no capítulo 3. Aqui definimos os critérios de análise e tipificação (Cap. 3.1) e a terminologia aplicada (Cap. 3.2).

Foi no capítulo 4 que aplicámos a metodologia definida no capítulo 3. Neste capítulo agrupamos as cerâmicas estudadas nos diferentes grupos de pasta, fabrico e definimos as diversas tipologias.

Terminada a tipologia, resta-nos analisar a informação criada e interpreta-la, no capítulo 5.

No capítulo 6, tentaremos identificar os centros produtores responsáveis pela elaboração das peças incluídas nos diferentes grupos de pasta.

Por fim, terminaremos o trabalho com uma breve conclusão.

O método de trabalho, para a realização da dissertação em causa, passou sobretudo pela pesquisa bibliográfica e por algumas observações de espólio cerâmico, proveniente de escavações arqueológicas.

1. O Mosteiro de São João de Tarouca

1.1. Enquadramento Histórico

1.1.1. Origem da Ordem de Cister

No Ocidente Europeu, o monaquismo surge quando Bento de Núrsia (480-543), revoltado perante a corrupção de Roma, decide refugiar-se numa caverna em Subiaco, onde vive, como eremita, durante três anos. Ajudado por vários discípulos, que o viram como exemplo, funda o mosteiro do monte Cassino, onde tinha existido um templo dedicado ao culto do deus Apolo (Castro; Sebastian, 2002: 33; Martins, 2011: 45). Neste mosteiro, em 529, redige a *Regula Benedicti*, que assenta em quatro traves mestras: *Stabilitas loci* (residência obrigatória no mosteiro); *Conservatio morum* (voto de pobreza e castidade); *Ora et labora* (vida repartida entre o culto e o trabalho humilde da terra); *Aboedientia* (obediência ao abade) (Castro; Sebastian, 2002: 33). No topo da hierarquia beneditina encontrava-se o abade (do grego *abbas*, pai), comunidade que dispunha de uma organização do tipo familiar. Ao mosteiro, cabia oferecer hospitalidade ao viajante, cuidar dos enfermos, auxiliar os necessitados, promover o ensino e cultivar o estudo. Com o passar do tempo, atraídos pelos ideais de São Bento, grande parte dos mosteiros na Europa adere à Ordem Beneditina. Porém, no século X, a crescente acumulação de terras e riquezas arrasta os mosteiros beneditinos para o mundo secular, repleto de lutas e rivalidades feudais (Castro; Sebastian, 2002: 33; Martins, 2011: 50).

Então, em 910, é fundada a Ordem de Cluny, com o objectivo de reafirmar a Regra de São Bento, reforçando o lado disciplinar, com o poder absoluto do abade. Os mosteiros da nova ordem estavam sujeitos a uma forte hierarquia onde, no topo, estava o abade do Mosteiro de Cluny que respondia apenas e directamente ao Papa (Castro; Sebastian, 2002: 33; Martins, 2011: 52-53). No início, os cluniacenses destacam-se pela sua devoção e dedicação à reforma. O seu quotidiano era preenchido, na maior parte, com orações, ficando o trabalho das terras e manutenção do mosteiro em geral encarregue a uma vasta classe de criadagem. Com este modelo, a ordem cluniacense conhece uma enorme pujança. O abade de Cluny chega a ser responsável por mil e quinhentos mosteiros e priorados. No entanto, o crescimento do poder e influência sobre

a Europa ocidental foi inversamente proporcional à sua decadência espiritual (Castro; Sebastian, 2002: 34; Martins, 2011: 53-54).

Perante este cenário surge um novo sentimento de revolta e aspiração à pureza inicial da observância da regra beneditina. É então levada a cabo uma reforma por São Roberto, quando, em 1098, abandona o mosteiro cluniacense de Molesme com o objectivo de fundar o novo Mosteiro de Citeaux (*Novum Monasterium*) (Castro; Sebastian, 2002: 34; Martins, 2011: 55-60).

Após a fundação, a Ordem de Cister, conhece um acelerado processo de expansão por toda a Europa, que se pode compreender no contexto da reforma gregoriana originando a regressão do feudalismo, desenvolvimento da cidade e do bem móvel e consequentes convulsões económicas, sociais, políticas e mentais (Castro; Sebastian, 2002: 34; Martins, 2011: 61-63).

Para além de uma conjuntura externa favorável, a Ordem de Cister teve um grande impulsionador interno. Dono de uma excelente visão política, capacidade de liderança e organização, São Bernardo tornou-se o maior responsável pela expansão cisterciense. Extremamente respeitado dentro da Ordem, a sua influência estende-se até às fronteiras do império seljúcida, quer em aspectos religiosos, como políticos e culturais. No ano de 1115 funda o Mosteiro de Claraval, com apenas 25 anos de idade (Castro; Sebastian, 2002: 34; Martins, 2011: 67-70). A partir deste cenóbio envolve-se na fundação de mais de sessenta novos mosteiros cistercienses. Em meados do século XII já existiam por volta de trezentos e cinquenta mosteiros cistercienses espalhados pela Europa, ultrapassando os quinhentos nos finais do século XIII (Castro; Sebastian, 2002: 34; Martins, 2011: 71-78).

Contudo, é na estética onde encontramos os caracteres mais perenes do pensamento bernardino. O santo entra em conflito com o excesso artístico de Cluny e formaliza a arquitectura e a arte cistercienses. Nada deveria distrair da oração, defendia Bernardo, logo a arquitectura queria-se simples, austera e funcional (Castro; Sebastian, 2002: 35).

No que diz respeito à fundação de novos mosteiros cistercienses, esta realizava-se através da filiação a um outro existente e reconhecido pela sua observância, desenvolvendo-se a relação de “abadia mãe” e “abadia filha”. Estabelecia-se então uma relação de proximidade onde a “casa mãe” era responsável por verificar a observância da Regra, a uniformidade e garantir apoio. Para tal, eram realizadas visitas anuais às

filiações. Tinham ainda as reuniões dos Capítulos Gerais em Cister, onde se reuniam, periodicamente, todos os abades da Ordem (Castro; Sebastian, 2002: 35).

Em relação ao Mosteiro de São João de Tarouca, este tratou-se de uma filiação de Claraval. A arquitectura da sua igreja reflecte, quase na perfeição, os ideais de São Bernardo, mas representa, sobretudo, a miscigenação entre a arquitectura borgonhesa e a arquitectura local (Castro; Sebastian, 2002: 35).

1.1.2. A Primeira Comunidade Cisterciense em Portugal

A data de entrada da Ordem de Cister em Portugal, assim como a fundação da primeira comunidade cisterciense, são ainda assuntos em debate. Discute-se a primazia, de adesão a Cister, entre os Mosteiros de São Cristóvão de Lafões e de São João de Tarouca. Apesar desta incerteza, quase todos os autores acreditam que existiriam comunidades anteriores à adesão a Cister (Castro, 2009; Marques, 1998; Torre Rodríguez, 1999).

A autora Maria Alegria Marques (1998: 41) coloca a hipótese de se tratarem de simples eremitérios, que não seguiam nenhuma regra em específico. Já Torre Rodríguez (1999a: 88), e para o Mosteiro de São João de Tarouca, acredita na pré-existência de um cenóbio de “tradição beneditina”.

Aquele último autor apresenta uma série de dados que levam a conclusões interessantes quanto à sua antiguidade. Primeiro de tudo, baseia-se no facto da consagração do cenóbio de Tarouca se fazer a São João e não a Santa Maria, como era habitual nos mosteiros cistercienses fundados *ex nihil* (Torre Rodríguez, 1999a: 86-97). É importante referir que existem cenóbios beneditinos que, ao aderirem a Cister, passam a ser dedicados à Virgem Maria. O facto de manter a sagração primitiva a São João pode dever-se a uma forte implantação beneditina no local (Castro, 2009: 7). Porém, a comunidade pré-existente no cenóbio de Tarouca poderia não ser beneditina, estando, a sagração a São João, de acordo com tal hipótese (Castro; Sebastian, 2002: 36).

Torre Rodríguez (1999a: 91) defende a presença de uma comunidade beneditina, pelo menos a partir de 1110. No entanto não refere os dados em que se baseia para tal afirmação. Para a ideia de antiguidade do cenóbio baseia-se em dois documentos. O primeiro trata-se da carta de couto, passada em Abril de 1144 por D. Afonso Henriques, da granja de Santa Eulália, junto a Lordelo, próximo do Porto, onde aparece pela primeira vez a referência explícita à Ordem de Cister (Fernandes, 1991: 576, n.º 672). O

outro documento data de 1145 e refere a troca, efectuada pela comunidade monástica, com o prior e cónegos da igreja de S. Sebastião de Lamego, de uma biblioteca, por herdades em Alvelos, freguesia da Sé, concelho de Lamego (Torre Rodríguez, 1999: 90 - 91). Este documento, de 30 de Novembro de 1145, faz referência a uma “biblioteca” escrita no mosteiro (Fernandes, 1991: 127-128, n.º 144).

Em relação ao primeiro documento, o autor argumenta que só uma comunidade há muito enraizada e com capacidade de gestão poderia cuidar de uma granja tão longínqua como era a de Santa Eulália. No que diz respeito ao documento de 1145, acredita que deveria tratar-se de um mosteiro com posses, tendo *scriptorium* e biblioteca, para além de monges copistas, cuja qualidade de trabalho era reconhecida, pelo menos, até Lamego (Torre Rodríguez, 1999: 90 - 91).

A autora Ana Castro (2009: 8) refere a existência de um outro documento, passado em Abril de 1145, que faz menção a uma “biblioteca”. Trata-se de um documento sobre uma troca efectuada entre Egas Peres e sua mulher e o mosteiro. Trocam “o seu casal de Fonte Coberta, na «villa» de Alvelos (f. Sé, c. Lamego), com a quarta de uma vinha, por um casal e metade de outro na mesma «villa» e que ao mosteiro havia sido dado pela escrita de uma «biblioteca».” (Fernandes, 1991: 131, n.º 146). A autora acredita que os dois documentos dizem respeito à mesma “biblioteca” e, baseando-se neste facto, coloca a hipótese do negócio efectuado com o prior de S. Sebastião de Lamego ter ocorrido no início de 1145 e não em Novembro como aparece no documento (Castro, 2009: 8).

Porém, há diferentes interpretações para o significado da palavra biblioteca. Almeida Fernandes (1970: 37) acredita que o documento de 1145 se refere a uma Bíblia. Contudo, Torre Rodríguez (1999a: 90) defende que se trata de um conjunto de livros religiosos que serão utilizados pelos cónegos e prior da igreja de S. Sebastião de Lamego.

Estas diferentes interpretações, para a palavra “biblioteca”, levam a autora Ana Castro (2009: 8) a colocar duas hipóteses para explicar o sucedido. A primeira, e mais plausível na minha opinião, prende-se com a existência de um edifício monástico, anterior ao cisterciense, que abrigaria uma comunidade beneditina com meios suficientes para a construção de um *scriptorium* e cópia de manuscritos, se aceitarmos que o termo biblioteca significa um conjunto de livros. Influenciada pela interpretação de Almeida Fernandes de “biblioteca”, coloca uma segunda hipótese do Mosteiro de

São João ter adquirido a Bíblia para, posteriormente, troca-la com o prior de S. Sebastião de Lamego (Castro, 2009: 8).

Na minha opinião, a questão não está em entender o significado da palavra biblioteca. Se as datas dos documentos e a tradução de Almeida Fernandes estiverem correctas, coloco a hipótese de estarmos perante duas “bibliotecas” diferentes, ambas escritas pela comunidade monástica existente. Tal facto, leva-me a pensar que a escrita de “bibliotecas” seria uma prática usual do cenóbio, tendo como objectivo troca-las por propriedades de maior interesse. Partilho, portanto, da opinião de Torre Rodríguez (1999a: 90-91), quando defende que já existia um edifício monástico antes da adesão a Cister e que possuiria *scriptorium*.

O trabalho de outros autores ajuda a suportar a ideia de uma comunidade pré-existente, em São João de Tarouca. O Frei José Viterbo refere a existência de um mosteiro ou eremitério denominado São João de Vellaria. O próprio Leite de Vasconcelos (Vasconcelos, 1933: 63-64) indica a sobrevivência do topónimo Vellarias na denominação da linha de água a que hoje a população designa de corgo da Avelreira ou da Cerca, que se une ao corgo do Pinheiro, da Fraga ou da Frágua, junto ao mosteiro. (Castro, Sebastian, 2002: 35-36).

No entanto, ainda não foram encontrados vestígios arqueológicos que indiquem a presença de uma comunidade preexistente ao cenóbio cisterciense. Existe a hipótese de ter sido uma construção elaborada com materiais perecíveis e de não ter chegado nenhum vestígio até aos nossos dias ou de o local de edificação não ter sido na área actual, mas nas proximidades (Castro, 2009: 9; Castro; Sebastian, 2002).

No que diz respeito à entrada da Ordem de Cister em Portugal, Maria Alegria Marques (1998) é a autora que propõe uma data mais recuada. Acredita que a primeira comunidade cisterciense, em território nacional, surgiu em 1138 com a fundação do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões. Para o Mosteiro de São João de Tarouca propõe a hipótese, de adesão a Cister, quando D. Afonso Henriques passa a carta de couto, em 1140. Esta data de fundação faz mais sentido se tivermos em conta que, e segundo a mesma autora, o Mosteiro de Santiago de Sever, em 1141, já teria adoptado a reforma de Cister e seria uma filiação de São João de Tarouca (Marques, 1998: 36).

O Mosteiro de São João de Tarouca é associado à regra de São Bento nessa carta de 1140. Porém, Maria Alegria Marques (1998:41) argumenta que os cistercienses se

regiam pela mesma Regra e contrapõe com o facto da carta de couto provir de chancelaria régia e não ser necessária a explícita indicação de ligação a Cister.

Por outro lado, Torre Rodríguez (1999a: 80 e 88) discorda da opinião anterior, uma vez que só no ano de 1144 surge um documento que refere uma comunidade cisterciense em Tarouca.

Embora não se trate de um documento régio, é importante referir que existe ainda outro documento, de 1185, que associa o cenóbio à Regra de São Bento, quando já era cisterciense (Fernandes, 1991: 592, n.º 689).

1.1.3. A História do Mosteiro de São João de Tarouca

De facto, o Mosteiro de São João de Tarouca é claramente associado à Ordem de Cister num documento datado de 1144, onde se pode ler: “*secundum ordinem cisterciensem*”. Trata-se de um documento régio, mais propriamente da carta de couto da Granja de Santa Eulália, passada ao Mosteiro de São João de Tarouca por D. Afonso Henriques, de pesqueiras e salinas, localizadas junto a Lordelo, próximo da actual cidade do Porto (Fernandes, 1991: 576, n.º 672).

A igreja era sempre a primeira das dependências monásticas a ser erguida. No caso de São João de Tarouca, os trabalhos terão começado em 1154 (Figura 1). No tímpano original que pertencia à porta dos conversos encontra-se a inscrição comemorativa do início das obras de construção da igreja, com a data de 1 de Julho de 1154 (Barroca, 2000: 254). Na fachada da igreja, encontramos nova inscrição com a data de 18 de Maio de 1169, referente ao ano de consagração da mesma (Barroca, 2000: 333). É preciso ter em conta que dificilmente um edifício tão grandioso era construído em apenas quinze anos. A data de saagração deve ser considerada mais como um acto simbólico-espiritual e não como o término das obras (Castro; Sebastian, 2002: 36).

Após a sua edificação, o Mosteiro de São João de Tarouca atinge o seu apogeu nos séculos XII e XIII. Foi casa-mãe de Mosteiros como Santa Maria de Fiães, São Pedro das Águias e Santa Maria de Aguiar, desempenhando um importante papel na expansão e defesa da Ordem de Cister em Portugal (Castro; Sebastian, 2002: 36). O século XIV foi igualmente um período de crescimento, porém, nos meados do século XV, o mosteiro entra em regime de Comenda. A gestão ruínosa dos abades comendatários leva ao declínio moral e económico de São João de Tarouca e de muitas

outras abadias cistercienses em Portugal, que se prolonga até à primeira metade do século XVI (Jorge, 1997: 432; Castro; Sebastian, 2002a: 165).

Na segunda metade do século XVI inicia-se um novo período de prosperidade económica e social que dura até à sua extinção em 1834. Com o declínio dos princípios da Ordem modificam-se os usos e costumes na comunidade monástica que procura seguir os gostos da sociedade em que se insere, reflectindo-se na aquisição de bens sociais. Neste período, a cerâmica ganha um elevado protagonismo no dia-a-dia da vida monástica, contrastando com os séculos XII, XIII e XIV onde havia um despojamento em relação ao mundo material que se reflectia nas formas e decoração simples da cerâmica, tratando-se na grande maioria de produções locais ou regionais. Podemos então afirmar que: “A história do mosteiro e a sua ascendência ou descendência económica confunde-se com a história da cerâmica, o seu comércio a nível nacional e internacional e a mudança de usos e costumes.” (Castro; Sebastian, 2002a, 165).

Depois da extinção das ordens religiosas em Portugal, pelo regime liberal, no ano de 1834, o edifício monástico é vendido em hasta pública para o aproveitamento da pedra. Foi alvo de uma desmantelação descontínua que decorreu até aos anos trinta do século passado. Os alvos prioritários desta acção foram os edifícios centrais do conjunto monástico. Sobreviveram os dois dormitórios, acrescentados à posteriori ao núcleo original e o templo, que se tornou igreja paroquial. O espaço deixado, pela ausência dos antigos edifícios monásticos, foi aterrado e transformado em área agrícola. Em 1998 o IPPAR inicia o processo de compra de terrenos a particulares, onde têm início, em Abril do mesmo ano, as escavações arqueológicas nas quais foram exumadas as peças em estudo neste trabalho (Castro; Sebastian, 2006: 122-124).

1.2. Implantação do Mosteiro

A estratégia de implantação cisterciense obedecia a critérios topográficos, hidrográficos, biogeográficos, pedológicos e geomorfológicos (Castro; Sebastian, 2002: 37; Castro; Sebastian, 2005: 205). Estes critérios estavam relacionados, sobretudo, com os princípios espirituais da Ordem.

Normalmente instalavam-se em locais ermos, numa tentativa de isolamento do mundo. Quando São Roberto sai de Molesme, para fundar Citeaux, fá-lo com o objectivo de um retorno à austeridade inicial da Regra de São Bento. Procurava o “deserto”, o afastamento de um mundo profano, para se recolher num mundo sagrado e

ficar mais próximo de deus (Pérez, 1978: 275-276). No Capítulo Geral da Ordem de Cister de 1134, é mesmo proibida a construção de mosteiros cistercienses junto a aglomerados populacionais (*“In civitatibus, in castellis aut in villis, nulla construenda sunt coenobia, sed locis a conversatione hominum remotis” Capitula, IX. 2*) (Pérez, 1978: 275).

O Capítulo 66 da Regra de São Bento recomendava que todos os mosteiros fossem construídos com tudo o necessário, água, moinho, horta e ofícios diversos, de modo a que não houvesse necessidade dos monges em se deslocar para o exterior do mesmo (Pérez, 1978: 280-281). A própria Regra, neste Capítulo, implica a auto-suficiência da comunidade monástica e o *“ora et labora”* indica que deve ser conseguida através do humilde trabalho da terra. No capítulo XV da Carta da Caridade pode ler-se: *“Os monges da nossa Ordem devem conseguir os seus produtos alimentares através do trabalho manual, do cultivo da terra, da pecuária [...]”* (Torre Rodríguez, 1999: 136)

Embora não exista nada estipulado que os leve a escolher esta implantação e ao contrário dos beneditinos que preferiam os montes, os cistercienses escolhiam, normalmente, vales férteis para a edificação dos seus cenóbios que construíam junto a uma linha de água com caudal que pudessem controlar. Uma conhecida frase latina, com mais de uma versão conhecida, caracteriza o tipo de implantação escolhido pelas diferentes Ordens: *“Bernardus valles, colles Benedictus amabat, Franciscus viços, magnas Dominicus urbes.”* (Leroux-Dhuys, 1999: 46-47).

Apesar de estarem afastados do mundo, as abadias cistercienses nunca estariam muito longe da rede viária da época. Algumas abadias francesas encontravam-se relativamente perto de vias que davam acesso a feiras em cidades de alguma importância. A proximidade das vias tinha tanto interesse económico, como político, já que permitia o comércio dos monges e não os deixava muito afastados dos centros de poder (Leroux-Dhuys, 1999: 48).

O Mosteiro de São João de Tarouca obedece à maior parte dos requisitos acima referidos. É construído num vale fértil, junto a linhas de água controláveis, não estando muito afastado de Lamego, onde tinha lugar a feira de Santa Marinha desde o século XII até, pelo menos, o século XV (Rau, 1983: 102-103). Porém, não foi edificado num local totalmente isolado. Alguns autores referem que já existiria, na margem esquerda do rio

Varosa, uma pequena povoação denominada S. João de Tarouca (Vasconcelos, 1933: 176; Moreira, 1924: 140).

A acção monástica, ao longo dos seiscentos e oitenta anos de permanência, provocou profundas alterações a nível da topografia, hidrografia e cobertura vegetal locais. Esse ordenamento do território marca ainda o essencial da paisagem circundante ao mosteiro. Com a extinção das ordens religiosas em 1834 e desactivação do mosteiro, as suas propriedades vão parar às mãos de particulares locais. Passa a ser praticada uma agricultura de subsistência e de cariz minifundiário, com o cultivo de oliveiras, vinhas, sabugueiro e produtos hortícolas, complementada por fraca actividade pastoril. As zonas menos acessíveis têm vindo a ser abandonadas. Aqui, a vegetação natural têm ganho, progressivamente, terreno. É constituída por castanheiros, carvalhos e predominada por pinheiros bravos. A vegetação rasteira é constituída, sobretudo, pela urze e carqueja (Castro, 2005: 206-207).

1.3. Enquadramento Geográfico e Geológico

O Mosteiro de São João de Tarouca localiza-se na província da Beira Alta, na actual região do Douro Sul, outrora conhecida como Riba Douro. Administrativamente, pertence ao distrito de Viseu, concelho de Tarouca, freguesia de São João de Tarouca. Topograficamente, encontra-se a 550m de altitude, tendo como coordenadas internacionais 40°59'44'' de Latitude Norte e 7°44'40'' de Longitude Oeste, como podemos ver na carta militar (Figura 2) (Castro; Sebastian, 2008-2009: 116).

A peneplanície de Castela e Leão, que abrange ainda um pouco de Trás-os-Montes, vê, ao longo do rio Douro e provocada pela sua passagem, as suas características alterarem-se para entalhes profundos. Em Barca de Alva, o leito do rio corre a uma cota altimétrica cerca de 650m inferior à registada na Meseta espanhola. Ao entrar em Portugal, a peneplanície apresenta montanhas residuais e para Oeste, as Serras de Montemuro, Marão e Alvão. Na zona do Peso da Régua, próximo da foz do rio Varosa, o rio Douro corre a 45m de altitude, encaixado num vale onde o relevo montanhoso atinge entre 1100m a 1400m, originando uma paisagem com vales altos e gargantas profundas (Castro, 2009: 4).

O mosteiro encontra-se implantado num vale muito profundo, originado pelo rio Varosa, principal linha de água nas proximidades. Com perfil longitudinal em escadaria, nasce a uma altitude de 1000m, na Serra do Mouro, freguesia de Várzea da Serra,

concelho de Tarouca, passando nas proximidades do mosteiro a uns 510m de altitude. Para além desta Serra, rodeiam o cenóbio as elevações do Quintiã, Cascalheira e Monte Corvo, com altitudes máximas a rondarem os 890m, que se encontram dependentes da Serra de Santa Helena e da Serra de Leomil (Castro, 2009: 4).

Duas linhas de água atravessam a zona da edificação monástica. A aproximadamente 900m de altitude, entre as elevações do Quintiã e da Cascalheira, nasce o Corgo da Cerca ou da Avelira, que corre de Sul para Norte. O Corgo do Pinheiro, da Fraga ou da Frágua, nasce a 830m de altitude, próximo da povoação do Pinheiro, correndo de Nordeste para Sudoeste. Estas linhas encontram-se no mosteiro, dando origem ao Corgo, nome popular dado à ribeira principal que vai desaguar ao Varosa (Castro, 2009: 4-5).

Em termos geológicos e numa escala regional, a área onde se insere o mosteiro pertence à Zona Centro Ibérica (Figura 3). Também conhecida por Maciço Antigo, é constituída por granitos, xistos e quartzitos (Ferreira; Sousa, 1994).

Os granitos predominam, os quais podemos agrupar em dois grandes grupos: granitos de duas micas e granitos biotíticos. Numa escala mais restrita, a área em estudo insere-se no maciço de Penedono, que se estende de Penedono a Salzedas e que inclui as Serras da Nave e Leomil (Ferreira; Sousa, 1994: 19-25).

Próximo do mosteiro, encontramos três diferentes litofácies: Granito da Sr.^a da Graça, Granito de Pedra Alta e Granito de Vila Chã. O Granito da Sr.^a da Graça apresenta grão médio a grosseiro, moscovítico-biotítico. O Granito de Pedra Alta trata-se de um granito biotítico–moscovítico com grão fino a médio e tendência porfiróide. Por último, temos o Granito de Vila Chã, moscovítico–biotítico de grão médio e tendência porfiróide (Ferreira; Sousa, 1994: 25-27).

1.4. A Arquitectura do Mosteiro

1.4.1. A Arquitectura Cisterciense Tipo (Plano Bernardino)

São Bernardo, grande responsável pela arquitectura cisterciense, foi abade de Claraval entre 1113 e 1153. Extremamente influente dentro e fora da Ordem, redige em 1123-1125 a Apologia a Guilherme, onde critica o luxo da arquitectura cluniacense. No Capítulo Geral de Cister, em 1134, as críticas do santo tornam-se proibições para todas

as construções cistercienses (Leroux-Dhuys, 1999: 38-40, 52). Por fim, envolve-se activamente nas construções de Claraval II, que se iniciam em 1135, e da igreja de Fontenay (1139-1147). Estas abadias passam a ser consideradas protótipos de uma abadia cisterciense. Surge assim o plano bernardino que se irá repetir pela Europa em inúmeras abadias da Ordem. A arquitectura cisterciense, pensada por São Bernardo, possuía características próprias, sendo facilmente distinguida das restantes (Leroux-Dhuys, 1999: 40). Contudo, motivado pelo início do declínio dos valores espirituais da Ordem, torna-se comum a partir dos meados do século XIII (Pérez, 1978: 287).

Do denominado plano bernardino faziam parte a igreja, claustro, ala dos monges e ala dos conversos (Figura 4) (Leroux-Dhuys, 1999: 52).

A igreja era o edifício mais importante do conjunto monástico e por isso era edificada a uma cota altimétrica superior. De planta cruciforme, habitualmente possuía três naves, tipo basílica. A fachada era constituída por um frontão simples, reforçado por dois contrafortes. Normalmente era precedida por uma galilé, que abrigava a porta de entrada na igreja. No seu interior encontramos, ao meio do transepto, a Capela-mor, usualmente sobrelevada por um ou dois degraus. As capelas laterais desenvolviam-se nos braços do transepto, ladeando a Capela-mor. Na nave central existia o coro dos monges, entre o início do transepto e o meio da igreja. A partir do meio e até à porta de entrada, situava-se o coro dos conversos, na nave central. Na continuação de um dos braços do transepto encontrávamos a sacristia, acessível por uma pequena porta. Ao lado desta existia a escada das matinas que permitia o acesso ao templo a partir dos dormitórios. Do lado oposto existia a porta dos mortos que dava acesso ao cemitério (Castro, 2009: 12-13; Leroux-Dhuys, 1999: 52-55).

Na ala dos monges são englobadas a, já referida, sacristia, a sala do capítulo, a escada de acesso ao dormitório dos monges, o auditório, a sala de trabalho dos monges, o noviciado e as latrinas. No piso superior encontramos o dormitório dos monges (Castro, 2009: 13; Leroux-Dhuys, 1999: 52).

Perpendicular a esta ala, encontramos o calefactório, o refeitório dos monges e a cozinha (Castro, 2009: 13; Leroux-Dhuys, 1999: 52).

A ala dos conversos dispunha, no piso inferior, de auditório, armazém, refeitório e latrinas. O piso superior era destinado ao dormitório dos conversos (Castro, 2009: 13).

Ao centro, permitindo o acesso a todas as dependências monásticas, encontrava-se o claustro com as suas quatro galerias. Junto ao corpo da igreja localizava-se o

mandato e a porta dos monges, próxima ao braço do transepto, que permitia o acesso à igreja. Do lado oposto, em frente ao refeitório, ficava o lavatório (Castro, 2009: 14; Leroux-Dhuys, 1999: 52 e 60).

O Mosteiro de São João de Tarouca teria uma planta que seguia, na grande maioria, o denominado plano bernardino, embora com algumas nuances (Figura 5). Na ala dos monges não existiria noviciado e a porta dos conversos foi aberta na fachada (Castro, 2009: 14). Quanto à ala dos conversos, esta não segue à risca as orientações da planta tipo cisterciense. Por um lado, possivelmente procurando um bom afloramento rochoso para os alicerces, esta ala encontra-se ligeiramente virada a Oeste e não paralela à ala dos monges. Por outro lado e ao contrário da planta tipo, o refeitório dos conversos situa-se a Sul e o lugar da Tulha a Norte (Castro, 2009: 45).

1.4.2. As Alterações Arquitectónicas Pós-Medievais

Em Portugal, os mosteiros cistercienses medievais, poucas alterações estruturais sofreram até ao século XVI. A Congregação de Santa Maria de Alcobaça, criada no ano de 1567, impulsionará, de certa forma, as alterações arquitectónicas ocorridas nos mosteiros cistercienses portugueses, sobretudo durante os séculos XVI, XVII e XVIII. Os motivos das obras variavam. Nalguns mosteiros o estado de conservação não era dos melhores. Outros necessitavam de mais espaços funcionais. Outros havia que não tinham os edifícios regulares completos (Pagará, 2006: 51).

O Mosteiro de São João de Tarouca foi igualmente alvo de profundas alterações arquitectónicas durante a Idade Moderna (Figura 6).

1.4.2.1. Igreja

Na igreja do Mosteiro de São João de Tarouca, as obras começaram no século XVII, durante o triénio de Frei Baptista de Menezes (1642-1645). Foi efectuada a reconversão estética da fachada da igreja, consistindo sobretudo na dissimulação de elementos medievais e colocação de uma frontaria, sobreposta à anterior, na qual foram abertas duas janelas, possivelmente alterando outras tantas originais (Castro, 2009: 33).

A igreja vê a sua cobertura alterada para um telhado de duas águas, recorrendo à elevação das águas laterais. O negativo destas últimas ainda é visível nos alçados Norte

e Sul. No topo da fachada foram colocados, uma cruz ao centro e quatro pináculos a coroar outros tantos contrafortes (Figura 1) (Sebastian; Castro, 2007: 162).

Na mesma fase de obras foi destruída a galilé existente, que precedia a fachada original e provavelmente, foi emparedada pela primeira vez a porta dos conversos que se pode ver na fachada do lado esquerdo. O emparedamento actual foi efectuado pela Direcção Geral de Edifícios e Monumentos (DGEMN), durante intervenções que realizou entre 1936 e 1987 (Figura 1) (Castro, 2009: 34).

A capela-mor original, de planta quadrangular, viu o seu comprimento aumentar para o dobro com as obras efectuadas no século XVIII (Sebastian; Castro, 2007: 167). O Códice 1494, Doc. nº2 da BN, refere que estas obras se iniciaram em 1702, durante o triénio de Frei António de Magalhães. O brasão que fecha superiormente o arco da capela-mor tem inscrito a data de 1704, sugerindo o término das obras nesse ano (Castro, 2009: 34).

Como mostra a inscrição no brasão do fecho da cobertura de abóbada de aresta, a construção da sacristia actual terminou no ano de 1718, tendo-se iniciado durante o abaciado do Frei Alexandre de Mascarenhas, entre 1708 e 1711 (BN, Códice 1494, Doc. nº2, fl. 16) (Castro, 2009: 34). Nas escavações efectuadas nesta divisão, descobriu-se o canto Nordeste da capela lateral Norte original e o cemitério monástico medieval. Verificou-se, portanto, que a construção da actual sacristia obrigou à redução em profundidade da capela lateral Norte. O mesmo sucedeu com a capela lateral Sul, por questões de simetria (Castro, 2009: 34).

Adossado à igreja, igualmente edificado nas obras ocorridas durante o triénio de Frei Baptista de Menezes (1642 - 1645), vemos um portal e duas janelas, sendo tudo o que resta da ala dos conversos seiscentista. No que resta podemos observar, datável da primeira metade a meados do século XVII, um painel de azulejo policromo de maçaroca de pintas e uma cercadura datável do triénio central do século XVII (Castro; Sebastian, 2003: 170).

1.4.2.2. Ala dos Monges

Seguindo para Norte, logo a seguir à igreja, deparamo-nos com os vestígios da sacristia original. As primeiras alterações a esta divisão ocorreram entre 1582 e 1585 com a colocação de “um forro e pinturas” (Códice 1494, Doc. nº 2, fl. 16 da BN), embora a estrutura actual tenha sido edificada entre 1708 e 1718 (Castro, 2009: 41).

Ao lado da porta da sacristia encontramos uma porta que dava acesso a uma escadaria, através da qual se acedia ao piso superior onde se encontravam os dormitórios, hoje totalmente desaparecidos. Este espaço, juntamente com o outrora espaço destinado à sacristia original, foi ocupado por esta escadaria e por um armário colocado no vão resultante da mesma (Castro, 2009: 41).

A Norte desta escadaria, encontramos a sala do capítulo. Mostra planta quadrada com 9m de lado e, assim como a sacristia original, possuía piso lajeado, embora só sejam visíveis os negativos das lajes (Castro, 2009: 42). Como comprovam os vários indícios aqui recolhidos, no primeiro quartel do século XVIII, esta sala foi revestida a azulejos com o motivo “maçaroca” pintada a azul (Castro; Sebastian, 2003: 170-171).

Em direcção a Norte, depois da sala do capítulo, existem três corredores. O primeiro permitia o acesso aos dormitórios através de uma escadaria. O segundo corresponde ao locutório, que comunicava com o anterior. Por último, tínhamos um que permitia a passagem directa entre o claustro e a área exterior a Este (Castro, 2009:42).

Nas obras ocorridas no primeiro quartel do século XVIII é demolida a parede que separava o locutório e o primeiro corredor, resultando na desactivação de ambos, sendo construída uma parede na perpendicular que ocupa as restantes salas da ala dos monges. Dois pequenos compartimentos assoalhados ocupam agora este espaço. O corredor a Norte manteve-se mas é alargado. Vê a sua parede Norte desmantelada e construída uma nova. Permite agora o acesso às novas alas a Este, construídas durante a primeira metade do século XVII (Castro, 2009: 42).

De seguida encontramos um espaço com 16m de comprimento e 9m de largura. Estamos perante o *scriptorium* que possuía uma porta para o claustro, uma para o exterior, situado a Oeste e outra para as latrinas. No primeiro quartel do século XVIII é alvo de intensa reforma. É subdividido em cinco pequenas divisões. Quatro delas recebem piso assoalhado. A restante divisão recebe piso em tijoleira e vê as suas paredes, assim como a parede interior Oeste, revestidas a azulejos de “albarrada”. Vê igualmente a porta de acesso ao exterior Oeste fechada, enquanto outra porta junto à das latrinas é rasgada (Castro, 2009: 43).

As latrinas medievais do Mosteiro de São João de Tarouca diferem das latrinas da planta tipo cisterciense, com acesso apenas pelo dormitório. São João de Tarouca possuía latrinas no piso superior, sendo o acesso feito através do dormitório, mas também no piso inferior com acesso pela sala dos monges (Castro, 2009: 43).

Esta área sofreu uma grande remodelação devido à construção do dormitório nos primeiros trinta anos do século XVII. As latrinas medievais foram aterradas e viram a sua parede central de separação de águas desmantelada (Castro; Sebastian, 2003: 169-170).

1.4.2.3. Dormitórios

No século XVII, os monges decidiram construir um novo dormitório. Abade entre 1630 e 1633, Frei Manuel Machado terá ordenado a sua construção (Códice 1494, Doc. nº2, fl. 14vº da BN). A autora Ana Castro (2009: 37) acredita que a sua construção terá terminado neste triénio mas que as obras terão começado dez ou vinte anos antes. Para tal baseia-se no facto de, no mesmo documento, vir referida a intenção de Frei Gaspar da Conceição, abade entre 1600 e 1603, de construir um dormitório. As obras de edificação levaram à reformulação do espaço monástico, com a reestruturação da ala dos monges e a desactivação das latrinas medievais, tornando pouco provável que a construção de tal edifício tenha demorado apenas três anos (Castro, 2009: 37).

Estas obras implicaram a, já referida, desactivação das latrinas medievais, assim como a cobertura dos ribeiros com um sistema abobadado. O espaço destinado à construção do novo edifício foi aterrado, originando um pátio quadrangular onde se desenvolvia, a Norte, Este e Oeste, o dormitório (Castro, 2009: 43). Esta dependência recebeu um piso em soalho e um revestimento azulejar de tapete policromo, padrão comum entre 1630-1680 (Castro; Sebastian, 2003: 169-170).

Posteriormente, no primeiro quartel do século XVIII, este espaço foi dividido em dois compartimentos. O aterro anterior foi elevado e colocado novo soalho. O revestimento azulejar manteve-se embora a parte inferior tenha sido destruída (Castro, 2009: 43).

Os vestígios que restam mostram-nos um edifício de planta quadrada, do qual restam cinco celas, viradas a Sul. Apesar de não se encontrarem visíveis, Ana Castro (2009: 37) coloca a hipótese de, nas alas Oeste e Sul, terem existido mais celas, perfazendo um total de catorze. Encontrando-se, o dormitório, separado pelo Corgo do Pinheiro por dois arcos de suporte do piso, dispunha de sete celas a Sul da linha de água e outras tantas a Norte. Datada de 1736 por uma inscrição na sua base, existe por cima do Corgo do Pinheiro, a Este do dormitório, uma estrutura que, possivelmente, correspondia a latrinas (Castro, 2009: 37).

Há dúvidas quanto ao ano de início da construção do grande dormitório setecentista (Figura 8). Segundo o Códice 1494, Doc. nº2, fl. 16 da BN, o início das obras deve-se a Fr. Geraldo de Távora, abade entre 1705 e 1708. Porém, o manuscrito da *Fundação e Antiguidades do Primaz, Insigne e Real Mosteiro de S. João de Tarouca* refere que as obras começaram em 1720, aquando do abaciado de Fr. Francisco do Spirito Santo (Vasconcelos, 1933: 393). A autora Ana Castro (2009: 35) propõe uma hipótese, da qual partilho, para o sucedido, defendendo que a diferença entre as datas pode significar que a construção se iniciou entre 1705 e 1708, como vem referido no primeiro documento e a continuação ou finalização do edifício se ter concretizado em 1720.

Este grande edifício tinha dupla funcionalidade. No piso inferior funcionava a tulha, enquanto no piso superior estariam as celas. O acesso a estas seria feito através de um corredor assoalhado com cerca de 110m de comprimento. Cada cela dispunha de uma área total de 62m², sendo composta por dois pisos. O edifício possuía um espaço avarandado ao meio, contando com dez celas de cada lado, num total de vinte (Castro, 2009: 36).

Visto que o dormitório seiscentista era mais estreito que o novo, em cerca de 1,5m, foi necessário dismantelar a parede Norte do mais antigo. Nesta nova parede Norte existem duas portas que permitiam o acesso ao exterior. Na zona correspondente ao dormitório setecentista, a porta, permitia os monges deslocarem-se até às capelas de Santo António e Santa Umbelina. Na zona do dormitório seiscentista, a porta, permitia o acesso a terrenos mais a Este (Castro, 2009: 36).

Através das três sondagens efectuadas neste dormitório, denominadas 11, 12 e 13, foi possível constatar que não existia nenhum piso estruturado no espaço da tulha e que a circulação se efectuava directamente sobre o material de aterro colocado para o nivelamento do terreno (Castro, 2009: 36).

A última grande construção antes da extinção das ordens monásticas em 1834 terá sido, provavelmente, a torre sineira, mandada edificar por Fr. Bernardo de S. Paulo, abade trienal de 1786 a 1789 (Figura 7) (Vasconcelos, 1933: 394; Castro, 2009: 35). Trata-se de uma estrutura de planta quadrangular com 5m de lado, constituída por três pisos, escadaria interior em madeira, possuindo quatro olhais no campanário. O acesso fazia-se através da ala Sul do dormitório do século XVII (Castro, 2009: 46).

1.4.2.4. Calefactório, Refeitório e Cozinha

O calefactório medieval possuía, a Este, uma porta que permitia o acesso ao claustro, duas bases que suportariam a cobertura e um outro suporte de funcionalidade desconhecida. O piso lajeado original foi substituído, no primeiro quartel de setecentos, por um piso em tijoleira. Nesta remodelação foi necessário colocar um aterro devido ao abatimento do piso original. O aterro era composto sobretudo por cerâmica da segunda metade de seiscentos. No primeiro quartel de setecentos é ainda aberta outra porta a Norte, que permitia o acesso ao exterior (Castro, 2009: 44).

No que diz respeito ao refeitório original, este teria uma porta que permitia o acesso à cozinha e outra ao claustro. Logo no século XIV este espaço é reformulado. O piso é nivelado à mesma cota, com a eliminação de um degrau central e a elevação do piso na metade Norte. A abóbada original é desmantelada e são colocados dois pilares centrais para suportarem a nova cobertura. Já no primeiro quartel do século XVIII a área deste espaço é aumentada, para Norte, sensivelmente para o dobro (Castro, 2009: 44).

Na cozinha registam-se as três grandes fases construtivas sofridas pelo conjunto monástico. Observa-se a original, uma correspondente à primeira metade do século XVII e a outra enquadrável no primeiro quartel do século XVIII. Durante a última fase de obras foram colocados um aterro e um piso que soterraram a lareira e o piso originais. Houve ainda a edificação de duas paredes (Castro, 2009: 45).

1.4.2.5. Claustro e Ala dos Conversos

O claustro original dispunha simplesmente de um piso, sendo composto por lajes de granito. Tinha uma cobertura simples de telha, suportada por vigas de madeira que, por sua vez, eram suportadas por uma colunata. Possuía ainda o *mandatum* e a porta dos monges que permitia o acesso à igreja, através de uma escadaria que vencida a pendente do terreno (Castro, 2009: 44).

O claustro original foi destruído e construído um novo claustro maneirista no período em que Frei Manuel de Macedo era abade do mosteiro, entre 1615 e 1618. A nova edificação possuía colunata toscana e apresentava segundo piso. Esta remodelação implicou um novo *mandatum* que iria até ao último tramo da igreja o que, segundo Ana Castro (2009: 44), implicou a remoção da escadaria que permitia o acesso à porta dos monges e sua consequente desactivação.

No primeiro quartel do século XVIII este claustro volta a sofrer alterações, mas de pouca relevância. É colocado, nas quatro alas do claustro, um silhar de azulejos ostentando uma albarrada coimbrã (Castro; Sebastian, 2003: 171-172).

No edifício correspondente à ala dos conversos, as remodelações efectuadas na casa da tulha passaram, logo na primeira metade do século XVII, pela colocação de pilares de sustentação da cobertura e aberturas de novas janelas, sendo construída uma rampa de acesso a carros de tracção animal, durante o primeiro quartel do século XVIII. Segundo o manuscrito “Fundação...” (Vasconcelos, 1933, 394), na mesma ala, o refeitório dos conversos é posteriormente transformado em “casa da aula”, passando a funcionar como adega em 1801-1804 (Castro, 2009: 45).

1.4.2.6. Tulhas

O edifício referido como aljube, na documentação, terá sido construído, como comprova a sua arquitectura, na Época Medieval. Mostra planta rectangular, dispendo de dois pisos. No interior observamos cinco arcos quebrados, embora o último, mais a Oeste, se encontre truncado pelas alterações ocorridas posteriormente (Castro, 2009: 39). Este edifício terá sido mandado remodelar por Frei Estêvão de Nápoles, abade de 1780 a 1783, como refere o manuscrito da *Fundação e Antiguidades do Primaz, Insigne e Real Mosteiro de S. João de Tarouca*. Desde o Período Medieval, terá funcionado como tulha, provavelmente, com o armazenamento de alimentos e resguardo de animais (Castro, 2009: 40). Contíguos ao aljube, existiam ainda dois moinhos. Um deles já estaria a funcionar entre 1645 e 1648, quando Frei Bernardo de Assumpção mandou construir a levada (Códice 1494, Doc. nº2, fl. 15 da BN).

A Oeste da igreja situa-se a casa da tulha. Como comprova a inscrição na fachada Sul, a construção deste edifício terá terminado em 1787¹. No Auto de Inventário do mosteiro de 1834 (Fl. 4vº) é referida como “*caza que serve de tulha, tendo por baixo quartos de criados e cavalariças para bestas e bois*”. Segundo os dados recolhidos na escavação, a cota de circulação desta área manteve-se, antes e

¹ Até ao ano de 2008, esta data foi erradamente interpretada como “1737”. Tal facto deveu-se ao desgaste do número “8”. Porém, na pedra de fecho da entrada principal da Casa da Tulha, pode ler-se “edificada em 1787” e “reedificada em 1863” (Esta informação foi-me transmitida oralmente por Luís Sebastian).

depois da sua construção. Foi alterada apenas na década de oitenta do século XX, aquando da colocação da calçada actual em paralelos (Castro, 2009: 40).

2. Intervenção Arqueológica

2.1. Enquadramento da intervenção

O Mosteiro de São João de Tarouca, afecto à Direcção Regional de Cultura do Norte pela Portaria nº1130 de 20 de Dezembro de 2007, foi classificado como Monumento Nacional pelo Decreto nº40 684, DG 146 de 13 de Julho de 1956 e Decreto nº 95/78, DR 210 de 12 de Setembro de 1978 (Castro, 2009: 29).

A intervenção arqueológica faz parte de uma intervenção multidisciplinar, que engloba igualmente a arquitectura, engenharia, o restauro e conservação, no âmbito do projecto global de recuperação e valorização de complexos monásticos por parte do ex-IPPAR (Castro, 2009: 29; Castro; Fonseca; Sebastian, 2004: 653).

Iniciada em Abril de 1998, tem como objectivo principal *“a compreensão das sucessivas organizações do espaço monástico, da fundação ao seu abandono, consistindo na recolha de informação da possível permanência de vestígios estruturais e seu estado de conservação, culminando no levantamento da planta inicial do mosteiro e posteriores alterações, entendidas dentro das respectivas épocas, bem como o estudo da cultura material associada à vida monástica e análise do próprio território do couto.”* (Castro; Sebastian, 2002: 36).

2.2. Metodologia de escavação e registo

2.2.1. Definições Metodológicas

A escavação arqueológica foi realizada recorrendo à abertura de sondagens e sectores, sendo distinguíveis quanto à intenção, dimensão e profundidade. As sondagens, restritas a pequenas áreas, normalmente escavadas até ao substrato geológico, procuravam a obtenção rápida de informação através de amostragem. Os sectores tinham como objectivo a recolha de informação histórico-arqueológica de modo a valorizar o património classificado. Sujeitos a escavação aberta e em área, resultaram na subdivisão da área total de escavação, que se impôs como forma de gestão

dos recursos disponíveis, assim como a preservação dos pisos originais, com vista à musealização, apenas violados por sondagens pontuais e localizadas (Sebastian, 2007:12).

Para efeitos de implantação dos sectores e das sondagens, foi aplicada, a toda a área a intervencionar, uma matriz quadriculada, orientada segundo os pontos cardeais, composta por quadrados de 5m de lado (Figura 9). Definiu-se um ponto central, ao qual se atribuiu um valor fictício de 100m para as medições X, de Oeste para Este e Y de Sul para Norte. A partir deste ponto, atribuíram-se letras aos quadrados. De Este para Oeste foram atribuídas as letras A, B, C, etc. e de Oeste para Este as letras A', B', C', etc. De Norte para Sul, aos quadrados, foram atribuídos números pares, sendo os números ímpares atribuídos aos quadrados de Sul para Norte. Os valores Z foram obtidos através da medição a partir da soleira da porta do braço Norte do transepto, tendo o valor absoluto de 550,611m (Castro, 2009: 31).

“O método de caracterização estratigráfica adoptado baseou-se no sistema de Unidades Estratigráficas (u.e.), definido metodologicamente por Edward C. Harris (Harris, 1991)” (Castro, 2009: 32).

Foi criada uma base de dados informática, especialmente para o efeito, denominada Arqueo, a qual incluiu toda a informação recolhida referente a cada U.E. Com o objectivo da optimização da gestão da informação produzida pela escavação arqueológica, toda ela, foi reunida nesta base de dados (Arqueo). O menu principal do Arqueo contém os itens: Ficheiro Arqueológico, Editor Harris, Ficheiro Conservação (Castro; Sebastian, 2004: 657-659) e Ficheiro Bibliográfico (Castro, 2009: 32).

O que nos interessa mais, para este trabalho, é o Ficheiro Arqueológico, que engloba a estratigrafia, cerâmica, numismática, metais, fotografia, diversos, amostras e elementos arquitectónicos. No item da estratigrafia encontramos a ficha caracterizadora de cada u.e. Esta é composta pelos campos: nº de u.e.; denominação do quadrado; data de escavação; responsável; tipo de u.e.; composição; cor (segundo a tabela estandardizada – Munsell Soil Color Charts, edição de 1992); compacticidade; textura; granulometria (segundo a classificação de Udden e Wentworth, 1922 – adaptado de McManus, 1988: 74); quantidade e volume de elementos pétreos; quantidade e volumetria de inclusões orgânicas, nomeadamente carvões, madeira, raízes, ossos e sementes; quantidade e volumetria de inclusões culturais, nomeadamente cerâmica de

construção, faiança, cerâmica vermelha, cerâmica preta, cerâmica vidrada de chumbo e porcelana (Castro; Sebastian, 2002a: 167), moedas e objectos de uso variado; relação estratigráfica; cronologia e observações (Castro, 2009: 32-33).

Com o objectivo de permitir uma leitura mais precisa de todas as transformações ocorridas no espaço monástico e acções relacionadas, foi efectuada, terminada a intervenção arqueológica, uma matriz final (Castro, 2009: 33).

Para a elaboração do registo da componente cerâmica seguiram-se os métodos e normas de desenho definidos para toda a intervenção arqueológica no Mosteiro de São João de Tarouca (Castro; Sebastian, 2003a)².

2.2.2. Sondagens

A Direcção Regional do Porto do IPPAR iniciou, em 1994, a avaliação dos principais factores de degradação actual da igreja. Para tal, realizou sondagens geológicas e arqueológicas, sendo as últimas, da responsabilidade do Dr. Miguel Rodrigues (Castro; Sebastian, 2002: 36).

Em Abril de 1998, no seguimento da abordagem anterior, teve início a actual intervenção arqueológica. Começou-se pela abertura de sete sondagens e pela finalização do sector C, correspondente ao interior da torre sineira (Sebastian, 2007: 9).

A localização das sondagens 1, 3, 5 e 6 foi decidida com objectivo de responder a questões puramente científicas, com objectivos determinados. Tratam-se de sondagens de reconhecimento, avaliação e planeamento, sendo a primeira tentativa de perceber a permanência de vestígios estruturais. O sucesso ou fracasso, da informação recolhida, iria determinar a continuação, ou não, dos trabalhos arqueológicos. Por outro lado, as sondagens 2, 4 e 7, assim como o sector C trataram-se de trabalhos de acompanhamento de obras e salvaguarda do património, nunca descurando a oportunidade de recolha de informação histórico-arqueológica (Sebastian, 2007: 9).

Através da realização da sondagem 1, foi possível verificar a permanência da parede limite Este da ala dos monges e as alterações ocorridas no século XVII e XVIII, com a construção da ala Nascente e de uma parede que subdivide o espaço interior, respectivamente (Sebastian, 2007:9).

² Cabe-me agradecer à antiga equipa de trabalho do Mosteiro de São João de Tarouca a elaboração de grande parte dos desenhos das cerâmicas pretas, que se compreendem entre o n°141 e n°2375.

Com a abertura da sondagem 3 atingiu-se o objectivo de verificar a permanência e extensão da ala dos monges original, na zona das latrinas (Sebastian, 2007: 9).

A sondagem 5 tinha objectivos idênticos à anterior, para a área do refeitório, embora aqui se tenha verificado apenas a presença de dois alicerces de pilares de sustentação da cobertura, já que a localização da sondagem resultou demasiado central. Foi possível apenas data-los como posteriores ao primeiro momento de fundação do mosteiro (Sebastian, 2007: 11).

Por outro lado, a sondagem 6 permitiu verificar a destruição do nártex original e a colocação de um aterro, com cerca de 1,5m, junto à fachada da Igreja (Sebastian, 2007: 11).

A sondagem 2 efectuou-se devido à necessidade de instalação de um sistema de drenagem. Os seus objectivos passavam pela identificação de cotas de circulação e possíveis ocorrências de enterramento na área imediatamente a Sul da cabeceira da igreja. A sua escavação permitiu identificar uma sepultura antropomórfica medieval, o piso de circulação sobre o afloramento rochoso e uma caleira dos inícios de setecentos (Sebastian, 2007: 9).

Igualmente por necessidade de instalação de sistemas de drenagem, foi efectuada a sondagem 4 junto à parede Este da sacristia setecentista. Permitiu verificar a permanência de canalização setecentista, determinar o nível de circulação e seu alteamento motivado pelo abandono do mosteiro em 1834 (Sebastian, 2007: 9).

A abertura da sondagem 7 e a conclusão do sector C estão relacionados com o restauro da torre sineira de 1786-1789. O objectivo da primeira passava por perceber a configuração das escadas de acesso ao interior, de modo a efectuar a instalação de um sistema semelhante. Embora se tenha identificado uma soleira e respectivo piso de tijoleira do século XVII, o objectivo traçado não foi alcançado. Já a escavação da torre sineira permitiu perceber que o seu interior foi usado como lixeira, devido à recuperação de um vasto espólio datável de 1786-1789 a 1834. A libertação do espaço interior da torre possibilitou, após registo, a necessária desmontagem (Sebastian, 2007: 9).

A informação recolhida nas sondagens (1, 3, 5 e 6) de reconhecimento, avaliação e planeamento determinou que se alargassem os trabalhos à área correspondente às dependências monásticas originais. A metodologia escolhida foi a “escavação em área”, porém, sempre que se justificasse, eram efectuadas sondagens pontuais (Sebastian, 2007: 11).

No ano de 1999 decidiu-se abrir a sondagem 8 e alargar as sondagens 3 e 6, todas sondagens de planeamento. Na sacristia do século XVIII, um acompanhamento ao levantamento do lajeado, para a colocação de um sistema de drenagens de humidades, tornou-se igualmente em sondagem de planeamento quando foi necessária a escavação do canto Nordeste da capela original Norte da igreja, tendo sido denominada excepcionalmente de sector sacristia (Sebastian, 2007: 11).

O objectivo da sondagem 8 era perceber a largura da ala Sul do claustro e o seu estado de conservação, não tendo sido registado qualquer vestígio. Já os alargamentos das sondagens 3 e 6 permitiram, respectivamente, a confirmação do limite Norte da ala dos monges medieval e a presença da escadaria de acesso ao interior da igreja (Sebastian, 2007: 11).

A sondagem 9, aberta em 2001, tinha como objectivo identificar cotas de circulação e identificar possíveis vestígios do nártex, daí a sua localização junto à porta do alçado Sul da ala dos conversos. Porém, a sua escavação não foi terminada devido à elevada inclinação da parede junto à qual se iniciou. No mesmo ano, a sondagem 10 veio confirmar o motivo da sua abertura, ou seja, a permanência da parede Oeste da ala dos conversos e a sua orientação desviante da ala dos monges, sugerida pela sua parede Norte. Esta sondagem serviu ainda para determinar a área de escavação a Oeste (Sebastian, 2007: 11).

Igualmente em 2001, foi necessário realizar quatro sondagens de salvaguarda. Denominadas por sondagem 11, 12 e 13 foram abertas no dormitório de 1705-1720, localizando-se espaçadamente no interior do edifício. Permitiram verificar que a cota de circulação se faria apenas sobre terra batida. No dormitório do século XVII efectuou-se a sondagem 14, que permitiu perceber que o nível de circulação seiscentista, em tijoleira, foi sobreposto por um lajeado setecentista (Sebastian, 2007: 11).

Com o objectivo de o adaptar a novas funções, houve necessidade de realizar uma sondagem de salvaguarda no edifício da Casa da Tulha de 1737, situado a Oeste do conjunto monástico medieval. A sondagem 15 veio confirmar a manutenção da cota de circulação, sobre afloramento rochoso, do espaço exterior em frente à igreja, actualmente conhecido como “Largo do Terreiro” (Sebastian, 2007: 11).

De modo a verificar se o Mosteiro de São João de Tarouca seguiu a tendência, usual durante o período filipino, de construção de um segundo claustro, foi planeada a sondagem 16. Esta desenvolveu-se transversalmente na metade Norte do terreiro criado sobre a cobertura abobadada do cruzamento de linhas de água, relacionada com a

construção seiscentista de três alas anexas ao limite Este do conjunto medieval. Os resultados demonstram que não existiu segundo claustro embora tenha existido uma área ampla e aberta, não sendo possível comprovar a presença de jardim (Sebastian, 2007:11-12).

Devido à remoção temporária, para restauro, do móvel do arcaz, aproveitou-se para realizar a sondagem 17. Uma vez que os resultados da escavação parcial do denominado sector sacristia foram inconclusivos, tentava-se responder a questões deixadas em aberto. Os resultados mostraram a cota e tipologia do lajeado setecentista da sacristia, tendo sido alteado pela Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). Foi igualmente reconfirmada a planta original da capela lateral Norte da igreja e identificado um espaço cemiterial, enquadrável entre os séculos XIII e XV, totalmente conservado pela selagem que o aterro de elevação do piso da sacristia setecentista constituiu (Sebastian, 2007:12).

As obras de alargamento do sistema de drenagem de humidades, já instalado na sacristia, obrigaram ao seu acompanhamento através da sondagem 18, realizada em 2003. Os trabalhos restringiram-se ao registo do levantamento do lajeado na metade Este do actual lajeado do transepto, da responsabilidade da DGEMN, permitindo confirmar a manutenção da cota de circulação interior do edifício da igreja e a elevação do braço Sul do transepto sobre um afloramento granítico (Sebastian, 2007:12).

Finalmente, em 2005, realizou-se a sondagem de planeamento número 19. A sua abertura, junto à parede Norte do refeitório medieval, prendeu-se com questões relativas à cota, morfologia, natureza do terreno de implantação do refeitório e tipo de alicerçamento utilizado. Verificou-se que o declive do terreno era elevado, daí o uso de grandes blocos rolados de granito na construção do alicerce e provavelmente, como defesa contra subidas da linha de água e deslizamentos de terreno, na sua contrafortagem (Sebastian, 2007:12).

2.2.3. Sectores

Ao contrário das sondagens, os sectores receberam numeração romana como meio de identificação, resultando num total de seis sectores que abrangeram a área total de trabalhos.

Com a orientação dos dados fornecidos pelas sondagens 1 e 5 abriu-se, em 1999, o sector I, tendo sido concluído em 2000. No mesmo ano, por solicitação da

componente de Arquitectura, começaram os trabalhos no sector III, que compreendia a área entre o sector I e a Igreja, abrangendo a sala do capítulo, *auditorium* e parte do claustro, que terminariam em 2001 (Sebastian, 2007:12; Castro, 2009: 31).

Apenas em 2001 se pôde iniciar a intervenção no sector II, que compreendia a quase totalidade da metade Norte das dependências monásticas. Necessitou de grande parte dos meios de escavação entre 2001 e 2002 mas permitiu colocar a descoberto praticamente toda a planta dos edifícios inseridos nessa área. Com o objectivo de perceber a evolução arquitectónica do complexo monástico, aliado à provável presença de espólio arqueológico, decidiu-se continuar os trabalhos através da escavação em profundidade em algumas áreas chave, das quais se destacaram as latrinas medievais, a lixeira da cozinha e o refeitório (Sebastian, 2007: 12-13; Castro, 2009: 31).

A escavação exaustiva das latrinas prolongou-se até 2004, devido às grandes dificuldades provocadas pela profundidade e exiguidade do espaço. Na lixeira da cozinha recolheram-se materiais cerâmicos em quantidade e qualidade. Neste espaço, o essencial da intervenção terminou em 2002, embora o final da escavação das diversas caleiras tenha ocorrido apenas em 2003. Já em 2005, ainda se tentou identificar o prolongamento da lixeira para Norte. O aterro para a ampliação do refeitório original possuía igual quantidade e qualidade de cerâmica. Aqui, a escavação teve início em 2004, tendo terminado em 2005 a confirmação de cotas e soluções de alicerçamento medievais. Igualmente em 2005 foi tomada a decisão do rompimento do piso da cozinha e escavação do seu nível medieval, tendo sido concluída no mesmo ano (Sebastian, 2007:13).

Ainda no decorrer de 2005 abriram-se, em simultâneo, os sectores V e VI. Foi uma intervenção rápida, uma vez que se tratavam de contextos resultantes da destruição dos edifícios e a quantidade de espólio exumado era reduzida (Sebastian, 2007:13; Castro, 2009: 32).

Definido como última área de escavação, por motivos práticos de circulação, o sector IV iniciou-se em 2003. Não tendo prioridade face a outras áreas, só a partir de 2005 recebeu maior quantidade de meios, tendo sido concluído em 2006 (Sebastian, 2007:13; Castro, 2009: 32).

A área total de escavação dos sectores, sem contar com dez sondagens exteriores a esta área, perfaz 3425m² (Figura 10) (Castro, 2009: 32).

2.3. Contextos de recolha

2.3.1. Sondagens

A sondagem 1 foi realizada junto à parede limite Este da ala dos monges e à ala do dormitório construído na 1ª metade do século XVII. A presença de cerâmica preta registou-se em unidades enquadráveis numa baliza cronológica que se inicia antes de 1154 e termina no século XX. A u.e. 077 formou-se antes de 1154, ano do início da construção da igreja do mosteiro (Barroca, 2000: 254). Após esta unidade, só voltamos a verificar a presença de cerâmica preta em contextos formados no 1º quartel de setecentos. Incluem-se, nesta fase, as u.e.'s 043, 046, 048, 050, 052 e 073. Correspondem ao aterro colocado na ala dos monges, aquando das construções do 1º quartel de setecentos. Durante a 2ª metade de setecentos formou-se a u.e. 018, que aparenta pertencer a um momento de deposição de aterro, provavelmente, proveniente da realização de obras. As u.e.'s 013, 033, 038, 053 e 071 formaram-se entre os anos 1834 e 1936, fruto da destruição e desmantelamento dos edifícios monásticos. Por fim, formada no século XX, temos a u.e. 007. Corresponde a uma camada de terra, colocada de forma a cobrir a área das dependências monásticas desmanteladas, permitindo o desenvolvimento da prática agrícola.

A sondagem 3 foi aberta na zona onde se situavam as latrinas originais. A cerâmica preta surge aqui em unidades enquadradas cronologicamente no intervalo entre a 1ª metade do século XVII e os anos de 1834-1936. As u.e.'s 119, 122, 123, 711, 717, 718 e 722 resultaram do aterro colocado na 1ª metade do século XVII, quando as latrinas dos monges foram desactivadas. No 1º quartel de setecentos formaram-se as u.e.'s 706 e 712. Correspondem ao aterro efectuado, nesse período, para elevação do piso do espaço correspondente, na planta original, às latrinas. Entre os anos 1834 e 1936 formaram-se as u.e.'s 104, 105, 108, 109, 702 e 704, resultantes do desmantelamento dos edifícios monásticos.

Na sondagem 5, aberta na zona central do refeitório, recolheram-se cerâmicas pretas em unidades enquadráveis desde a 2ª metade do século XII e a 1ª metade do século XIII, até ao 1º quartel do século XVIII. A u.e. 428 corresponde ao aterro colocado para elevação e nivelamento do terreno, aquando da construção do dormitório

dos monges, entre a 2ª metade do século XII e a 1ª metade do século XIII. A acumulação de material resultante do piso do refeitório inicial deu origem à u.e. 411. A sua cronologia compreende-se entre a 2ª metade do século XII e a 1ª metade do século XIII, até ao século XVIII, já que foi apenas no 1º quartel do século XVIII que esta divisão sofreu remodelações. A u.e. 416 formou-se depois do século XIV, mas antes do século XVIII. Por fim, a u.e. 404 corresponde à última camada de aterro, colocada no 1º quartel de século XVIII, para a elevação do piso do refeitório, aquando da ampliação para Norte.

A sondagem 7 foi realizada próxima da torre sineira, no quadrado B' 7. Foi apenas exumado um exemplar de cerâmica preta correspondente a um fundo. Encontrava-se depositado na u.e. 1005, que resultou da destruição dos edifícios monásticos, mais concretamente do corredor Sul da ala seiscentista adossada perpendicularmente à ala dos monges e anexa à face Norte da torre sineira de 1786-89.

A sondagem 8 foi realizada na ala Sul do claustro. A cerâmica preta regista-se em unidades formadas entre os anos 1834 e 1936 (u.e. 1307) e durante o século XX (u.e. 1301). A primeira corresponde a uma camada de deposição progressiva de derrubes originados pela destruição dos edifícios monásticos. A segunda u.e. resulta da regularização de entulhos efectuada pela DGEMN.

A sondagem 10 foi realizada junto à parede Oeste da tulha. Aqui só foram exumadas cerâmicas pretas de unidades atribuídas ao 1º quartel do século XVIII. As u.e.'s 1603, 1608, 1609, 1610 e 1612 foram depositadas quando ocorrem as obras, na ala dos conversos, durante o 1º quartel de setecentos.

Na sondagem 12, realizada no dormitório seiscentista, foi exumada uma peça de cerâmica preta. Encontrava-se na u.e. 2301, correspondente à camada superficial, relacionada com a actividade agrícola.

2.3.2. Sectores

O sector I abrange zonas do calefactório, parte da ala dos monges e um pouco do claustro. A cerâmica preta surge logo em unidades que se formaram durante o período entre a 2ª metade do século XII e a 1ª metade do século XIII. Exemplo disso é a u.e. 1453, correspondente à camada de elevação e suporte do lajeado medieval das alas Norte e Oeste do claustro. De seguida encontramos a u.e. 1437, que resultou do aterro efectuado, no século XIV, para eliminação do degrau central do piso original do refeitório. Depois desta unidade, as cerâmicas pretas só voltam a surgir nas u.e.'s formadas no 1º quartel do século XVIII, devido aos aterros efectuados durante as obras ao corredor dos monges, refeitório e *calefactorium*. Exemplos disso são as u.e.'s 1410, 1423, 1427, 1431 e 1435. A u.e. 1457, também formada durante o 1º quartel do século XVIII, resulta do enchimento natural, através do material arrastado pelas águas, quando em funcionamento da caleira u.e. 1447 no seu troço localizado no canto Este da ala Norte do claustro, continuando esta para Norte através do *calefactorium*. A u.e. 1426 corresponde, provavelmente, a um aterro para obras ocorrido na 2ª metade do século XVIII. Durante os anos 1834 – 1936 formaram-se as u.e.'s 1405, 1408, 1419 e 1421, originadas pelo desmantelamento dos edifícios monásticos. Por fim, enquadráveis no século XX, encontramos as u.e.'s 1401, 1402, 1403 e 1404. Correspondem a uma camada de terra, transportada gradualmente desde o início e ao longo do século XX, de forma a cobrir uniformemente toda a área das dependências monásticas desmanteladas, permitindo o desenvolvimento da prática agrícola.

O sector II abrange uma vasta área que inclui a zona das latrinas originais, cozinha, refeitório, lixeira e tulha. A presença de cerâmica preta regista-se em unidades enquadráveis desde o século XVI até ao século XX. A deposição progressiva de lixos provenientes da cozinha, durante o século XVI, ficou registada na u.e. 1740. As diversas obras levadas a cabo, durante o 1º quartel de setecentos, na área do refeitório e cozinha, originaram as u.e.'s 1721, 1734, 1722, 1746, 1748 e 1797. Já as u.e.'s 1704 e 1726 formaram-se no período compreendido entre os anos 1834 e 1936, resultado do desmantelamento dos edifícios monásticos. A u.e. 1701 corresponde a uma camada de terra, colocada ao longo do século XX, de modo a permitir o desenvolvimento da prática agrícola na área das dependências monásticas desmanteladas.

O sector III abrange parte da ala dos monges, englobando a sala do capítulo e corredor da ala dos monges. Inclui ainda parte do claustro e da zona a Norte da sacristia. A presença de cerâmica preta inicia-se no período entre a 2ª metade do século XII e a 1ª metade do século XIII na u.e. 1516, correspondente à camada de elevação e suporte do lajeado da sacristia original. Entretanto, neste sector, só volta a surgir cerâmica preta em contextos formados entre os anos 1834 e 1936, nas u.e.'s 1506, 1527, 1531 e 1541, originadas pelo abandono e desmantelamento dos edifícios monásticos. Por último, a u.e. 1501 formou-se ao longo do século XX, com o objectivo de cobrir uniformemente toda a área das dependências monásticas desmanteladas, permitindo o desenvolvimento da prática agrícola.

No espaço interior da torre sineira, denominado por sector C, foi possível verificar, através de escavação arqueológica, a existência de duas fases de ocupação. A primeira corresponde à fase de construção da torre, da qual restam o alicerce e o enchimento da base efectuado após a sua edificação. A segunda fase reflecte o momento de abandono do mosteiro e destruição dos edifícios e bens móveis, quer por via natural, quer por mão humana. Neste período são colocados vários elementos no interior da torre, que ainda estariam em uso quando o mosteiro foi abandonado, dos quais se destacam grandes quantidades de cerâmica, solas, outrora pertencentes a sapatos e vários fragmentos de vidro, sobretudo pertencentes a garrafas. Posteriormente formam-se u.e.'s compostas por elevadas quantidades de telhas e madeira que sugerem o abatimento do telhado da torre e destruição das suas escadas interiores (Castro, 2009: 46). Registou-se presença de cerâmica preta nas u.e.'s 504, 602 e 605, formadas depois do abandono do mosteiro em 1834 e até 1936.

3. Metodologia para o estudo da cerâmica

3.1. Critérios de análise e tipificação

Neste capítulo procurámos afastar-nos do processo de classificação, que contempla somente observações elementares e empíricas de propriedades formais tendo por objectivo o seu agrupamento em classes, segundo diferenças e semelhanças. A nossa intenção passa por uma aproximação ao conceito teórico de tipificação, que exige

a prévia definição hierarquizada de atributos a considerar, segundo parâmetros estabelecidos (Rice; 1987: 282-283; Sebastian, 2007: 20).

A definição dos critérios de análise, tendo como objectivo final a criação de uma tipologia cerâmica, trata-se apenas de um meio para alcançar um fim. O resultado, por si só, representa uma caracterização cultural dos materiais, da comunidade em estudo, com determinadores sócio-culturais (Rice, 1987: 283; Sebastian, 2007: 20). Nesta etapa dá-se o primeiro passo tendo em vista a compreensão do fenómeno material classificado, uma vez que este processo cruza características de produção com as de função e uso (Vilaça, 1995: 42).

É necessário ter em conta que a objectividade procurada com a tipificação nunca será totalmente atingida. A diversidade de materiais, técnicas e formas, contribuem para a subjectividade do estudo (Vilaça, 1995: 43). Da mesma forma, a formação do arqueólogo, os meios disponíveis e as questões a que se procura dar resposta dão origem a uma criação subjectiva e conjuntural (Sebastian, 2007: 20). O tipo é, portanto, uma criação subjectiva do investigador e não dos oleiros que produziram a peça (Rice, 1987: 287).

Tendo em vista a caracterização cultural, efectuamos a tipificação dos materiais cerâmicos segundo critérios tecnológicos, como a natureza da pasta, cor, decoração, etc. É natural que grupos com características semelhantes correspondam à mesma cronologia e área geográfica e que diferentes grupos apontem para diferenças geográficas ou descontinuidades de produção na mesma zona geográfica ou ambos (Alarcão, 1974: 21).

A caracterização tecnológica efectuou-se através da observação elementar e empírica das características materiais, técnicas, formais e funcionais do objecto. Estas dividem-se em características intencionais, não intencionais e consequentes. As primeiras resultam de uma acção concreta e objectiva em fase de produção, tratando-se do mais fiável aspecto de caracterização de um grupo. As características não intencionais são pequenas imperfeições não desejadas, resultantes da matéria e método de fabrico. Por último, os aspectos ligados à utilização e efeitos pós-deposicionais, como desgastes por via de uso ou armazenamento e as diferentes reacções da matéria ao prolongado enterramento, foram englobados nas características consequentes (Sebastian, 2007: 20-21).

O princípio da abordagem por critérios tecnológicos levou à divisão dos materiais cerâmicos, exumados nas escavações do Mosteiro de São João de Tarouca, em seis grupos gerais: faiança, porcelana, cerâmica com vidrado de chumbo, cerâmica preta, cerâmica vermelha e grés (Sebastian, 2007: 21; Castro, 2009: 64).

Por faiança (FAI) entendeu-se os materiais cerâmicos de pasta de argila plástica e carbonato de cálcio na dosagem aproximada de seis por quatro partes, recoberta por vidrado estanífero, pintada ou não. Denominou-se porcelana (POR) à cerâmica de pasta vitrificada, preparada com argilas muito finas, cozidas a altas temperaturas. Designou-se cerâmica com vidrado de chumbo (VCH), toda a cerâmica, independente do seu tipo de pasta, recoberta com este tipo de vidrado. O grupo geral de cerâmica preta (PRE) inclui as cerâmicas, associadas à utilização comum na confecção e armazenamento de alimentos, normalmente cozidas em ambiente redutor, do qual resulta o seu aspecto negro. Designou-se cerâmica vermelha (VER) aos fragmentos de cor avermelhada, resultante da cozedura em ambiente oxidante. Por grés (GRE) definiu-se a cerâmica compacta e uniforme, promovida por argilas constituídas por elementos promovedores da fusão (Sebastian, 2007: 21; Castro, 2009: 64-65).

Neste trabalho cabe-nos o estudo do grupo geral da cerâmica preta que, para ser devidamente percebido, deve ser englobado no contexto mais alargado do estudo histórico e arqueológico do Mosteiro de São João de Tarouca (Sebastian, 2007: 19).

3.1.1. Grupos de pasta

A próxima etapa passa por dividir, em grupos de pasta, o conjunto geral da cerâmica preta. Os critérios de análise escolhidos, para a realização desta tarefa, foram os elementos não plásticos, a cor e a dureza das pastas. A cada agrupamento de pasta obtido foi atribuído uma identificação numérica, contínua e irrepitível (ex: pasta 1, pasta 2, etc.) (Sebastian, 2007: 22).

Na definição dos grupos de pasta tivemos em conta as normais variações ocorridas durante a produção cerâmica (Alarcão, 1974: 25), o que nos motivou a considerar balizas de variação (Sebastian, 2007: 22). A variação na mesma pasta, no mesmo centro produtor, pode ser resultado do recurso a diferentes barreiros, distintas misturas de barros e dos consideráveis desvios entre cada repetição do processo de obtenção da mesma (Sebastian, 2007: 22).

Os grupos de pasta criados, apesar das variações, devem corresponder a conjuntos coerentes e indissociáveis. Determinado grupo de pasta deverá corresponder a determinado centro produtor, embora cada centro produtor possa produzir uma variedade de pastas (Sebastian, 2007: 22).

3.1.1.1. Elementos não plásticos

Quando nos referimos a elementos não plásticos falamos das substâncias presentes na pasta que modificam as suas propriedades, enquanto húmida ou seca, assim como durante e após a cozedura (Rice, 1987: 407).

Estes materiais modificam a maleabilidade da pasta, de modo que atinja o estado ideal para ser trabalhada, as características de secagem, comportamento ao fogo e características pós-cozedura. A sua presença, na pasta, pode diminuir a plasticidade, aumentar a porosidade, facilitar a secagem e contrariar o encolhimento durante a mesma, baixar o ponto de vitrificação durante a cozedura ou aumentar a força de uma peça cerâmica (Rice, 1987: 408 e 412; Shepard, 1976: 25).

Primeiro que tudo é preciso ter em conta que muitas das adições à argila, efectuadas pelo oleiro, não deixam vestígios visíveis. Embora modifiquem as propriedades da pasta original, ficam excluídas do capítulo dos elementos não plásticos (Rice, 1987: 408).

Como designações alternativas possuímos o termo “chamota” ou “grog”, que nos parece pouco abrangente já que se refere apenas a materiais cerâmicos moídos (Shepard, 1976: 25; Rice, 1987: 411-412; Vilaça, 1995: 47; Castro, 2009: 67, Balfet *et al.*, 1983: 52). Relacionado com a sua função encontramos o termo “desengordurantes”, porém não é essa a sua principal função, muito menos a única (Rice, 1987: 412).

Quanto à proveniência, os elementos não plásticos podem estar presentes naturalmente na argila ou serem adicionados posteriormente pelo oleiro. Para este último caso ajusta-se a designação de inclusões, no entanto não existe nenhuma designação específica para os elementos naturalmente presentes na argila. Neste estudo não temos possibilidade de realizar a identificação da origem destes materiais, nem nos sentimos habilitados para tal. Por isso, preferimos utilizar a denominação de “elementos não plásticos”, já que funciona independentemente da sua origem (Vilaça, 1995: 47; Shepard, 1976: 25; Rice, 1987: 408-410). É um termo referente às propriedades físicas

dos elementos e não propriamente à função. Embora não se ajuste a todos os casos, como as adições plásticas ou que conferem maior plasticidade à pasta (leite, fezes de animais, vinagre, sangue), parece-nos ser o melhor termo possível (Rice, 1987: 411-412; Vilaça, 1995: 47).

Este é o mais importante critério classificativo, no que diz respeito à identificação de diferentes pastas e, conseqüentemente, diferentes centros produtores.

A escolha dos materiais a utilizar como elementos não plásticos é tida como representante de um padrão consistente (Rice, 1987:409). Quando os oleiros estão satisfeitos com o desempenho dos elementos não plásticos é natural que mantenham a sua utilização por largos períodos de tempo (Shepard, 1976: 164).

Em qualquer região, facilmente se encontram elementos não plásticos que sirvam as necessidades dos oleiros. Por isso, a sua proveniência é, normalmente, bastante próxima do local de produção (Shepard, 1976: 165). Se a isto juntarmos o conhecimento geral da geologia de determinada área geográfica podem-se perceber os possíveis locais de proveniência dos elementos não plásticos (Shepard, 1976: 167). Este critério serve igualmente para perceber a distribuição geográfica de um determinado centro produtor (Shepard, 1976: 167).

A associação pasta/elementos não plásticos/forma/estilo pode permitir a determinação da proveniência, distinguir cerâmica local de intrusiva e localizar matérias-primas específicas. Por fim, a natureza, tamanho e forma dos elementos não plásticos são importantes para determinar funções da cerâmica e características da sua performance (Rice, 1987: 409).

Depois de atenta análise macroscópica às pastas, resolvemos medir a frequência de elementos não plásticos recorrendo às tabelas sugeridas por Prudence Rice (1987: 349) e Clive Orton *et al.* (1993: 238). As proporções apresentadas por Hélène Balfet *et al.* (1983: 53) parecem-nos inadequadas às peças em estudo. Optámos assim por agrupar as pastas em três graus: pasta com pequena frequência de e.n.p.s (até 10%); pasta com média frequência de e.n.p.s (de 10% até 20%); pasta com grande frequência de e.n.p.s (mais de 20%).

O valor medido deve ser tido como um valor absoluto e não relativo, uma vez que as pastas pós-medievais apresentam homogeneidade na distribuição destes

elementos e a sua frequência não varia consoante a secção da pasta que é observada (Castro, 2009: 67-69).

Sempre que possível, procuramos identificar os elementos não plásticos quanto à sua natureza (ex: quartzo, feldspato, mica, cerâmica moída, etc). Quando tal não for possível descrevemos apenas a sua cor e brilho (Vilaça, 1995: 47). Os minerais foram ainda caracterizados quanto ao seu grau de arredondamento. Devido à complexidade da escala de Barraclough, descrita por Clive Orton *et al.* (1993: 239), resolvemos optar simplesmente por caracterizar os elementos não plásticos como angulosos ou arredondados.

Quanto à dimensão e após retirarmos ilações das escalas propostas por Hélène Balfet *et al.* (1983: 53) e Clive Orton *et al.* (1993: 240) resolvemos adoptar a escala usada para os materiais exumados durante a escavação do Mosteiro de São João de Tarouca, desenvolvida por Luís Sebastian (2007: 22) e Ana Castro (2009: 68).

Assim, classificámos os elementos não plásticos como sendo de pequeno (até 0,5mm), médio (de 0,5 a 1mm) e grande (mais de 1mm) calibre. A mesma escala é usada por Raquel Vilaça (1995: 47) na sua tese de doutoramento e ajusta-se melhor às características da cerâmica preta em estudo.

Em relação à distribuição dos elementos não plásticos na pasta, resolvemos seguir a metodologia usada para a cerâmica exumada nas escavações do Mosteiro de São João de Tarouca. Luís Sebastian (2007: 22) e Ana Castro (2009: 68-69) propõem a não consideração desta questão uma vez que todos os materiais pós-medievais apresentam elementos não plásticos bem distribuídos. Pela mesma razão não consideramos a textura como factor de caracterização, já que se mostra sempre genericamente homogénea (Sebastian, 2007: 22; Castro, 2009: 68-69).

A análise dos elementos não plásticos passou por uma simples inspecção visual, com recurso a lupa sempre que necessário, procurando caracterizar os elementos quanto à natureza, forma, calibre e frequência.

3.1.1.2. Cor

Neste capítulo o nosso objectivo passa pela classificação dos fragmentos cerâmicos segundo a cor, de forma a constituir um critério de diferenciação, tendo em vista a associação em grupos de pasta. Com a inclusão deste critério não pretendemos atribuir, de forma demasiado simplista, a cor cinzenta ou preta das peças a um ambiente redutor mas sim interpretar as cores dos fragmentos, atribuindo-lhe maior significado, tentando desvendar a possível composição das argilas e o provável processo de cozedura (Alarcão, 1974: 27; Shepard, 1976: 103).

A cor das peças cerâmicas é influenciada, sobretudo, por dois factores: os constituintes das argilas e o processo de cozedura. A cor das argilas depende da quantidade, tamanho e distribuição de impurezas, principalmente de matéria orgânica e dos óxidos de ferro (compostos de ferro e o seu grau de oxidação). A própria dimensão das partículas das argilas influencia a cor. O segundo factor determinante é a cozedura, sua duração, temperatura e atmosfera. Em relação aos fragmentos arqueológicos é necessário ter em conta todas as alterações secundárias, ocorridas desde a cozedura até à sua recolha em escavação. Podem-se verificar marcas de uso como o caso da deposição de carbono quando as peças são sujeitas ao fogo, escurecendo as superfícies das peças. Da mesma forma, influenciam a cor, as alterações pós-deposicionais, provocadas pela erosão da aridez do meio e por deposição de substâncias, como sais, cuja absorção altera a cor superficial (Shepard, 1970: 103; Alarcão, 1974: 27; Rice, 1987: 333; Vilaça, 1995: 48).

Como vemos, a cor é resultado da conjugação de vários factores. Por isso, não podemos tomar como um dado fiável para a determinação da composição química das argilas ou do seu processo de cozedura. Como critério classificativo tem um valor secundário, sendo útil, em termos comparativos, quando as cozeduras são idênticas (Shepard, 1976: 103).

Com o objectivo de medir as cores dos fragmentos recorreremos à Munsell Soil Color Charts, edição de 1992. Este sistema, tratando-se do melhor até ao momento, organiza tridimensionalmente as três variáveis visíveis da cor: o tom (a posição da cor no espectro); a intensidade (a luminosidade ou escuridão); a saturação (a pureza da cor)

(Shepard, 1976: 108; Rice, 1987: 339; Castro, 2009: 66). Com o uso deste sistema procura-se diminuir a subjectividade na medição da cor. O facto de referir que a superfície do fragmento apresenta a cor cinzenta (Munsell 10YR 5/1) eleva a objectividade a um grau que o recurso à adjectivação simples não consegue alcançar.

As medições de cor serão feitas por nós, na mesma divisão, procurando obter condições de luminosidade similares (Rice, 1987: 343), sendo a cor medida na superfície exterior do fragmento. No caso da peça não apresentar uma cor regular ao longo da superfície optou-se por atribuir a cor predominante. Por outro lado, resolveu-se atribuir cor ao cerne das peças, quando a cor deste diferia da cor superficial. Sempre que possível, não teremos em conta alterações cromáticas provocadas pelo uso da peça, como a impermeabilização de superfícies através de gorduras ou resinas ou acumulação de carbono, quando utilizadas ao fogo (Alarcão, 1974: 27). Estas alterações consequentes serão tidas em conta no agrupamento das peças por fabricos e na determinação de funcionalidades. Porém, nas superfícies das peças mais sujeitas ao fogo é de todo impossível observar a sua cor original.

3.1.1.3. Dureza

A dureza de uma peça cerâmica permite-nos perceber a probabilidade de se quebrar ou danificar. É uma das características que nos permite avaliar a sua utilidade e durabilidade. Por dureza podemos entender a resistência à penetração, abrasão, risco, quebra e elasticidade (Shepard, 1976: 113; Rice, 1987: 354).

A dureza do material cerâmico é determinada, principalmente, pela composição da pasta e pelas condições de cozedura. O grau de dureza aumenta se os componentes e características das pastas promoverem uma melhor fusão dos elementos constituintes das argilas. Para esse facto contribuem a presença de algumas impurezas, a fineza do grão e densidade da argila, quantidade e tipo de elementos não plásticos (Shepard, 1976: 114; Rice, 1987: 354). O tratamento de superfície é igualmente um factor que faz elevar o grau de dureza, mas somente a nível superficial (Rice, 1987: 355).

No aspecto micro estrutural, cerâmicas de granulometria fina e porosidade reduzida apresentam graus de dureza superiores às cerâmicas de maior granulometria e porosidade (Rice, 1987: 355).

Normalmente, a dureza de uma pasta aumenta à medida que a temperatura de cozedura aumenta (Rice, 1987: 354). Porém, diferentes pastas atingem a dureza máxima a diferentes temperaturas e a diferentes ritmos, podendo mesmo uma cerâmica cozida a uma temperatura 500°C superior a outra ser mais friável do que aquela submetida a temperaturas inferiores (Shepard, 1976: 114; Rice, 1987: 355-356).

Uma atmosfera redutora ou severamente limitada de oxigénio, durante um determinado período de tempo, será responsável pelo endurecimento da cerâmica. Em ambientes redutores os compostos de ferro reagem com a sílica, promovendo a fusão, originando uma pasta dura a temperaturas inferiores ao normal (Rice, 1987: 354). Neste tipo de atmosfera de cozedura, outros compostos de metais alcalinos, como o sódio e o potássio, também podem actuar como fluxos (Rice, 1987: 355).

Concluindo, a elevada ou maior dureza de uma cerâmica pode resultar de três factores principais. A peça pode ter sido cozida a relativamente altas temperaturas, a atmosfera promoveu a vitrificação ou a argila utilizada funde a baixas temperaturas (Shepard, 1976: 114).

Por outro lado, factores deposicionais podem reduzir a dureza das peças, como por exemplo os sais que, quando se concentram nas superfícies como um resíduo mole, diminuem a dureza destas (Rice, 1987: 355; Castro, 2009: 69)

A relação directa entre a temperatura de cozedura e o grau de dureza de uma peça só pode ser verificada quando as argilas são idênticas (Shepard, 1976: 113-114). A mesma pasta pode atingir diferentes graus de dureza consoante as diferentes condições de cozedura. Por outro lado, a uniformidade no grau de dureza, quando a composição da pasta varia, não equivale a idênticas condições de cozedura (Shepard, 1976: 114; Rice, 1987: 357). A própria oscilação de temperatura, durante a cozedura, origina peças com diferentes graus de dureza, mesmo pertencendo à mesma fornada (Alarcão, 1974: 25).

Estas variações no mesmo tipo de pasta e similaridades entre diferentes pastas tornam a dureza num critério de classificação secundário (Alarcão, 1974: 25; Shepard, 1976: 114). As vantagens da utilização deste critério passam por comparar diferentes tipos cerâmicos em relação à sua utilidade e por ajudar na diferenciação de pastas mas, como critério de identificação, tem pouco valor (Shepard, 1976: 115).

Normalmente a dureza é medida recorrendo ao teste criado em 1882 por Friedrich Mohs. Para tal, criou uma escala que se divide em dez graus de dureza, fazendo corresponder um mineral diferente a cada um. O menor grau de dureza corresponde ao talco e o de maior dureza ao diamante (Shepard, 1976: 115; Rice, 1987: 355).

O teste de Mohs mede a resistência de uma superfície à abrasão, quando é submetida à passagem de um determinado mineral presente na escala Mohs (Rice, 1987: 355-356). Normalmente o teste efectua-se recorrendo ao microscópio binocular. Começa-se pelo mineral mais duro, até ao mais friável. O grau de dureza do objecto testado é igual ao grau do último mineral a deixar marca visível na superfície (Shepard, 1976: 116; Rice, 1987: 356).

Adequado a casos que não exijam exactidão, o teste de Mohs continua a ser usado graças à sua simplicidade, economia e rapidez cujo resultado nos pode apontar para as diversas utilidades de uma peça cerâmica (Shepard, 1976: 116; Rice, 1987: 356-357).

Para um maior valor científico é necessário existir uniformidade na pressão aplicada ao tentar riscar a superfície da cerâmica e na ponta do objecto utilizado para o efectuar (Shepard, 1976: 115; Rice, 1987: 357). Pretendendo acrescentar valor ao teste, será conveniente aplicá-lo em ambas as superfícies da cerâmica, sendo necessário ter em conta que em superfícies bastante irregulares o teste não será muito fiável. Quanto maior a homogeneidade da pasta e regularidade da superfície, maior será o valor do teste (Shepard, 1976: 116-117; Rice, 1987: 356-357).

Outra das limitações passa pela própria escala de Mohs, uma vez que os intervalos de dureza, entre graus contíguos, não são proporcionais (Shepard, 1976: 116; Rice, 1987: 357).

Utilizando a escala de Mohs, Prudence Rice (1987: 356) desenvolveu uma escala onde sugeriu uma lista de materiais, mais acessíveis ao arqueólogo comum, a que chamou de “substitutos”. Recorrendo à escala dos materiais “substitutos”, Clive Orton *et al* (1993: 233) propõe uma nova:

scala	Definição
	A superfície é riscada com uma unha
	A superfície é riscada com um arame de cobre
	A superfície é riscada com um fragmento de vidro
	A superfície é riscada com uma lâmina de aço

Quadro 1 – Escala de dureza. Adaptado de Clive Orton *et al.* (1993: 233)

Entretanto, a autora Jeannette U. Smit Nolen (1994: 119) desenvolve uma nova escala para avaliar a dureza das pastas da cerâmica local e regional da Torre de Ares, onde estabelece que o grau de dureza mínimo equivale a quando a superfície se pode desfazer com a simples passagem de um dedo.

Baseados nas propostas já referidas, resolvemos criar uma nova escala para este trabalho. O objectivo passa por obter uma escala adaptável à cerâmica preta, mas que possa ser facilmente comparada com os graus de dureza existentes na escala de Mohs. Deixa de ser uma escala meramente relativa para este trabalho e pode ser percebida e comparada directamente com a escala Mohs, ganhando assim maior significado. Apenas o menor grau da nossa escala não tem representação directa na escala Mohs.

Mohs	Orton	Definição	Bruno	
Escala	Escala		Escala	Escala Qualitativa
<2	-	A superfície é danificada com o simples passar do dedo	0	Pasta muito friável
2 - 2,5	1	A superfície é riscada com uma unha	1	Pasta friável
3	2	A superfície é riscada com um arame de cobre	2	Pasta pouco compacta
5,5	4	A superfície é riscada com uma lâmina de aço	3	Pasta compacta
>5,5	-	A superfície não é riscada por nenhum dos materiais referidos	4	Pasta muito compacta

Quadro 2 – Escala de dureza

O teste simplista para avaliar a dureza das cerâmicas será sempre efectuado por nós, tentando manter condições idênticas em todos eles, tanto na força aplicada como na manutenção das pontas dos materiais, aplicando-o em ambas as superfícies lisas do fragmento cerâmico. Utilizaremos uma simples lupa para auxiliar na observação dos resultados.

3.1.2. Grupos de fabrico

Após o agrupamento dos fragmentos por pastas, para a tarefa de associação das peças em grupos de fabrico tivemos em conta as características intencionais das peças assim como as não intencionais e as resultantes do uso e pós-deposição (consequentes) (Sebastian, 2007: 23).

Os principais critérios de análise, para a criação dos grupos de fabrico, são o tratamento de superfície, a decoração e a morfologia das peças, enquadrando-se nas características intencionais. Damos especial importância à morfologia das peças. Tivemos em conta a morfologia dos bordos, asas, perfis e dimensões. O facto de estarmos a estudar cerâmica comum dificultou a distinção de fabricos consoante o tratamento de superfície, já que a grande maioria das peças não apresenta diferenças significativas nesse aspecto. Em relação às técnicas decorativas ocorre problema semelhante. A percentagem de peças decoradas é reduzida e, quando existe, a decoração não ocupa o espaço todo das peças. Torna difícil a criação de grupos de fabrico baseados neste último critério.

As características não intencionais tratam-se de pequenos defeitos de fabrico, que nos facilitaram a distinção de produções semelhantes (Sebastian, 2007: 23).

Por último, tivemos em conta as evidências resultantes do uso das peças e da fase pós-deposicional, provocadas pelo enterramento prolongado (Sebastian, 2007: 23). Nestas características analisámos os modos e áreas de desgaste das peças, provocados por repetidos gestos de uso e armazenamento, fornecendo-nos alguns dados acerca da sua funcionalidade, permitindo-nos relacionar com as características intencionais. Tivemos igualmente atenção a possíveis evidências de reutilização ou reciclagem das peças, que possam ter ocorrido após a perda da funcionalidade original por fragmentação, após a qual possam ter adquirido novas funcionalidades, distintas das originais (Sebastian, 2007: 23).

No que diz respeito aos grupos de fabrico optou-se por atribuir uma designação alfabética. Hierarquicamente podíamos encontrar um grupo de pasta 1 em cada grupo geral, consequentemente, podemos agora encontrar um grupo de fabrico A por cada grupo de pasta (Sebastian, 2007: 24).

Cada grupo de fabrico é constituído por peças com características homogéneas, tanto técnicas, funcionais, formais, como estéticas. Pretende-se que cada grupo corresponda a um género de produção que, por sua vez, pode corresponder a uma entidade, sítio ou região. Por entidade podemos entender o oleiro ou a unidade de produção que fabricou as peças. O sítio engloba várias unidades de produção (entidades), podendo corresponder a uma localidade e até mesmo a uma zona específica da mesma, de produção com elevada homogeneidade. A região trata-se de um conceito geográfico mais alargado, podendo abranger uma área mais ou menos extensa, na qual se incluem sítios e entidades de produção com elevada homogeneidade (Sebastian, 2007: 24).

Para além de equivaler a uma área geográfica, é natural que um mesmo grupo de fabrico corresponda à mesma baliza cronológica. Por outro lado, dois grupos diferentes podem diferir em termos cronológicos, apesar de poderem pertencer à mesma entidade, sítio ou região (Sebastian, 2007: 24).

Com a investigação arqueológica o objectivo final seria fazer corresponder cada grupo de fabrico a uma região, sítio e entidade, responsável pela sua produção. Este facto só poderia acontecer se todas as peças do grupo tivessem marca de fabrico (Sebastian, 2007: 24-25). Como tal não acontece, na cerâmica preta, nunca poderemos efectuar essa substituição ao nível da tipificação. Somente na fase da interpretação, por analogia, poderemos tentar atribuir um grupo de fabrico a uma região, sítio e entidade.

3.1.2.1. Tratamento de superfície

A expectável funcionalidade de um recipiente cerâmico determina a técnica de tratamento de superfície a efectuar, assim como o momento da sua realização. Os objectivos principais passam pela remoção ou dissimulação de irregularidades de fabrico. Normalmente a textura é melhorada, permitindo a obtenção de lustro. Para além de funcional, o tratamento de superfícies, pode ter um cariz decorativo (Shepard, 1976: 65; Vilaça, 1995: 49).

A distinção das técnicas de tratamento de superfície depende do utensílio utilizado para o efeito, do grau de intensidade aplicado e do momento de secagem das pastas (Rice, 1987: 138; Vilaça, 1995: 49).

As peças, por nós estudadas, apresentam superfícies alisadas ou polidas.

O alisamento realiza-se com um utensílio semiduro, como um pedaço de couro, tecido ou a própria mão, que se aplica sobre a pasta húmida, sem grande intensidade. Resultam superfícies mais regulares, do que aquelas retiradas da roda, mas sem brilho (mate), uma vez que as partículas da argila não ficam alinhadas ou compactadas (Alarcão; 1974: 25; Rice, 1987: 138; Vilaça, 1995: 49).

O polimento de uma superfície faz-se recorrendo a um utensílio duro mas liso, como um seixo, fragmento de osso ou madeira (Por vezes é utilizado um pedaço de couro). Aplica-se, sobre a peça, uma fricção intensa numa pasta húmida, dura como couro ou seca. Neste último caso é necessário humedecer a superfície, para proceder ao polimento. Obtêm-se assim superfícies macias e com aspecto brilhante, resultado do alinhamento e compactação das partículas de argila (Alarcão, 1974: 25; Shepard, 1976: 67; Vilaça, 1995: 49). Quando é aplicado em pastas duras como couro apresentam faces estreitas e paralelas, nas zonas por onde passou o utensílio. Se a técnica é aplicada com descuido, resultam superfícies espatuladas, de brilho facetado. O facto de ter sido polida favorece a impermeabilização da superfície (Vilaça, 1995: 49; Rice, 1987: 138).

É preciso ter em conta que algumas vezes não é fácil distinguir as técnicas de tratamento de superfícies utilizadas, pela mera observação dos fragmentos.

Uma peça mais lustrosa não foi necessariamente mais polida do que outra menos brilhante. A intensidade de brilho de uma peça está relacionada com o tratamento de superfície a que foi sujeita, mas também com o tipo de pasta utilizada. O alinhamento regular e a compactação das partículas de argila, responsáveis pelo brilho após ter sido polida, pode ser afectada se a peça diminuir bastante até à secagem. Em pastas não completamente secas, o brilho obtido com o tratamento de superfície é preservado apenas se a argila possuir reduzida diminuição durante a secagem ou elevado brilho natural (Alarcão, 1974: 26; Shepard, 1976: 67; Rice, 1987: 138).

3.1.2.2. Decoração

A autora Prudence Rice (1987: 144) define decoração como o embelezamento recebido por um recipiente, após moldada a sua forma e obtidas as suas superfícies finais. Percebe-se assim a dificuldade em afastar alguns tratamentos de superfície desta definição.

Os padrões característicos do embelezamento das peças cerâmicas definem estilos decorativos. A análise destes estilos permite aos arqueólogos inferirem sobre questões relacionadas com a cronologia, possíveis interações sociais e económicas, assim como comunicações artísticas (Rice, 1987: 244).

As técnicas decorativas podem-se agrupar em duas categorias diferentes. A primeira inclui as técnicas que deslocam ou penetram a superfície. Engloba a maioria das técnicas observadas, nas peças estudadas, na qual se incluem a incisão, excisão, impressão, brunido e encrespado. A segunda categoria engloba as adições à superfície, na qual se insere a técnica da decoração plástica (Rice, 1987: 144).

As incisões tratam-se de traços realizados na pasta, recorrendo a um utensílio que percorre a superfície da peça. Distinguem-se consoante o objecto utilizado e o momento da sua realização. Quando a pasta está húmida ou dura como couro, os traços mostram-se regulares notando-se a deslocação da pasta. Se o utensílio for pontiagudo, deixa um perfil em V. Se for rombo, deixa um perfil em U, sendo as marcas, deixadas por este último, habitualmente denominadas de caneluras (Vilaça, 1995: 50; Shepard, 1976: 195 - 198; Rice, 1987: 146).

Qualquer remoção de pasta, com o intuito de decorar a peça, denomina-se de excisão. Normalmente, é realizada com a pasta húmida ou dura como couro. Prudence Rice (1987: 147), tendo em conta o processo de remoção e quantidade de pasta removida, considera três graus de excisão: a excisão simples, a chanfradura e a perfuração. No nosso caso apenas a primeira e a terceira técnica se registam. A técnica da excisão simples tem um resultado final semelhante à técnica da incisão, mas neste caso a pasta é removida e não deslocada. A técnica da perfuração implica a remoção de porções da pasta, tendo em vista a criação de uma série de aberturas na peça, originando um padrão.

Nas peças estudadas registam-se impressões, que podemos dividir em impressões simples e puncionamentos. Nas impressões simples é aplicada pressão na pasta, recorrendo ao dedo, unha ou a utensílio natural (pedra, osso, etc.), registando-se os motivos em negativo na peça (Rice, 1987: 144-145; Vilaça, 1995: 50). No

puncionamento utiliza-se, normalmente, um utensílio (punção) cuja ponta pode apresentar morfologias diversas. Quando as depressões formam linhas contínuas, a técnica recebe o nome de puncionamento linear (Rice, 1987: 145).

Os brunidos tratam-se de pequenos sulcos brilhantes, alguns quase imperceptíveis. A largura e profundidade variam consoante a força empregue e o utensílio utilizado. Normalmente são efectuados, na pasta seca, com um utensílio de ponta romba (seixo, punção de madeira, osso, etc). A decoração brunida pode-se encontrar tanto em superfícies que sofreram tratamento, como naquelas que não foram sujeitas a tal. Registam-se tanto em superfícies exteriores como interiores, havendo casos com ambas as superfícies decoradas (Vilaça, 1995: 50-51).

O autor Eugénio Lapa Carneiro (1989: 7) define o encrespado como uma *“decoração formada por séries de sulcos paralelos uns aos outros, e produzidos por uma palheta de madeira em vibração, numa operação em que levemente se encosta uma aresta da palheta à superfície do objecto cerâmico, estando este na roda e em rotação.”*

Nos centros produtores de Paus e Ribolhos, a técnica do encrespado é conhecida pelo nome de carriça (Carneiro, 1989: 11-12).

A decoração plástica ou em relevo passa pela aplicação de elementos plásticos sobre a superfície inicial da cerâmica. No nosso caso possuímos decorações em relevo contínuo (cordões), lisas ou decoradas através de unguiações, digitaçãoes, puncionamentos ou incisões. Estes elementos decorativos são colocados, normalmente, com a pasta húmida ou dura como couro. Para melhor aderência convém o grau de humidade ser semelhante, entre peças e aplicações, sendo frequente humedecer-se a zona da peça onde será aplicado o elemento plástico. É igualmente usual tornar a superfície áspera ou utilizar-se um pouco de argila húmida para promover a união (Rice, 1987: 148; Vilaça, 1995: 50).

Para além da identificação das técnicas decorativas, resolvemos utilizar como critério de tipificação o próprio estilo decorativo. Com esse objectivo dividimos a decoração em conceitos básicos, nos quais incluímos o elemento, motivo, configuração, unidade básica, disposição e estrutura (Rice, 1987: 248).

O elemento é a componente mais pequena do design, podendo ser manipulado ou aplicado, em qualquer zona da peça, como uma unidade singular. O motivo é composto por combinações de elementos, utilizados para formar componentes da decoração mais alargados. Reconhecidos como design, o modo como os motivos se dispõem preenchendo uma divisão espacial recebe a denominação de configuração (Rice, 1987: 248-249).

A unidade básica de um design é a categoria conceptual que o artista utiliza para preencher o espaço de design. Trata-se, portanto, do entendimento que o artista tem sobre o que são os constituintes primários do design. As unidades básicas são os componentes mais facilmente reconhecíveis do design e, por isso, os mais imitados entre artistas (Rice, 1987: 249).

A disposição e a estrutura dizem respeito aos arranjos decorativos. Neste ponto interessa observar onde surge a decoração na peça. Verificar se surge unida ou separada, se existe simetria e balanço, a quantidade de espaço coberto, a relação entre diferentes elementos e a sua localização na peça. Certos tipos de decoração e a sua localização na peça estão claramente associados com a forma de utilização da peça e o modo como é vista (Rice, 1987: 249).

3.1.3. Tipos

Definidos os grupos de fabrico, procuramos agora subdividi-los em tipos. Para tal, considerámos as características intencionais da morfologia e decoração, tomando como irrelevantes pequenos desvios não intencionais (Sebastian, 2007: 25). Procura-se agora dividir as peças em grupos com a maior uniformidade possível. Por isso mesmo, os critérios por nós definidos possuem ordem hierárquica, funcionando como um crivo, sendo a definição de tipos a última etapa do processo (Rice, 1987: 282-283).

Resolvemos identificar os tipos de forma numérica, composta por dois ou três dígitos, relacionando-se com a forma e a decoração. O primeiro dígito corresponde somente à identificação de determinada forma. Quando se regista um subtipo de forma utiliza-se o segundo dígito para a identificar. Os subtipos de decoração são igualmente identificados pelo segundo dígito, ficando o terceiro reservado a subtipos decorativos (Sebastian, 2007: 25; Castro, 2009: 76). O acrescento de um quarto dígito, motivado pela existência conjunta de subtipos formais e decorativos, é desnecessário uma vez que os critérios de diferenciação utilizados nos agrupamentos de fabrico, que consideraram

igualmente forma e decoração, originam a simplificação tipológica em ambos os grupos (Sebastian, 2007: 25).

O exemplar em melhor estado de conservação, de entre cada grupo tipológico, foi escolhido como peça modelo, representando as características formais e decorativas de um determinado tipo. Esta peça foi alvo de registo gráfico e fotográfico individualizado, passando as restantes peças, da mesma tipologia, a assumir um valor estatístico e comparativo, sendo através da comparação com a peça modelo que se observam as características intencionais e acidentais nas restantes peças (Sebastian, 2007: 28).

O processo de definição tipológica, referido neste trabalho, resulta numa representação esquemática de relatividades, abstracta em relação à realidade material estudada, reduzindo a necessidade do processo descritivo absoluto, como a atribuição de designações de forma (Sebastian, 2007: 28).

Concluída a tipificação dos materiais, resulta a disposição ordenada dos mesmos, que constitui o dado de maior valor científico, mais do que os objectos em si, tendo em vista a compreensão deste fenómeno cultural. Obtém-se um nível de entendimento acessível e prático, através de uma fracção de uma realidade complexa (Rice, 1987: 283; Sebastian, 2007: 28).

3.2. Terminologia aplicada

Alguidar: Classificámos como alguidar peças com morfologia de um troncocónico invertido de médias dimensões.

As duas principais funcionalidades do alguidar estão relacionadas com a preparação de alimentos e com a higiene pessoal. Na cozinha, o alguidar, podia ser usado para amassar o pão, lavar alimentos (carne, peixe, frutos) ou mesmo para escamar o peixe (Correia, 1999, 84; Fernandes, 2012: 293). No que diz respeito à higiene pessoal, podiam ser usados para lavar as mãos ou pés (Dinis; Amaral: 1999: 54; Fernandes, 2012: 294). A Isabel Fernandes (2008: 234) refere ainda que podiam ser utilizados nas boticas. Porém, a Almofia, forma semelhante ao alguidar mas feito de loiça branca, era o recipiente mais utilizado nesses locais (Fernandes, 2012: 295).

Assadeira: Classificámos como assadeira formas abertas, com paredes de reduzidas dimensões, praticamente verticais. Destinam-se a ir ao forno para assar os

alimentos (Correia, 1999, 84; Fernandes, 2012: 300). Em Barcelos, nos dias de hoje, recebem a denominação de assadeira ou pingadeira (Fernandes, 2012: 300).

Assador: O assador é uma forma fechada, de morfologia idêntica às panelas, com perfil em “S” apresentando, normalmente, duas asas. O que caracteriza estas peças são os diversos orifícios que foram efectuados no bojo e no fundo. Destinavam-se a assar castanhas (Amaral; Dinis, 1998: 103; Fernandes, 2012: 300).

Bilha: A bilha é uma forma fechada destinada a conter líquidos. Diz-nos Isabel Fernandes (2012: 308) que se trata de um recipiente alto, bojudo, com colo estreito e alto, diferindo da infusa por não possuir bico.

Caçoila: As caçoilas são, na maioria, peças de morfologia ovóide ou em calote esférica, apresentando, normalmente, bordo com orientação introvertida (Amaral; Dinis, 1998: 103). De médias dimensões, dispunham de pegas ou de pequenas asas dispostas, usualmente, aos pares.

Tinha como destino ir ao fogo, ou ao forno, para a confecção de alimentos, com destaque para o arroz e os ensopados (Amaral; Dinis, 1998: 103; Dinis; Amaral: 1999: 54).

Cântaro: Podendo apresentar uma ou duas asas, os cântaros eram formas fechadas de médias dimensões, normalmente bojudas, mostrando perfil em “S”. Podiam ser vendidos em conjunto com os testos ou separadamente (Fernandes, 2012: 313).

As suas funções principais eram conter e servir água ou vinho. Porém, existem referências de cântaros utilizados para conter mel (Fernandes, 2012: 314).

Garrafa: As garrafas tratam-se de formas fechadas, com gargalo estreito e alto e de paredes mais ou menos bojudas. Possivelmente tentam imitar as garrafas de vidro (Fernandes, 2012: 322).

Panela: Classificámos como panela formas fechadas, em que o diâmetro do bordo é, normalmente, inferior à sua altura. Embora não seja regra, a maioria apresenta perfil em “S”. Em termos de dimensões surgem panelas de tamanho pequeno, médio e grande. Podiam ter duas, uma ou nenhuma asa.

A panela servia na cozinha, destinando-se, sobretudo, a ir ao lume para cozer os alimentos (Fernandes, 2012: 326-328). Serviam igualmente para guardar alimentos líquidos ou secos e tinham, frequentemente, um testo associado (Fernandes, 2012: 326).

Prato: Os pratos são formas abertas, de aba larga, com a largura bastante superior à altura (Fernandes, 2012: 332). Apresentam morfologia troncocónica.

Inicialmente tinham a designação de trincho. Adquiriram essa denominação uma vez que foram substituindo, paulatinamente, os trinchos de pau (Fernandes, 2012: 332). Em certas comunidades de religiosos, o trincho era um prato de pau, no qual se levava a ração de carne para o refeitório (Bluteau, 1712 – 1728, VIII: 289).

Existiam ainda os pratos de cântaro, que se colocavam sobre os cântaros de água, em cima dos quais se colocava o púcaro (Fernandes, 2012: 332).

Púcaro: Os púcaros, podendo existir em variados tamanhos, são peças de pequenas dimensões (Fernandes, 2012: 335). Tratam-se de formas fechadas, de perfil em “S”. Normalmente só possuem uma asa.

Destinavam-se sobretudo à ingestão de líquidos (água e vinho) (Correia, 1999, 84; Fernandes, 2012: 336). Em Coimbra era usual o púcaro repousar sobre o prato que cobria o cântaro, pote ou talha (Fernandes, 2012: 336).

Sertã: As sertãs apresentam morfologia troncocónica de médias dimensões e paredes baixas. Distinguem-se das frigideiras por apresentem cabo comprido. Eram colocadas directamente sobre o fogo, destinando-se a frigar alimentos (Fernandes, 2012: 340).

Talha: As talhas são formas fechadas e bojudas, de dimensões superiores às do cântaro e da panela. Destinavam-se ao armazenamento de sólidos e líquidos. Podiam conservar água, azeite, mel, azeitonas, frutos e vinho (Correia, 1999, 83; Fernandes, 2012: 343).

Podiam possuir testo ou não, mas exigia-se que tivessem paredes com um certo grau de impermeabilidade e bons fundos, para que não deixassem repassar o conteúdo pelas paredes (Fernandes, 2012: 343).

Testo: Os testos apresentam perfil em forma de “T” invertido. Basicamente são discos planos com uma pega ao centro. Eram utilizados para cobrir os diversos recipientes (Fernandes, 2012: 346).

Tigela: Denominamos tigelas a peças com morfologia em calote esférica seccionada, de pequenas dimensões. Eram sobretudo utilizadas para comer e até mesmo beber (Fernandes, 2012: 348).

4. Tipologia

Segundo os critérios definidos no capítulo 3, referente à metodologia do estudo da cerâmica, criámos os grupos de pasta, grupos de fabrico e respectivas tipologias, que em seguida descrevemos.

Foi, no entanto, necessário efectuar pequenas alterações, na metodologia definida, para melhor se adaptar às cerâmicas em estudo.

Ao contrário das faianças estudadas por Luís Sebastian (2010) e das cerâmicas europeias de importação estudadas por Ana Castro (2009), não conseguimos associar, com segurança, diferentes formas ao mesmo fabrico. Isso apenas foi possível realizar nos grupos de pasta 4 e 5, devido às semelhanças registadas, sobretudo, ao nível da morfologia dos bordos. Nas peças da pasta 1, 2 e 3 tal não acontece. Por esse motivo, foi de todo impossível associar, com segurança, uma caçoila a uma panela. Os bordos e perfis das peças são completamente diferentes. As mesmas diferenças podem registar-se nas superfícies, quer em termos de alisamento, quer em termos cromáticos, mesmo numa só tipologia.

Temos de ter em conta que a produção de cerâmica preta não se trata de uma produção em série, de fábrica. Estamos perante pequenos centros produtores, compostos por pequenas unidades familiares, de produção manual e sem recurso a fornos elaborados, onde cada peça é única e irrepetível.

É importante referir que as peças de cerâmica preta não fazem parte de baixelas, para serem vendidas ou utilizadas em conjunto. São produzidas individualmente e vendidas em separado. Quem compra uma panela não compra, necessariamente, uma caçoila ou um púcaro. Apenas os testos poderiam fazer conjunto com outras formas. Por isso, resolvemos dividir os fabricos segundo o binómio forma/funcionalidade, criando um fabrico correspondente a cada um deles (ex: panelas, caçoilas, cântaros, etc). Assim, às tipologias deixam de corresponder os 3 dígitos, passando apenas a conter 2 dígitos para a sua tipificação. O primeiro corresponde à forma e o segundo à decoração. O dígito em falta, que corresponderia igualmente à forma, passa a ser desnecessário, uma vez que já foi criado um grupo de fabrico baseado na morfologia das peças.

Nas peças da pasta 4 e 5, sempre que possível, auxiliados pelas semelhanças ao nível dos bordos, associamos diferentes formas ao mesmo fabrico. Quando tal não foi

possível, optámos por seguir a metodologia referida neste capítulo que privilegia o binómio forma/funcionalidade.

De referir ainda que, quando não são mencionados alguns aspectos, como asas, fundos ou decorações, é devido à sua ausência.

Para uma mais fácil compreensão da tipologia criada recomendo a leitura do Apêndice B, com o Quadro Tipológico completo ou então as figuras 11 a 15, com o Quadro Cronológico da cerâmica preta.

4.1. Grupo de pasta 1

O grupo de pasta 1 apresenta média frequência de elementos não plásticos, angulosos e de calibre médio. Quanto à natureza observam-se elementos de quartzo, feldspato e mica (biotite e moscovite). Nas pastas, pouco compactas, predomina a cor cinzenta (10YR 5/1).

Provavelmente, as peças da pasta 1 foram cozidas em soengas. As cores cinzentas das pastas apontam para a uma cozedura realizada a, relativamente, baixas temperaturas, em ambiente redutor (Shepard, 1976: 106-107; Rice, 1987:345).

As estrias irregulares registadas no interior das superfícies apontam para o uso da roda baixa, na elevação das peças.

4.1.1. Fabrico A

Este conjunto apresenta peças cujas superfícies foram sujeitas a um simples alisamento. Deste tratamento resulta uma melhor compactação e alinhamento dos constituintes da pasta, em particular dos elementos não plásticos. Mesmo assim, apresentam superfícies um pouco ásperas. As suas cores não diferem muito das do cerne, onde as cinzentas (10YR 5/1 e 10YR 6/1) são as mais frequentes.

4.1.1.1. Fabrico A.1 (Painéis)

Este grupo de fabrico é constituído por formas fechadas de perfil em “S”. Tem início no bordo, em aba, inflectindo depois no colo e alargando novamente na pança, onde atinge o diâmetro máximo, após o qual começa a estreitar até terminar no fundo plano.

Os elementos de preensão registados tratam-se de asas de fita com secção sub-elipsoidal ou sub-rectangular. Podem surgir peças com duas, com uma, ou sem asas.

As peças atribuídas a este grupo de fabrico foram classificadas como painelas. No entanto, nas peças mais pequenas, há sempre dificuldade em distinguir entre púcaros e painelas.

4.1.1.1.1. Fabrico A.1.1

As peças incluídas neste grupo de fabrico caracterizam-se pela semelhança morfológica, ao nível dos bordos, asas e perfis. Os primeiros apresentam-se em aba, de extremidade bífida, podendo, esta característica da extremidade, ser mais, ou menos, pronunciada. Na zona superior e interna do bordo encontramos, quase sempre, uma pequena saliência onde poderia assentar o testo.

As tipologias deste fabrico apresentam asa de fita de secção sub-rectangular ou sub-elipsoidal, que arrancam junto ao bordo. Mostram fina espessura, quando comparadas com a largura.

Regista-se alisamento nas superfícies exteriores. As interiores só foram alisadas na zona do bordo. Predominam as cores cinzentas (10YR 5/1 e 10YR 6/1), tanto no cerne como nas superfícies.

A presença de diferentes técnicas decorativas levaram à criação de dois subgrupos de fabrico, que descrevemos em seguida.

4.1.1.1.1.1. Fabrico A.1.1.1

Apesar das semelhanças morfológicas, as peças deste grupo podem variar bastante em termos de dimensões. Para termos uma ideia, o diâmetro de bordo mais pequeno mede 10cm enquanto o maior atinge os 30cm.

Os cordões plásticos são a única decoração registada neste fabrico. Surgem em todas as peças decoradas. Podem dispor-se vertical ou horizontalmente. Estes últimos surgem sempre depois da primeira inflexão da peça, que marca a passagem do pescoço para o bojo. Normalmente, o primeiro destes cordões surge imediatamente abaixo desta inflexão, na zona conhecida como o ombro da peça. Apenas na peça nº1245 isso não se verifica, surgindo o cordão quase na zona onde atinge o diâmetro máximo e a asa cola no bojo. O início dos cordões verticais regista-se no espaço entre o bordo e a primeira

inflexão da peça. Nesse intervalo, podem surgir mais acima ou mais abaixo, podendo, por vezes, aparecer praticamente colados ao bordo.

É natural que as peças possuíssem mais cordões plásticos. Porém, as dimensões dos fragmentos não nos permitem observar essa realidade.

Resolvemos incluir também, neste grupo, duas asas de fita (nº1682 e nº5923) que, ao centro, foram decoradas com um cordão plástico digitado.

Cronologia: Desde o 1º quartel do século XVIII até à 1ª metade do século XIX.

4.1.1.1.2. Fabrico A.1.1.2

Com bordos ligeiramente extrovertidos, em aba de morfologia bífida, e suportadas por asas de fita, as peças deste fabrico são em tudo semelhantes ao grupo de fabrico anterior. O que diferencia este conjunto é a presença da técnica decorativa do encrespado, que ocupa quase todo o bojo das peças. A decoração inicia-se no ombro da peça terminando perto do fundo. É composta por sulcos verticais, pouco profundos, de morfologia sub-elipsoidal alongada, dispostos paralelamente entre si. A peça nº1591 foi decorada, além do encrespado, por um cordão plástico digitado, disposto horizontalmente.

No que diz respeito às dimensões, verificam-se diâmetros de bordo entre os 10cm e os 13,5cm.

Cronologia: 1ª metade do século XIX.

4.1.1.1.2. Fabrico A.1.2

Em termos morfológicos, este grupo de fabrico é muito coerente, tanto ao nível do bordo, como ao nível do perfil, em “S”, das peças. Os bordos mostram orientação extrovertida e uma aba mais espessa do que os grupos de fabrico anteriores. Os seus diâmetros oscilam entre 16cm e 24,2cm. Podemos estar na presença de recipientes sem asa, já que nenhuma das peças mostra sinais de possuir elemento de prensão. Ou, simplesmente, as dimensões dos fragmentos não são suficientemente significativas de modo a representa-los.

Como é usual em formas fechadas, apenas a superfície exterior foi alisada na totalidade. As cores mais frequentes são as cinzentas (10YR 5/1 e 10YR 6/1), não existindo diferenças entre cerne e superfícies.

Em termos decorativos, registam-se somente cordões plásticos digitados, podendo apresentar disposição horizontal ou vertical. Os locais onde se iniciam e terminam, assim como as zonas onde foram adossados à peça são, em tudo, semelhantes aos registados no fabrico A.1.1.1.

Quanto à funcionalidade, classificámo-las como painéis, quer pela morfologia, quer pelas marcas de fogo que surgem nas superfícies exteriores de algumas delas. Poderiam tratar-se de talhas, mas as referidas marcas excluem essa hipótese.

Cronologia: 1º quartel do século XVIII.

4.1.1.2. Fabrico A.2 (Caçoilas)

Este fabrico regista a presença de peças com morfologia em calote esférica seccionada ou ovóide, com o bordo introvertido e fundo plano, que classificámos como caçoilas. Os bordos mostram, usualmente, forma de amêndoa com a secção do lábio semicircular. Nalguns, nota-se uma pequena reentrância onde poderia assentar o testão. Em termos de dimensões, surgem peças com diâmetros entre os 14cm e os 38cm.

As pegas, de secção sub-rectangular, são os únicos elementos de apreensão. No total possuímos cinco exemplares, com dois deles mostrando decoração.

As superfícies, ambas alisadas, não mostram diferenças cromáticas em relação ao cerne, onde predominam as cores cinzentas (10YR 5/1 e 10YR 6/1).

Resolvemos criar dois subgrupos para este fabrico, devido à diferente decoração.

4.1.1.2.1. Fabrico A.2.1

Neste conjunto, a decoração pode surgir em três zonas distintas na peça. O bordo apresenta-se normalmente decorado. Apenas a peça nº5850 mostra bordo sem decoração. As restantes tipologias possuem um cordão plástico digitado, disposto horizontalmente, adossado posteriormente à elevação da peça. É adossado ao bordo, na parte superior da peça, onde esta inflecte para o interior. Por vezes notam-se deformações nos cordões plásticos, provavelmente, devido à posição de cabeça para baixo em que são colocadas as peças, pelo oleiro, na fase da secagem da pasta.

O bojo decorado regista-se em nove peças. O cordão digitado, disposto na vertical, surge nas peças nº2170, nº1259 e nº1263. Esta decoração arranca na zona do bordo, sobrepondo-se ao cordão horizontal, já referido, e percorre o perfil até próximo

do fundo. Na zona do bojo encontramos igualmente o cordão digitado, disposto na horizontal, nas peças nº1208, nº1259 e nº5878.

Por fim, registamos decoração na asa da peça nº2170. Observam-se três linhas incisadas, paralelas entre si e dispostas obliquamente em relação à parede da peça. Além destas incisões, existe um cordão plástico, sem decoração, que se sobrepõe à decoração anterior. Encontra-se disposto verticalmente em relação à parede da peça, no centro da pega.

Cronologia: Desde o 1º quartel do século XVIII até à 1ª metade do século XIX.

4.1.1.2.2. Fabrico A.2.2

A introdução de uma nova técnica decorativa levou-nos a criar um grupo de fabrico diferente do anterior. Trata-se do encrespado que decora todas as peças incluídas neste conjunto. Nas peças nº323 e nº324 o encrespado inicia-se junto ao bordo, imediatamente abaixo do cordão plástico decorado. Possivelmente, nestas duas peças, a decoração estende-se até próximo do fundo. Na peça nº1731 não é possível observar o início da decoração, mas verifica-se que termina junto a um cordão plástico digitado, disposto horizontalmente, que foi adossado à parede da peça, ao mesmo nível das pegas. Ainda na peça nº323, registam-se três linhas incisadas efectuadas na parte superior do elemento de prensão. Percorrem a pega desde o corpo da peça até ao término do elemento de prensão. Uma, efectuada ao centro, percorre longitudinalmente a pega. As restantes encontram-se posicionadas obliquamente em relação à primeira e perpendicularmente entre si.

As referidas peças mostram diâmetros, no bordo, entre os 18cm e os 24,3cm.

Cronologia: 1ª metade do século XIX.

4.1.1.3. Fabrico A.3 (Púcaros)

Do grupo de fabrico A.3 fazem parte formas fechadas de pequenas dimensões de perfil em “S”. Os diâmetros de bordo compreendem-se entre os 10cm e 12cm. Como é usual nas formas fechadas, apenas as superfícies exteriores foram alisadas.

É difícil atribuir uma funcionalidade com elevado grau de certeza. A maioria das peças não apresenta grandes dimensões e o facto de possuírem apenas uma asa parece apontar para a utilização destas como púcaros.

4.1.1.3.1. Fabrico A.3.1

A peça nº326 é a representante da única tipologia deste grupo de fabrico. O bordo, ligeiramente extrovertido, mostra parte superior plana, com ligeiro espessamento externo. Média 9,5cm de diâmetro. A asa, de secção sub-rectangular, arranca logo abaixo do lábio, indo colar ao bojo.

A superfície exterior mostra cor cinzenta escura (5YR 4/1) e a interior cinzenta (5YR 5/1). Distinguem-se ligeiramente da cor cinzenta (5YR 6/1) do cerne.

Cronologia: 1ª metade do século XVII.

4.1.1.3.2. Fabrico A.3.2

Neste grupo de fabrico encontramos formas sem decoração, com um repertório de formas muito reduzido. Caracterizam-se por possuírem bordos em aba, com lábio de secção triangular, apontado para cima. Os diâmetros de bordo medem aproximadamente 12cm. O tipo de bordo referido surge, sempre e só, associado a peças com asas de rolo de secção circular. A recorrente associação justifica a criação do grupo de fabrico em causa. Conseguimos ainda atribuir alguns fundos planos às peças em causa.

As superfícies não se distinguem do cerne em termos cromáticos. As cores cinzentas (10YR 5/1 e 10YR 6/1) são as mais frequentes.

Cronologia: Desde a 1ª metade do século XVII até ao 1º quartel do século XVIII.

4.1.1.3.3. Fabrico A.3.3

Como representante deste fabrico temos uma forma com bordo extrovertido e lábio de secção semicircular. Média 10cm de diâmetro. O arranque da asa permite-nos verificar uma secção de morfologia sub-rectangular.

Em termos cromáticos, as superfícies, não se distinguem do cerne. Mostram cor cinzenta (10YR 6/1).

Cronologia: 1º quartel do século XVIII.

4.1.1.3.4. Fabrico A.3.4

Este grupo de fabrico é representado por uma tipologia apenas. Apresenta bordo espessado interna e externamente, com a parte superior plana, medindo 11cm de diâmetro. Mostra asa de fita de secção sub-elipsoidal, sendo bastante larga em relação à sua espessura.

Tanto o cerne como as superfícies mostram cor cinzenta (2.5Y 5/1).

Para além da morfologia e dimensões, é a decoração que melhor caracteriza este grupo de fabrico. Encontra-se decorado através do encrespado. Esta técnica decorativa provocou uma série de leves depressões longitudinais ao longo da parede exterior da peça. Encontram-se dispostas verticalmente, sendo paralelas entre si. Iniciam-se após o ombro e terminam próximo do fundo da peça.

Cronologia: 1ª metade do século XIX.

4.1.1.4. Fabrico A.4 (Tigelas)

O grupo de fabrico em questão é constituído por duas tipologias, que classificámos como tigelas devido às suas características. A morfologia de ambas é de um tronco de cone invertido e seccionado. O bordo apresenta lábio de secção semicircular. Após o bordo, a parede inflecte e desenvolve-se até atingir o fundo plano, como mostra a peça nº5707. Em termos de dimensões, a peça nº5879 apresenta diâmetro no bordo de 18cm. A peça nº5707 mostra diâmetro no bordo de 14,4cm e uma altura de 5,6cm. Nenhum dos tipos apresenta decoração.

Tratando-se de formas abertas, receberam alisamento nas duas superfícies. Estas, não se distinguem do cerne em termos cromáticos. A peça nº5707 apresenta cor castanha clara (10YR 7/4) e a peça nº5879 cinzenta clara (10YR 7/2).

Cronologia: 1º quartel do século XVIII.

4.1.1.5. Fabrico A.5 (Assador)

Constitui este fabrico um fundo plano, com 11cm de diâmetro, e o que resta das paredes da peça. O que motivou a criação de um grupo de fabrico distinto foi a presença de orifícios circulares, com diâmetros aproximados de 1,4cm, que surgem ao longo da peça, quer nas paredes, quer no fundo. O alisamento foi apenas aplicado à superfície exterior. A peça em causa (nº338) mostra diferenças cromáticas entre a superfície

exterior, o cerne e a superfície interior. Mostram, respectivamente, cor cinzenta (5YR 5/1), vermelha acastanhada clara (5YR 6/4) e castanha amarelada (10YR 6/4).

Não considerámos os orifícios como decoração, já que o seu objectivo seria funcional e não o embelezamento da peça, que classificámos como assador.

Cronologia: 1ª metade do século XIX.

4.2. Grupo de pasta 2

A pasta 2 apresenta pequena frequência de elementos não plásticos, angulosos e de pequeno calibre. Quanto à natureza observam-se elementos de quartzo, feldspato e mica, onde a moscovite é o elemento mais frequente. Muitas vezes surge ainda cerâmica moída, de cor vermelha e/ou preta. No cerne das peças, a cor mais registada é a vermelha (2.5YR 5/6), embora também possa surgir a cor castanha (7.5YR 4/3). No que diz respeito à dureza, estamos perante uma pasta compacta.

Em relação à cozedura, é provável que estejamos na presença de peças cozidas em soenga, uma vez que algumas não apresentam cor uniforme. Nestes casos a cor do cerne não se distingue da cor das superfícies, o que pode indicar uma cozedura realizada em soenga. Outras peças mostram o cerne com cores avermelhadas e superfícies escuras. Este resultado final é mais facilmente obtido com uma cozedura prolongada e a temperaturas superiores a 1000°C (Rice, 1987: 80-82; Shepard, 1976: 80-86). Ou seja, utilizando um forno e não uma soenga. Porém, desconhecendo o tipo de soenga utilizado, temperatura atingida, tempo de cozedura e composição química das argilas utilizadas, torna-se difícil afirmar que também utilizariam forno de duas câmaras. De referir que os oleiros de Molelos conseguiam produzir cerâmicas vermelhas, mesmo cozendo em soenga (Temudo, 1905: 158 e 160).

Como se observa na Figura 16, as estrias nas superfícies interiores das peças apresentam-se irregulares, podendo indicar o uso de roda baixa na elevação das peças.

4.2.1. Fabrico A

As peças incluídas neste grupo de fabrico caracterizam-se por apresentarem superfícies bem alisadas. Normalmente, as formas abertas recebem alisamento em ambas as superfícies, ao contrário das formas fechadas que são alisadas, sobretudo, na superfície exterior. A cor predominante nas superfícies é cinzenta escura (5YR 3/1) que

cobre bem a cor vermelha (2.5YR 5/6) do cerne. No entanto, registam-se peças onde a cor castanha (7.5YR 4/3) é a mais frequente, possivelmente devido à cozedura irregular a que foram sujeitas.

4.2.1.1. Fabrico A.1 (Tigelas)

Este conjunto é constituído por tipologias com formas em calote esférica seccionada, sem decoração, com as duas superfícies alisadas, que classificámos como tigelas. Os diâmetros de bordo podem variar entre os 8cm e os 23cm. As alturas das peças compreendem-se entre os 5,5cm e os 10cm.

4.2.1.1.1. Fabrico A.1.1

Este grupo de fabrico possui três tipologias. Apresentam bordo com lábio de secção semicircular, com diâmetros entre 17cm e 20cm, abaixo do qual se observa uma carena acusada. Mostram ambas as superfícies bem alisadas, de cores cinzentas (10YR 5/1), não se distinguindo do cerne.

A decoração surge apenas numa tipologia (nº5782). Na zona do bordo, entre o lábio e a carena, observam-se dois puncionamentos de morfologia sub-elipsoidal, dispostos na vertical. Provavelmente, fariam parte de um puncionamento linear.

Cronologia: Desde a 2ª metade do século XII até ao 1º quartel do século XVIII.

4.2.1.1.2. Fabrico A.1.2

Compõem este grupo de fabrico pequenas formas abertas, de paredes oblíquas e sem decoração. Os bordos, com diâmetros entre 8cm e 10cm, mostram lábios de secção semicircular. Ambas as superfícies foram alisadas. Apresentam cores entre o preto (10YR 2/1) e o cinzento-escuro (10YR 3/1), não se distinguindo claramente do cerne.

Muito provavelmente, foram utilizadas como candeias de azeite. É conhecida uma peça de morfologia e dimensões semelhantes, à qual foi atribuída essa funcionalidade (Castro; Catarino; Sebastian, 2004: 122, Fig.9).

Cronologia: 1º quartel do século XVIII.

4.2.1.1.3. Fabrico A.1.3

Deparamo-nos, neste fabrico, com um conjunto de peças com o bordo a mostra-se direito ou ligeiramente extrovertido, mas sempre com o lábio de secção semicircular. Abaixo do bordo observa-se uma carena, após a qual o perfil inflecte em direcção ao fundo plano. A peça nº5702 não mostra claramente as características referidas. No entanto, optámos por colocá-la neste grupo de fabrico devido às semelhanças registadas ao nível das superfícies da peça.

Todas as tipologias mostram ambas as superfícies alisadas. No entanto, aparentam um tratamento menos cuidado, quando comparamos com outros fabricos (ex: fabrico A.1.4). Nota-se na aparência e no toque mais rugoso que propicia. As suas cores oscilam entre a cinzenta (10YR 6/1) e a cinzenta avermelhada (5YR 5/2), distinguindo-se do cerne que mostra cores desde a vermelha (2.5YR 5/6) à amarela (2.5Y 8/6).

Em termos de dimensões, registam-se diâmetros que variam entre 14,4cm e 18cm. As peças de perfil completo (nº5708, nº5709, nº5713, nº5710 e nº5720), de fundo plano, permitem-nos observar que a peça mais baixa mede 5,5cm de altura, enquanto a mais alta atinge os 7,5cm.

Cronologia: 1º quartel do século XVIII.

4.2.1.1.4. Fabrico A.1.4

Neste fabrico encontramos peças com bordos ligeiramente extrovertidos. Alguns podem apresentar espessamento, mas apresentam sempre lábios de secção semicircular. Observa-se uma carena pouco acusada, no perfil da peça, localizada abaixo do bordo. Os diâmetros, deste último, compreendem-se entre os 13,6cm e os 17,7cm. As peças com perfil completo (nº5715 e nº5712) possuem fundo plano.

Em termos morfológicos este fabrico é bastante semelhante ao fabrico A.1.3. No entanto, optámos por agrupar em diferentes fabricos devido às diferenças registadas ao nível das superfícies. Este fabrico mostra superfícies mais lisas e mais escuras. As cores cinzentas escuras (5YR 3/1; 5YR 4/1) são as mais frequentes. Distinguem-se bem do cerne que mostra cores entre a vermelha (2.5YR 5/6) e a cor-de-laranja (2.5YR 7/8).

Cronologia: 1º quartel do século XVIII.

4.2.1.1.5. Fabrico A.1.5

As duas tipologias deste grupo de fabrico mostram bordo ligeiramente extrovertido, com lábio de secção semicircular e diâmetro próximo dos 13,5cm.

As superfícies, ambas alisadas, são difíceis de distinguir, em termos cromáticos, do cerne. Apresentam cores que oscilam entre a preta (10YR 2/1) e a cinzenta escura (10YR 3/2).

Cronologia: 1º quartel do século XVIII.

4.2.1.1.6. Fabrico A.1.6

A característica mais particular deste grupo de fabrico prende-se com o facto de apresentarem um bordo com orientação introvertida, em relação à parede da peça, e lábio de secção semicircular. Os seus diâmetros medem entre 16,2cm a 18cm. A peça nº5699 apresenta 6cm de altura, sendo mais baixa do que a nº650. No entanto, apenas na primeira peça se pode observar o fundo plano.

As suas superfícies, com cores que oscilam entre a cinzenta (10YR 5/1) e a castanha amarelada (5Y 6/3), foram sujeitas a alisamento. Em termos cromáticos, não se distinguem do cerne.

Cronologia: 1º quartel do século XVIII.

4.2.1.1.7. Fabrico A1.7

Neste grupo encontramos peças onde o bordo mostra ligeiro espessamento externo, tendo lábio de secção semicircular. Os diâmetros dos bordos oscilam entre os 12cm e os 13,4cm e as alturas das peças entre os 6cm e os 6,7cm. Tratam-se de peças de paredes finas e fundo plano. As superfícies, ambas alisadas, não mostram diferenças cromáticas em relação ao cerne. A peça nº5711 mostra cor cinzenta escura (10YR 4/1), enquanto a peça nº5872 mostra cor castanha esverdeada (2.5Y 6/4).

Como decoração, apresentam sempre uma linha incisa imediatamente abaixo do bordo. A peça nº5711, para além desta, apresenta mais duas linhas incisadas na parte inferior do corpo.

Cronologia: 1º quartel do século XVIII.

4.2.1.1.8. Fabrico A1.8

As tipologias presentes neste grupo possuem os bordos ligeiramente extrovertidos. Estes mostram perfil em “S”, lábio de secção semicircular e diâmetros entre 15cm e os 16,8cm. As tipologias de perfil completo permitem-nos observar fundos planos e alturas entre os 7cm e os 8cm. Nas superfícies, bem alisadas, predomina a cor cinzenta escura (5YR 3/1). Distinguem-se do cerne que apresenta cores entre a vermelha (2.5YR 5/6) e a vermelha rosada (2.5YR 4/4).

Cronologia: Desde a 2ª metade do século XVIII até à 1ª metade do século XIX.

4.2.1.1.9. Fabrico A.1.9

Este fabrico caracteriza-se por apresentar peças com o bordo espessado internamente e lábio de secção semicircular. O seu diâmetro varia entre 14,5cm e 23cm. As peças nº1930 e nº664, possuindo perfil completo, apresentam fundo plano e alturas entre 7cm e 10cm.

Verificam-se ambas as superfícies bem alisadas, onde predominam as cores cinzenta escura (5YR 3/1) e cinzenta acastanhada escura (10YR 4/2). No cerne, as cores mais frequentes são a vermelha rosada (2.5YR 5/4) e a castanha (7.5YR 5/4).

Cronologia: 1ª metade do século XIX.

4.2.1.2. Fabrico A.2 (Pratos)

Este grupo de fabrico conta com formas abertas, de aba longa e direita, com as duas superfícies alisadas. Teriam morfologia em tronco de cone invertido e seccionado. A largura seria muito superior à altura, tendo sido classificadas como pratos. Poderiam ser utilizados para ir à mesa ou para tapar recipientes, funcionando como testos. Apresentam diâmetros entre 15,5cm e 24cm e alturas que variam entre os 3,3cm e os 6,2cm.

4.2.1.2.1. Fabrico A.2.1

Formas abertas com bordos de lábio de secção semicircular perfazem este conjunto de peças. Os seus diâmetros oscilam entre os 15,5cm e os 22,4cm. Mostram

paredes direitas, mas oblíquas em relação aos fundos planos. A altura das peças insere-se no intervalo de 3,3cm a 5,8cm.

Mostram ambas as superfícies alisadas. Em termos cromáticos existem grandes variações ao longo da peça, registando-se tanto nas superfícies, como no cerne. Tanto podem apresentar cor-de-laranja (5YR 6/6), como cor castanha (7.5YR 5/2).

Cronologia: Desde o 1º quartel do século XVIII até à 1ª metade do século XIX.

4.2.1.2.2. Fabrico A.2.2

Neste grupo incluímos formas abertas, mostrando bordo com lábio de secção sub-quadrangular. Em termos de dimensões, apresentam diâmetro de bordo entre os 16,2cm e os 24cm. Possuíam fundo plano e uma altura compreendida entre os 4cm e os 4,5cm.

Apresentam ambas as superfícies alisadas, mostrando cores compreendidas entre a cinzenta escura (5YR 3/1) e cinzenta acastanhada (10YR 5/2). Distinguem-se bem do cerne, em termos cromáticos, já que este apresenta cores que se aproximam da vermelha (2.5YR 5/4).

A atribuição de função prato à peça nº5797 colocou-nos alguns pontos de interrogação. De facto a orientação da peça e a sua morfologia é bastante semelhante aos demais tipos incluídos neste fabrico. No entanto, apresenta dois orifícios circulares, que poderiam servir para colocar a peça suspensa na vertical. Ambas as superfícies receberam tratamento. A superfície interior foi sujeita, inclusive, a polimento, enquanto a exterior foi apenas alisada.

Cronologia: Desde o 1º quartel do século XVIII até à 1ª metade do século XIX.

4.2.1.2.3. Fabrico A.2.3

Assim como o grupo anterior, este é constituído por formas com o fundo plano, paredes oblíquas e bordo com lábio de secção semicircular. Os diâmetros deste último vão desde os 16,8cm aos 19,3cm. A peça mais pequena mede 5cm de altura, enquanto a maior apresenta 6,2cm de altura.

Distinguem-se do fabrico A.2.1 por mostrarem paredes mais finas e um alisamento de melhor qualidade. As superfícies mostram cor cinzenta escura (5YR 3/1), distinguindo-se perfeitamente do cerne que mostra cor vermelha (2.5YR 6/6).

Cronologia: 1ª metade do século XIX.

4.2.1.3. Fabrico A.3 (Alguidares)

Fazem parte deste conjunto tipologias de morfologia troncocónica invertida e seccionada. O bordo apresenta-se, usualmente, em aba pendente, com diâmetros desde os 15,2cm até aos 50cm. Nas peças de perfil completo é possível observar alturas entre os 9cm e os 12,3cm. Mostram ambas as superfícies alisadas, tendo sido dada especial atenção à superfície interior, com o objectivo de a impermeabilizar.

Pelas suas características, classificámos as peças como alguidares.

4.2.1.3.1. Fabrico A.3.1

O grupo de fabrico A.3.1 é constituído por tipologias que apresentam bordo extrovertido, de morfologia triangular, e diâmetros entre os 20cm e os 22cm.

Mostram ambas as superfícies alisadas, distinguíveis do cerne em termos cromáticos. As primeiras mostram cores entre a cinzenta escura (5YR 3/1) e a vermelha acinzentada (5YR 4/2), não conseguindo cobrir, na perfeição, a cor-de-laranja (5YR 6/6) do cerne.

Uma das tipologias foi decorada com um cordão plástico, disposto na horizontal, decorado através de puncionamento.

Cronologia: 1º quartel do século XVIII.

4.2.1.3.2. Fabrico A.3.2

As peças do fabrico A.3.2 apresentam bordo com orientação extrovertida, em aba pendente, com extremidade de secção semicircular. A peça de menores dimensões apresenta diâmetro de 30cm, enquanto a peça de maiores dimensões mede 40cm de diâmetro.

Mostram ambas as superfícies alisadas, com cores que oscilam entre a cinzenta escura (5YR 4/1) e a cinzenta avermelhada (5YR 4/2). Cobrem e distinguem-se do cerne que mostra cor vermelha (2.5YR 6/6).

Na peça nº5730 podemos constatar a presença de um cordão decorado através de puncionamento. Foi disposto na horizontal, alguns centímetros abaixo do bordo.

Cronologia: 1º quartel do século XVIII.

4.2.1.3.3. Fabrico A.3.3

Este grupo de fabrico é um dos que apresenta maior número de tipologias. As suas peças possuem bordo em aba pendente, onde atingem o diâmetro máximo que se fixa entre os 30cm e 42cm. A extremidade da aba apresenta secção semicircular.

Tanto a superfície interior como exterior sofreram alisamento. Predominam as cores escuras como a cinzenta escura (10YR 2/1), mas podem mostrar cores mais claras como a cinzenta avermelhada (5YR 5/3). Distinguem-se do cerne que mostra cores entre a vermelha (2.5Y 6/6) e a castanha (7.5YR 4/4).

Em termos decorativos, registam-se puncionamentos de morfologia sub-elipsoidal. Foram efectuados de forma contínua, dando origem a puncionamentos lineares. As peças nº347, nº659, nº5741, nº5753 e nº5740 mostram um puncionamento linear, sensivelmente a meio do perfil da peça, enquanto na peça nº348 podemos observar dois puncionamentos lineares.

Cronologia: Desde o 1º quartel do século XVIII até à 1ª metade do século XIX.

4.2.1.3.4. Fabrico A.3.4

As tipologias deste fabrico apresentam bordo em aba pendente, que cola ao corpo da peça. Resulta um bordo maciço, com a parte superior plana. A forma mais pequena apresenta diâmetro de 31cm, enquanto a maior mede 39cm.

Podemos observar ambas as superfícies alisadas, tendo sido dada maior atenção à superfície interior. As suas cores podem oscilar entre a cinzenta (10YR 5/1) e a cinzenta acastanhada (10YR 6/2), sendo a última a mais frequente. Distinguem-se claramente do cerne que mostra cor castanha clara (10YR 7/4).

A peça nº5764 foi decorada com um cordão plástico digitado, disposto na horizontal, alguns centímetros abaixo do bordo.

Cronologia: Desde o 1º quartel do século XVIII até à 1ª metade do século XIX.

4.2.1.3.5. Fabrico A.3.5

Este conjunto é composto por tipologias com bordos em aba pendente. Esta mostra perfil em “C” que se inicia junto ao corpo da peça, para depois se afastar no seu término. Os diâmetros de bordo oscilam entre os 22cm e os 38cm.

Mostram superfícies alisadas, especialmente a interior. A peça nº5731 mostra, inclusive, a superfície interior polida. Tendem a apresentar cor cinzenta (10YR 5/1) que se distingue do cerne, onde predomina a cor vermelha (2.5YR 5/6).

Cronologia: Desde o 1º quartel do século XVIII até à 1ª metade do século XIX.

4.2.1.3.6. Fabrico A.3.6

As tipologias deste grupo de fabrico apresentam bordo em aba de morfologia em “C”. Distinguem-se do fabrico A.3.5, por possuírem abas de maiores dimensões. Os diâmetros de bordo medem entre o 30cm e os 39cm. A peça mais baixa apresenta 9cm de altura, podendo atingir os 12,3cm na peça mais alta. Tinham fundos planos.

Verificam-se ambas as superfícies alisadas, especialmente a interior. As suas cores vão da preta (10YR 2/1) à cinzenta escura (5YR 4/1). Normalmente, distinguem-se bem do cerne que mostra cores como a vermelha (2.5YR 5/6).

A peça nº366 regista a única decoração do fabrico. É composta por um cordão plástico decorado que foi colocado no corpo da peça, uns centímetros abaixo do bordo, correndo paralelamente a este último.

Cronologia: 1ª metade do século XIX.

4.2.1.3.7. Fabrico A.3.7

Foram incluídas, neste fabrico, um conjunto de formas que possuem bordo em aba pendente. As dimensões da aba podem variar mas encontramos-la sempre junto ao corpo da peça. O diâmetro da peça mais pequena mede 20cm, enquanto a maior pode atingir 42cm, verificando-se uma grande amplitude em termos de dimensões.

Apesar de algumas diferenças a nível da morfologia dos perfis, bordos e dimensões, optámos por agrupá-las no mesmo fabrico, baseados nas características das superfícies e decoração. Ambas as superfícies foram sujeitas a alisamento, sendo a cinzenta escura (5YR 4/1) a cor mais frequente. Distinguem-se do cerne que apresenta cor castanha (7.5YR 4/3) ou cor-de-laranja (5YR 5/6).

No que diz respeito à decoração, apenas se regista o recurso a puncionamentos. Na peça nº358 podemos observar uma série de incisões de formato sub-elipsoidal, dispostas horizontalmente, formando um puncionamento linear. O mesmo tipo de decoração regista-se nas peças nº1732 e nº1973, embora nestes casos as incisões tenham sido efectuadas na posição vertical, formando, na mesma, o puncionamento linear horizontal. Na peça nº1732 a decoração encontra-se uns centímetros abaixo do bordo, como sucede na peça nº358. Por outro lado, a peça nº1973 mostra os puncionamentos no bordo.

Cronologia: 1ª metade do século XIX.

4.2.1.3.8. Fabrico A.3.8

A peça nº661 representa o único tipo do grupo. Apresenta bordo em aba, com parte superior plana e extremidade de secção semicircular. Tratando-se de uma forma aberta, atinge o diâmetro máximo no bordo, medindo sensivelmente 50cm.

Mostra ambas as superfícies alisadas, de cor cinzenta escura (10YR 3/1), distinguindo-se bem do cerne que apresenta cor vermelha (2.5YR 5/6).

Cronologia: 1ª metade do século XIX.

4.2.1.3.9. Fabrico A.3.9

O fabrico A.3.9 é constituído por uma tipologia. A peça nº1999 mostra bordo em aba, em pendente, com a parte superior plana. O bordo mede 28cm de diâmetro.

As superfícies, alisadas, mostram cor cinzenta (10YR 5/1). Cobre a cor castanha clara (10YR 7/3), registada no cerne.

Cronologia: 1ª metade do século XIX.

4.2.1.3.10. Fabrico A.3.10

Este é outro dos grupos de fabrico constituído por apenas uma tipologia. Apresenta bordo em aba pendente e diâmetro de 15,2cm. Em relação a outros sub-fabricos, regista menores dimensões, quer no diâmetro máximo, quer na espessura média de paredes (0,52cm).

Mostra ambas as superfícies alisadas, de cor cinzenta escura (10YR 3/1). Distinguem-se facilmente do cerne que apresenta cor vermelha (2.5YR 5/6).

Cronologia: 1ª metade do século XIX.

4.2.1.3.11. Fabrico A.3.11

Este fabrico é representado pela peça nº5759. O bordo, onde atinge o diâmetro máximo de 29,5cm, apresenta-se em aba, de perfil em “S” e com extremidade de secção semicircular.

Ambas as superfícies foram alisadas. Apresentam cor cinzenta (5YR 6/1), que se distingue da cor castanha avermelhada (5YR 6/4) do cerne.

Mostra um cordão plástico decorado por puncionamento. Foi adossado, na posição horizontal, a alguns centímetros abaixo do bordo. Imediatamente acima do cordão plástico e paralela a ele, verifica-se a existência de uma linha incisa.

Cronologia: 1ª metade do século XIX.

4.2.1.4. Fabrico A.4 (Púcaros)

Neste conjunto incluem-se formas fechadas de perfil em “S”. Os bordos tendem a mostrar orientação extrovertida e lábio de secção semicircular. No bordo, os diâmetros compreendem-se entre os 5,2cm e os 12cm. As asas, que arrancam junto ao bordo, podem apresentar secção circular ou sub-rectangular.

Apenas as superfícies exteriores foram alisadas. As interiores receberam alisamento somente na zona do bordo. Notam-se superfícies exteriores bem alisadas nos primeiros três sub-fabricos (A.4.1; A.4.3; A.4.5). Nos restantes sub-fabricos (A.4.2; A.4.4) registam-se superfícies igualmente lisas, mas não tanto como nos primeiros.

Foram classificadas como púcaros devido às suas dimensões e morfologias.

4.2.1.4.1. Fabrico A.4.1

As peças incluídas neste grupo de fabrico caracterizam-se por apresentarem bordo ligeiramente extrovertido e lábio de secção semicircular. Tratam-se de peças pequenas, com diâmetros entre os 6cm e os 10cm. Na peça nº5806 podemos observar uma asa de secção sub-quadrangular.

As superfícies apresentam cor cinzenta escura (5YR 3/1) e diferenciam-se do cerne de cor vermelha (2.5YR 5/6).

O exemplar nº5799 é o único decorado. Mostra puncionamento linear na zona do pescoço da peça, com puncionamentos individuais de morfologia sub-rectangular.

Cronologia: 1ª quartel do século XVIII.

4.2.1.4.2. Fabrico A.4.2

O único tipo, do grupo de fabrico em questão, apresenta bordo ligeiramente extrovertido com lábio de secção semicircular. Mede 5,2cm de diâmetro. Junto ao bordo, mostra o que resta do arranque de uma asa de secção circular.

As superfícies distinguem-se do cerne em termos cromáticos. Quando o usual é apresentar cores avermelhadas no cerne e superfícies escuras, a peça nº5798 apresenta cerne de cor cinzenta escura (5YR 5/1) e superfícies cor-de-laranja (5YR 7/8). Provavelmente, o final da cozedura ocorreu em ambiente oxidante.

Cronologia: 1º quartel do século XVIII.

4.2.1.4.3. Fabrico A.4.3

Neste grupo de fabrico encontramos peças com o bordo ligeiramente extrovertido e lábio de secção semicircular. Os diâmetros medem aproximadamente 10cm e mostram asa de fita de secção sub-elipsoidal. Distinguem-se do fabrico A.4.5, sobretudo, pelas diferenças de dimensões, tanto nos diâmetros como nas asas.

Nas superfícies predomina a cor cinzenta escura (10YR 3/1). Distinguem-se do cerne que pode apresentar cor castanha (10YR 5/4) ou vermelha rosada (2.5YR 5/6).

A peça nº1301 apresenta um cordão plástico digitado na sua asa. Foi colado ao centro e disposto longitudinalmente.

Cronologia: Século XVIII.

4.2.1.4.4. Fabrico A.4.4

Este grupo é constituído por tipologias com bordo ligeiramente extrovertido e lábio de secção semicircular, junto ao qual arranca uma asa de secção circular. As

medidas dos diâmetros oscilam entre os 6cm e os 8,9cm. A peça nº2376, com o perfil completo, apresenta 12cm de altura.

As cores das superfícies oscilam entre a cinzenta acastanhada (10YR 5/2) e a cinzenta acastanhada clara (10 YR 6/2). Normalmente, a cor do cerne é igual à das superfícies.

Cronologia: Desde o 1º quartel do século XVIII até à 1ª metade do século XIX.

4.2.1.4.5. Fabrico A.4.5

As peças incluídas neste grupo apresentam bordo ligeiramente extrovertido, com lábio de secção semicircular e asas de secção sub-rectangular. Os seus diâmetros compreendem-se entre os 8cm e os 9cm. O exemplar mais completo mostra fundo plano, deixando-nos perceber que a sua altura se situaria entre os 12cm e os 13cm.

A cor mais registada, nas superfícies, é a cinzenta escura (5YR 4/1). Cobrem a cor vermelha rosada (2.5YR 5/6) do cerne, do qual se distinguem facilmente.

Cronologia: 1ª metade do século XIX.

4.2.1.5. Fabrico A.5 (Cântaros)

O grupo é caracterizado pela presença de formas fechadas, de perfil em “S”, contendo bordos ligeiramente extrovertidos e diâmetros entre os 7cm e os 17,8cm. A altura das peças é observável nos exemplares de perfil completo, que medem entre 18,3cm a 34,3cm. Aos bordos foram adossadas asas de fita.

A superfície interior recebeu alisamento apenas na zona do bordo, enquanto a superfície exterior se encontra bem alisada, à excepção do fundo.

Devido às dimensões, morfologias e características técnicas, classificámos as peças, incluídas neste conjunto, como cântaros.

4.2.1.5.1. Fabrico A.5.1

As peças deste grupo caracterizam-se por possuírem bordos ligeiramente extrovertidos, com o lábio de secção semicircular e diâmetros entre os 7cm e 8cm. Os fragmentos que dispomos permitem somente observar que as suas asas arrancam ao nível do bordo. De secção sub-elipsoidal, apresentam espessuras e larguras semelhantes.

Quando comparadas com as peças do fabrico A.5.2 e A.5.3, sustentados pelas dimensões das asas e diâmetros, concluímos que se tratariam de peças de menores dimensões.

Mostram superfícies bem diferenciáveis do cerne, em termos cromáticos. As cores das primeiras podem oscilar entre a cinzenta escura (5YR 3/1) e a castanha acinzentada (10YR 5/2). O cerne exhibe cor vermelha (2.5YR 5/6).

A decoração surge apenas na zona central das asas. A peça nº5824 mostra asa decorada através de unguilação, enquanto as peças nº1704 e nº1710 foram decoradas com cordões plásticos.

Cronologia: 1º quartel do século XVIII.

4.2.1.5.2. Fabrico A.5.2

As formas incluídas neste grupo de fabrico distinguem-se dos demais pela morfologia dos bordos e asas, assim como pela espessura das suas paredes que ronda os 0,6cm. Os bordos mostram-se extrovertidos, com o lábio de secção sub-quadrangular. É junto a eles que arrancam as asas de secção sub-elipsoidal, com espessuras próximas do 1,5cm. Já o diâmetro do bordo pode ir dos 14cm aos 17,8cm. Em termos de altura, possivelmente, seriam semelhantes às peças do fabrico A.5.3.

Apresentam superfícies bem diferenciáveis do cerne. A cor mais frequente, deste último, é a vermelha (5YR 4/6). Nas superfícies, a cor preta (5YR 2.5/1) é a mais usual.

A decoração surge apenas nas asas. A aplicação de um cordão plástico longitudinal é a mais frequente, com três exemplares. A peça nº1306 mostra um cordão decorado por digitação, enquanto as peças nº1691 e nº1692 mostram cordões decorados através de puncionamentos. Para além do cordão plástico, surgem-nos, através das peças nº1919 (peça modelo) e nº1758, asas decoradas através de diversos puncionamentos. Foram realizados através da aplicação de um elemento perfurador com uma orientação perpendicular à asa. Resultaram diversos orifícios, de diâmetro reduzido que, por vezes, perfuram a asa por completo.

Cronologia: 1º quartel do século XVIII.

4.2.1.5.3. Fabrico A.5.3

Este grupo de fabrico caracteriza-se por apresentar tipologias de paredes relativamente finas, cuja espessura ronda os 0,5cm. Mostram bordo extrovertido, lábio com ligeiro espessamento externo e fundo plano. Os diâmetros vão desde os 10,2cm até aos 14,5cm, enquanto as alturas se situam entre 18,3cm e 34,3cm. Junto ao bordo arrancam as asas de fita, de secção sub-rectangular, com espessuras a rondar 1cm.

As peças apresentam superfícies com cores que oscilam entre a preta (5YR 2/1) e a cinzenta (5YR 5/1), que cobrem bem a cor vermelha (2.5YR 5/6) do cerne. Nas superfícies internas, apenas parte do bordo e pescoço da peça é alisada. Devido a isso, notam-se bem as estrias, algo irregulares, que apontam para o recurso à roda baixa aquando da elevação das peças (Figura 16).

Três exemplares exibem decoração no corpo e um na asa. Os primeiros mostram motivos decorativos e composições semelhantes. Trata-se de uma linha incisa ondulada que é enquadrada por linhas paralelas. A peça nº1235 mostra a composição mais completa com a linha ondulada enquadrada por uma linha recta em cima e outra em baixo. Na peça nº359 surge apenas uma linha recta por cima da linha ondulada. Já na peça nº363, a linha recta surge por baixo. Na peça nº2076 observam-se diversos puncionamentos que abrangem toda a asa. Foram efectuados com um elemento perfurador aplicado na superfície exterior. Resultaram diversos orifícios, de diâmetro reduzido que, por vezes, perfuram a asa por completo.

Cronologia: 1ª metade do século XIX.

4.2.1.6. Fabrico A.6 (Testos)

O fabrico A.6 caracteriza-se por possuir peças com o perfil em forma de T invertido. Basicamente são discos, com uma pega ao centro na parte superior da peça. A sua altura situa-se entre os 3,5cm e os 4cm, enquanto os diâmetros se compreendem entre os 14,5cm e os 24cm.

Apenas a superfície exterior foi alisada. A superfície inferior não recebeu tratamento. O mais usual é não existir diferença significativa, em termos cromáticos, entre o cerne e superfícies. Nestes casos, as cores mais frequentes são a cinzenta escura (10YR 3/2) e castanha acinzentada (10YR 4/2). Quando existe diferença cromática, o cerne mostra cor vermelha (2.5YR 5/6) e as superfícies cor preta (5YR 2.5/1).

A única decoração deste fabrico pode ser encontrada na superfície exterior da peça nº5738, sendo composta por linhas incisivas concêntricas.

Cronologia: Desde o 1º quartel do século XVIII até à 1ª metade do século XIX.

4.2.1.7. Fabrico A.7 (Caçoilas)

Este grupo de fabrico contempla formas abertas onde, normalmente, encontramos ambas as superfícies alisadas. As suas morfologias variam entre a hemisférica e a troncocónica invertida, tendo sido classificadas como caçoilas. Os bordos podem apresentar morfologias diversas. No entanto, os mais usuais mostram orientação introvertida e lábio de secção semicircular. Os diâmetros, no bordo, compreendem-se entre 14cm e 30cm. Como elementos de prensão, podem possuir pegas ou asas de secção, usualmente, sub-elipsoidal.

4.2.1.7.1. Fabrico A.7.1

De morfologia hemisférica, as peças deste fabrico mostram bordos ligeiramente introvertidos, com o lábio de secção semicircular e diâmetros entre os 14cm e os 18,5cm. Como elementos de prensão registam somente pegas. Foram adossadas às peças a poucos centímetros abaixo do bordo, possuindo secção sub-elipsoidal.

Mostram ambas as superfícies alisadas, que se distinguem em termos cromáticos do cerne. Nas primeiras predominam a cor cinzenta escura (10YR 4/1) e a castanha (7.5YR 5/2). No cerne, as cores mais frequentes são a laranja (7.5YR 6/6) e a cinzenta escura (10YR 4/1).

Como decoração, apenas registámos cordões digitados. Nas peças nº5819 e nº5828 encontramos estes elementos no corpo da peça. Nesta última podemos observar que se encontra abaixo da pega. Por outro lado, na peça nº5832 encontramos o cordão digitado na superfície superior da pega. Dá a ideia de se iniciar ainda no corpo da peça, passando depois para a pega, percorrendo-a, mas não por completo, longitudinalmente.

Cronologia: 1º quartel do século XVIII.

4.2.1.7.2. Fabrico A.7.2

A peça nº5835 representa a única tipologia deste grupo de fabrico. Trata-se de uma forma aberta, com morfologia de tronco de cone invertido e seccionado. Apresenta bordo em aba e parte superior plana, com diâmetro de 16,5cm. O fragmento que dispomos permite observar uma asa horizontal, de secção sub-circular, que foi adossada ao corpo da peça imediatamente abaixo do bordo.

As superfícies foram sujeitas a alisamento. Mostram cor castanha (10YR 5/2), não se distinguindo, em termos cromáticos, do cerne.

Cronologia: 1º quartel do século XVIII.

4.2.1.7.3. Fabrico A.7.3

Este fabrico possui apenas uma tipologia. A peça nº5840 apresenta morfologia em calote esférica e bordo plano com 22cm de diâmetro.

Possui uma asa de fita, de secção sub-elipsoidal, que arranca poucos centímetros abaixo do bordo. Ao mesmo nível, encontramos um cordão plástico digitado, disposto horizontalmente.

Mostra ambas as superfícies alisadas, que se distinguem do cerne em termos cromáticos. A superfície exterior apresenta cor cinzenta rosada (7.5YR 6/2), enquanto a interior mostra cor castanha clara (7.5YR 6/4), mais semelhante à cor-de-laranja (5YR 6/6) do cerne.

Cronologia: 1º quartel do século XVIII.

4.2.1.7.4. Fabrico A.7.4

A única tipologia deste grupo mostra forma elipsóide com bordo introvertido e lábio de secção semicircular. O seu diâmetro compreende-se entre os 19cm e os 21cm.

Apresenta ambas as superfícies alisadas. A interior mostra cor preta (10YR 2/1), a mesma do cerne, enquanto a exterior mostra cor castanha clara (10YR 6/3).

Como decoração mostra duas caneluras, paralelas, efectuadas junto ao bordo.

Cronologia: 1º quartel do século XVIII.

4.2.1.7.5. Fabrico A.7.5

Decidimos incluir neste fabrico um conjunto de formas abertas de morfologia hemisférica de médias dimensões. No bordo, os seus diâmetros compreendem-se entre 14,4cm e 30cm. Apresentam bordo de orientação introvertida, com lábio de secção semicircular.

Como elementos de preensão, registam-se asas, assim como uma pega. As asas, na grande maioria, mostram secção sub-elipsoidal, embora a peça nº5833 apresente asa de secção circular. Normalmente arrancam ao nível do bordo. A pega, de secção sub-retangular, surge igualmente ao nível deste último. A asa da peça nº5834, assim como outras não numeradas, arranca alguns centímetros abaixo do bordo.

Apesar das diferenças registadas ao nível das asas, optei por colocar as peças no mesmo fabrico, sobretudo, tendo em conta o perfil, bordo e dimensões das peças, mas também dando importância às características das superfícies e sua relação com o cerne. O conjunto mostra ambas as superfícies alisadas, que não se distinguem, em termos cromáticos, do cerne, onde predomina a cor cinzenta escura (10YR 3/1).

Como habitual, a decoração fez-se recorrendo aos cordões plásticos. A grande maioria surge na superfície exterior, junto ao bordo. Normalmente são decorados através de puncionamentos. Ao contrário das outras, a peça nº5837 não apresenta cordão junto ao bordo mas, sensivelmente, a meio do perfil, próximo no local onde a asa vai colar no bojo. Na peça nº5833 surge ainda um segundo cordão decorado, disposto na horizontal, mais próximo do fundo da peça. Por último, as peças nº5801, nº1279 e nº5790 mostram bordo em aba.

Cronologia: Desde o 1º quartel do século XVIII até à 1ª metade do século XIX.

4.2.1.8. Fabrico A.8 (Painéis)

Este conjunto de peças não difere muito do conjunto que classificámos como caçoilas, em particular do grupo de fabrico A.7.5. Estamos na presença peças de morfologia elipsóide, que possuem bordo de orientação introvertida e lábio de secção semicircular. No entanto, as suas dimensões são superiores ao referido fabrico e, normalmente, a superfície interior não é tão lisa como nas caçoilas. Os diâmetros dos bordos situam-se entre os 18cm e os 34cm, enquanto a peça mais completa (nº350) apresenta uma altura mínima de 16cm. As suas asas apresentam maiores dimensões que

o grupo de fabrico A.7.5. Podem efectivamente ser caçoilas de maiores dimensões, mas optámos por classificá-las como painéis.

4.2.1.8.1. Fabrico A.8.1

A peça nº5791 é a única representante deste grupo de fabrico. Mostra bordo com orientação introvertida, apresentando-se em aba com extremidade de morfologia semicircular e diâmetro de 27,4cm. Observam-se superfícies alisadas, especialmente a exterior, de cor cinzenta (10YR 5/1) que não se distingue do cerne.

Alguns centímetros abaixo do bordo, encontramos um cordão plástico, disposto horizontalmente, que se encontra decorado através de puncionamentos. A diferente organização da decoração levou-nos a excluir esta peça do grupo de fabrico A.8.2.

Cronologia: 1º quartel do século XVIII.

4.2.1.8.2. Fabrico A.8.2

Este grupo de fabrico é constituído por peças com diâmetros entre os 18cm e os 34cm. Apresentam bordos espessos, de orientação introvertida e lábio de secção semicircular. Dispõem igualmente de asas espessas (1,7cm), de secção sub-elipsoidal, essenciais para suportar o peso da peça. Normalmente arrancam ao nível do bordo, embora existam exemplares onde arrancam um pouco abaixo deste. O perfil das peças termina num fundo plano.

Apenas a superfície exterior foi alisada. Na interior notam-se as estrias provocadas pelas mãos do oleiro aquando da elevação da peça. A maioria das superfícies distingue-se do cerne, em termos cromáticos. Nestas, predomina a cor cinzenta escura (10YR 3/1). No cerne, as cores mais frequentes são cor-de-laranja (5YR 6/6) e cinzenta escura (10YR 3/1).

Em termos decorativos registam-se apenas cordões plásticos, sempre dispostos na horizontal. Podem surgir dois, ou mais, na mesma peça. Dois deles encontram-se, usualmente, na zona do bordo. O primeiro cordão surge ao nível do bordo. O segundo cordão encontra-se poucos centímetros abaixo do primeiro e apresenta-se decorado por puncionamento. Nos fundos, que atribuímos a estas formas, registamos a presença de outro cordão. Observa-se, em quase todos, um cordão plástico decorado, disposto horizontalmente, uns centímetros acima do fundo plano. Quase todos os cordões

plásticos foram decorados. Poderia registrar-se a existência de mais cordões, mas tal não foi possível verificar através dos fragmentos estudados.

Cronologia: Desde o 1º quartel do século XVIII até à 1ª metade do século XIX.

4.2.1.8.3. Fabrico A.8.3

Incluem-se neste fabrico peças sem decoração. Mostram bordo em aba com extremidade de secção semicircular. Os diâmetros vão dos 19cm aos 23,3cm. Apenas a superfície exterior apresenta claros sinais de alisamento. A cor cinzenta acastanhada (10YR 5/2) é a mais registada, não havendo diferenças entre cerne e superfícies. A peça nº1273 mostra asa de fita, com secção sub-elipsoidal, que arranca ao nível do bordo.

Cronologia: 2ª metade do século XVIII até à 1ª primeira metade do século XIX.

4.2.1.9. Fabrico A.9 (Talha)

Possuímos apenas um exemplar que classificámos como talha. Trata-se de uma tipologia de morfologia piriforme. O bordo, com ligeiro espessamento externo, mede 26cm de diâmetro, enquanto as paredes apresentam uma espessura média de 1,5cm.

A superfície exterior recebeu alisamento e mostra cor cinzenta escura (5YR 3/1). Distingue-se do cerne que mostra cor castanha (5YR 4/4).

Foram-lhe adossados dois cordões plásticos horizontais e um vertical, decorados por digitação. O primeiro cordão horizontal surge abaixo do bordo, na zona que onde termina o colo e se inicia o bojo da peça. O segundo cordão surge, alguns centímetros abaixo, já no bojo da peça. Por sua vez, o cordão vertical inicia-se junto ao primeiro cordão horizontal, terminando no segundo e colando com ambos.

Cronologia: 1º quartel do século XVIII.

4.2.1.10. Fabrico A.10 (Assador)

O fabrico A.10 é constituído por um fundo plano com 10,5cm de diâmetro e o que resta das paredes da peça. Tanto nas paredes como no fundo registam-se orifícios circulares, com diâmetros próximos dos 1,7cm. Foram estes que motivaram a criação do grupo de fabrico distinto. O cerne, cor-de-laranja (5YR 6/8), distingue-se da cor

castanha (7.5YR 5/2), registada na superfície interior e da cor castanha clara (7.5YR 6/4), apresentada pela superfície exterior alisada.

Não considerámos os orifícios como decoração, já que o seu objectivo seria funcional e não o embelezamento da peça, que classificámos como assador.

Cronologia: 1º quartel do século XVIII.

4.2.1.11. Fabrico A.11 (Assadeira)

A única tipologia deste grupo de fabrico foi classificada como assadeira. Estamos perante uma tipologia de morfologia troncocónica invertida e seccionada. Teria fundo plano e paredes de altura reduzida. O bordo, de orientação vertical, mostra espessamento externo e lábio de secção semicircular. Apresenta diâmetro de 29,5cm e altura de 4,2cm. Possui ainda uma pega de secção sub-elipsoidal.

Encontramos ambas as superfícies alisadas e de cor castanha avermelhada (5YR 4/3). Distingue-se da cinzenta escura (5YR 3/1) registada no cerne.

Cronologia: 1º quartel do século XVIII.

4.2.1.12. Fabrico A.12 (Sertãs)

Este grupo inclui formas abertas de paredes baixas, com morfologia de tronco de cone invertido e seccionado. Dispunham de um cabo comprido, como elemento de preensão. Identificámos, neste fabrico, três tipologias, que classificámos como sertãs. As peças nº5836 e nº5839 possuem apenas o que resta do cabo destas formas. A peça nº2375 mostra o perfil da peça, com fundo plano e paredes ligeiramente extrovertidas. O seu bordo, com lábio de secção semicircular, apresenta um bico e media aproximadamente 16cm de diâmetro.

Apresentam ambas as superfícies alisadas, com especial atenção para a interior. As suas cores não se distinguem do cerne. A peça nº2375 mostra cor cinzenta escura (10YR 3/1), enquanto nas restantes predomina a cor-de-laranja (5YR 6/6).

Cronologia: Desde o 1º quartel do século XVIII até à 1ª metade do século XIX.

4.2.1.13. Fabrico A.13 (Bilhas/Garrafas)

Neste grupo incluímos formas fechadas, de colo estreito e alto. A peça nº1300 mostra o referido colo, com paredes direitas e bordo com lábio de secção semicircular, de 3,5cm de diâmetro, próximo do qual arranca uma asa de secção sub-elipsoidal. A peça nº1701 mostra fundo plano, de 10cm de diâmetro e paredes que estreitam um pouco para depois ganharem orientação vertical.

O alisamento regista-se apenas na superfície exterior. Nas superfícies, as cores oscilam entre a castanha escura (7.5YR 3/2) e a cinzenta escura (5YR 4/1), enquanto no cerne predomina a cor vermelha (2.5YR 5/6).

Devido às dimensões dos fragmentos, foi difícil atribuir uma funcionalidade. Podemos estar perante bilhas ou garrafas.

Cronologia: 1º quartel do século XVIII até à 1ª metade do século XIX.

4.2.1.14. Fabrico A.14 (Base)

A única tipologia deste grupo de fabrico é representada pela peça nº5739, que interpretámos como sendo uma base. Trata-se de uma tipologia de morfologia cilíndrica seccionada, com um diâmetro de 19cm e altura de 1,9cm. A mesma funcionalidade é atribuída a uma peça, na tese de doutoramento de Élvio Sousa (2011: 335), de morfologia semelhante mas de pasta diferente.

Mostra ambas as superfícies alisadas, de cor cinzenta escura (2.5YR 4/1). Distinguem-se do cerne que apresenta cor vermelha (2.5YR 6/6).

Cronologia: 1ª metade do século XIX.

4.3. Grupo de pasta 3

A pasta 3 apresenta pequena frequência de elementos não plásticos, angulosos e de pequeno calibre. Quanto à natureza observam-se elementos de quartzo, feldspato e mica (biotite e moscovite). No entanto, a presença de biotite é muito reduzida. No que diz respeito à dureza, estamos perante uma pasta compacta. Predomina a cor cinzenta (10YR 7/1), o que pode indicar uma baixa presença de óxido de ferro (Shepard, 1975: 107).

Pelos mesmos motivos registados na pasta 1, atribuímos uma provável cozedura em soenga para as peças da pasta 3 (Shepard, 1975: 106-107; Rice, 1987:345). Provavelmente, também foram elevadas em roda baixa, já que apresentam, nas superfícies interiores, estrias irregulares.

4.3.1. Fabrico A

Este grupo de fabrico apresenta superfícies bem alisadas. A maioria delas distingue-se do cerne, quer por questões cromáticas, quer pelo alinhamento e compactação dos componentes da pasta. Este aspecto é mais visível nos fabricos A.2., A.3 e A.4.1. Nos restantes fabricos é menos perceptível. A cor mais registada, nas peças, é a cinzenta clara (10YR 7/1).

4.3.1.1. Fabrico A.1 (Púcaros)

O grupo é constituído por formas fechadas, de perfil em “S”, de pequenas dimensões, que classificámos como púcaros. Quase todas as peças mostram bordo em aba. As suas extremidades apresentam morfologia bífida pouco pronunciada, mostrando, alguns tipos, a extremidade da aba direita. O bordo possui ainda uma pequena saliência onde poderia assentar o testo. Os diâmetros do conjunto encontram-se entre os 10cm e 15,4cm. Os fundos, que atribuímos a este fabrico, são planos.

Apresentam asa de secção circular que arranca junto ao bordo, como podemos verificar nas peças nº1612 e nº5860. Não possuímos mais exemplares mas, possivelmente, as restantes formas deste fabrico teriam solução semelhante, no que diz respeito aos elementos de preensão.

Apenas a superfície exterior se encontra alisada. As superfícies, suaves ao toque, não se distinguem do cerne em termos cromáticos. A cor mais frequente é a cinzenta clara (10YR 7/1).

Cronologia: Desde a 1ª metade do século XVII até à 2ª metade do século XVIII.

4.3.1.2. Fabrico A.2 (Painéis)

Este grupo é constituído por formas fechadas, de perfil em “S” e bordo em aba, que classificámos como painéis. Os diâmetros, nos bordos, compreendem-se entre os 13cm e 27cm. A superfície exterior encontra-se alisada, ao contrário da interior que foi apenas alisada na zona do bordo e colo da peça.

As diferentes características levaram-nos a dividir este conjunto de peças em dois subgrupos de fabrico.

4.3.1.2.1. Fabrico A.2.1

As peças incluídas neste grupo mostram bordos com orientação extrovertida, que tendem a apresenta-se em aba, com a extremidade lisa. Raramente surgem abas onde a extremidade é bífida e, quando isso acontece, nunca é muito pronunciada. Os diâmetros dos bordos inserem-se no intervalo de 15,4cm a 27cm. Porém, a maioria das peças apresenta um diâmetro próximo dos 20cm. Em três das peças, podemos observar asas de fita, que arrancam imediatamente abaixo do bordo, de secção sub-retangular, com as arestas interiores mais arredondadas do que as exteriores. A sua largura tende a variar bastante. Noutras peças, que não as modelo, a largura destas chega a ser duas vezes superior à espessura. O perfil das peças terminaria com um fundo plano.

Neste fabrico regista-se uma ligeira diferença cromática entre superfícies e cerne. As primeiras tendem a mostrar cor cinzenta (10YR 6/1), enquanto o cerne mostra, usualmente, cor cinzenta clara (10YR 7/1).

O cordão plástico digitado surge como a única decoração presente neste grupo de fabrico. Podemos encontra-los dispostos horizontal e/ou verticalmente. Os locais onde foram adossados à peça, assim como o seu início e término, assemelham-se aos registados nos fabricos A.1.1.1 e A.1.2 do grupo de pasta 1. A peça nº1241, que tem o perfil mais completo deste fabrico, dá-nos a possibilidade de observar um segundo cordão horizontal.

Cronologia: Século XVIII.

4.3.1.2.2. Fabrico A.2.2

Este grupo é composto por peças de paredes finas e, por isso, mais leves que do que as dos restantes fabricos. Mostram bordo ligeiramente extrovertido, em aba com a

extremidade de morfologia bífida e diâmetros entre os 13cm e os 15,3cm. Apresentam asas de fita, de secção sub-elipsoidal, que arrancam ao nível do bordo.

Nas superfícies exteriores predominam as cores cinzentas (10YR 6/1). Distinguem-se ligeiramente da cor cinzenta clara (10YR 7/1), registada no cerne.

Cronologia: 1º quartel do século XVIII.

4.3.1.3. Fabrico A.3 (Cântaros)

Resolvemos criar um subgrupo de fabrico para este conjunto de peças devido, sobretudo, às suas dimensões, morfologias e funcionalidades atribuídas. Tratam-se de formas fechadas, de perfil em “S”, onde o bordo surge ligeiramente extrovertido, às quais atribuímos a função de cântaro. A maior parte das peças mostra lábio de secção semicircular. Surge apenas uma peça (nº5856) com a parte superior do bordo plana e com ligeiro espessamento duplo. Os seus diâmetros variam de 10cm a 25cm.

Deparamo-nos, sobretudo, com asas de fita de secção sub-rectangular, com as arestas exteriores mais pronunciadas do que as interiores. Morfologicamente, são muito semelhantes às asas do fabrico A.2.1. No entanto, na peça nº5858 observa-se asa de rolo de secção circular. Apesar disso, optámos por incluir a peça neste fabrico, pelas semelhanças ao nível da pasta, superfícies e morfologia.

Mostram a superfície exterior alisada. A interior só recebeu alisamento da zona do bordo. Estas distinguem-se do cerne, por apresentarem cores ligeiramente mais escuras. Registam cor cinzenta clara (10YR 6.5/1), enquanto a cor cinzenta clara (10YR 7/1) é mais usual no cerne.

Duas peças, pertencentes a este grupo de fabrico, apresentam decoração. As peças nº5871 e nº5924, da mesma tipologia, foram decoradas com pequenas incisões de morfologia sub-elipsoidal, que percorrem todo o diâmetro da peça, situando-se um pouco abaixo do bordo, formando um puncionamento linear.

Cronologia: 1º quartel do século XVIII.

4.3.1.4. Fabrico A.4 (Caçoilas)

Neste conjunto encontramos peças de morfologia hemisférica ou ovóide, com ambas as superfícies alisadas, que classificámos como caçoilas. As diferenças notórias que apresentam justificaram a criação de dois subgrupos de fabrico.

4.3.1.4.1. Fabrico A.4.1

Atribuímos duas tipologias a este grupo de fabrico. Porém, apenas a peça nº5821 nos permitiu observar a morfologia ovóide. O bordo, de orientação introvertida e morfologia triangular, apresenta lábio de secção semicircular e diâmetro de 15cm. Neste fabrico encontramos pegas como elementos de preensão. Podem apresentar secção sub-elipsoidal ou sub-rectangular.

A cor mais registada nas superfícies é a cinzenta (10YR 6/1). Distingue-se da cor cinzenta clara (10YR 7/1) do cerne.

Ao contrário de outros fabricos, o bordo não se encontra decorado com cordão plástico digitado. Este tipo de decoração é registado apenas no bojo da peça nº5821, ao mesmo nível da pega. Na outra peça (nº1878) observamos uma pega decorada por 7 linhas incisas, dispostas perpendicularmente à parede da peça, de onde arrancam, percorrendo toda a pega até o seu término.

Cronologia: 1º quartel do século XVIII.

4.3.1.4.2. Fabrico A.4.2

Para além da similitude ao nível das pastas, tratamentos de superfície e decorações, é sobretudo ao nível da morfologia das peças que a semelhança se torna evidente e nos permite criar este grupo de fabrico. A grande maioria possui morfologia hemisférica e bordo em aba de pequenas dimensões. Por vezes regista-se, também, um espessamento interno. Apenas a peça modelo nº5870 não apresentam este tipo de bordo, mas um com lábio de secção semicircular. No entanto, optámos por colocá-la neste fabrico, já que é o fabrico com o qual apresenta maior grau de semelhança, sobretudo a nível dos perfis e superfícies.

O diâmetro dos bordos pode variar desde os 16cm até aos 34cm. Nas peças nº5841 e nº5870 podemos observar os elementos de preensão presentes. Tratam-se de pegas, muito provavelmente, dispostas aos pares e em sítios opostos na peça. A pega da peça nº5841 mostra secção sub-rectangular e a da nº5870 secção circular.

Em termos cromáticos, o cerne não se distingue das superfícies. Tendem a apresentar cores próximas da cinzenta acastanha (10YR 4/2).

Registam-se 3 exemplares com decoração, representados pelas peças nº5818, nº5816 e nº5830. O cordão digitado, disposto horizontalmente, é comum a todos. Surge sensivelmente a meio da peça, onde esta atinge o diâmetro máximo. Para além do cordão digitado, a peça nº5816 apresenta uma linha incisa ondulada, desenvolvendo-se entre o bordo e o cordão plástico.

Cronologia: 1º quartel do século XVIII.

4.3.1.5. Fabrico A.5 (Testo)

A peça nº5877, única representante do grupo de fabrico, foi classificada como testo. Apresenta morfologia de disco e teria, provavelmente, uma pega circular ao centro. O bordo, com 14,4cm de diâmetro, foi decorado através da pressão dos dedos do oleiro formando uma ondulação.

Apenas a superfície superior foi alisada, mostrando cor castanha muito clara (10YR 8/4), a mesma do cerne.

Cronologicamente: 1º quartel do século XVIII.

4.4. Grupo de pasta 4

O grupo de pasta 4 apresenta grande frequência de elementos não plásticos, angulosos. O seu calibre varia entre o médio e o grande. Quanto à natureza observam-se elementos de quartzo, feldspato e mica. Porém, o elemento mais frequente é o feldspato. Nas pastas, pouco compactas, predomina a cor castanha (10YR 5/3).

A irregularidade de cores, que as peças apresentam ao longo do corpo, leva-nos a pensar que fossem cozidas em soenga.

Nas superfícies interiores das formas fechadas, é possível notar estrias irregulares provocadas pelas mãos do oleiro, aquando da elevação da peça, o que parece apontar para o uso do torno lento.

4.4.1. Fabrico A

As peças, pertencentes a este grupo de fabrico, caracterizam-se por possuírem superfícies alisadas, sobretudo a exterior. Só em formas abertas a superfície interior recebe alisamento. A grande maioria das peças mostra as superfícies cobertas por uma

espécie de aguada, que confere um aspecto mais regular às superfícies das peças. Torna necessária a observação das linhas de fractura, quando o objectivo é identificar os e.n.p.s, uma vez que o tratamento os cobre quase por completo. Apenas a peça nº5747 não apresenta aguada, podendo ter sido desgastada por factores pós-deposicionais. As cores mais frequentes são a cinzenta acastanhada (10YR 5/2), a cinzenta (10YR 5/1) e a castanha (10YR 5/3). As superfícies, cobertas pela aguada, mostram, normalmente, cor ligeiramente mais escura do que o cerne.

4.4.1.1. Fabrico A.1

Devido à semelhança dos tratamentos de superfície, decorações e morfologia, aliada à pouca representatividade do grupo de pasta 4, optámos por englobar quase todas as peças no mesmo grupo de fabrico. Apesar da presença de tipologias mostrando bordos de secção semicircular, predominam os com a parte superior plana, que apresentam, normalmente, um ligeiro espessamento interno e externo. Os bordos, na sua maioria de orientação extrovertida, apresentam diâmetros entre 12cm e 28cm.

As asas, de fita, arrancam ligeiramente abaixo do bordo, mostrando secção sub-retangular. Todas elas apresentam decoração. Aliás, a decoração, no grupo de pasta 4, surge em grande parte nas asas.

A peça nº5776 mostra dois tipos de decoração. Na superfície exterior da asa, ao centro e percorrendo-a longitudinalmente, encontramos um cordão plástico digitado. No pequeno fragmento que possuímos, este cordão é ladeado por duas impressões circulares efectuadas por digitação, enquanto a pasta ainda se encontrava maleável. É provável que o cordão e as impressões circulares se desenvolvessem ao longo da asa.

Na peça nº1290 encontramos decoração tanto na asa, como no bordo. Neste último podemos observar, na parte superior, 4 linhas incisas que aparentam terem sido efectuadas através de ungulação. Dispõem-se perpendicularmente em relação ao bordo e parecem surgir apenas na zona onde foi adossada a asa, à qual, aliás, são paralelas. Para além da decoração no bordo, esta peça, apresenta três sulcos na superfície exterior da asa, efectuados através de pressão aplicada pelos dedos do oleiro. Os sulcos desenvolvem-se longitudinalmente, provavelmente, ao longo de toda a asa ou quase. Este tipo de decoração é bastante usual já que surge igualmente nas peças nº5795 e nº1885. A primeira, para além dos 3 sulcos, mostra ainda 3 pequenos punctionamentos circulares, dispostos verticalmente no sulco central, próximo do que seria o bordo.

A peça nº5789 apresenta dois tipos de decoração. Um conjunto de linhas incisas, paralelas ao bordo, que se desenvolvem ao longo da peça, um pouco abaixo do ombro. Relativamente na mesma zona, arranca um cordão digitado, que se desenvolve verticalmente em direcção ao fundo da peça.

Cronologia: Desde o século XII até ao 1º quartel do século XVIII.

4.4.1.2. Fabrico A.2

A peça nº1571 representa a única tipologia do grupo de fabrico A.2. Apesar das semelhanças com o fabrico A.1, ao nível das superfícies, resolvemos criar um grupo à parte. Apresenta diferente morfologia de bordo, com orientação extrovertida e duplamente espessado. A sua orientação e morfologia assemelham-se bastante às peças do fabrico A.1 do grupo de pasta 5, o que reforça a ideia de estarmos perante um diferente grupo de fabrico.

A peça modelo da tipologia trata-se de uma forma fechada. De perfil em “S”, mede 15,2cm de diâmetro e 17,5cm de altura, permitindo-nos observar uma base plana.

Possui asa completa, com secção de morfologia sub-rectangular, apresentando-se decorada com um motivo muito comum durante a Idade Média (Silva, Ribeiro, 2006-2007). Tratam-se de depressões de formato sub-elipsoidal efectuadas através de puncionamento. Neste caso encontramos três puncionamentos dispostos verticalmente. Dois deles são paralelos, tendo sido o outro efectuado um pouco abaixo dos anteriores, formando um triângulo invertido, se traçássemos uma linha para os unir.

Como é usual a superfície exterior foi alisada, enquanto a superfície interior mostra alisamento somente na zona do bordo. As superfícies tendem a apresentar cor cinzenta acastanhada (10YR 5/2), enquanto o cerne mostra cor cinzenta (10YR 5/1).

Cronologia: Desde 2ª metade do século XII até à 1ª metade do século XIII.

4.5. Grupo de pasta 5

O grupo de pasta 5 apresenta pequena frequência de elementos não plásticos, angulosos, de pequeno calibre, podendo, por vezes, surgir elementos de calibre médio. Quanto à natureza observam-se elementos de quartzo, feldspato e mica. Na pasta, compacta, predomina a cor castanha (7.5YR 5/4).

Assim como no grupo de pasta anterior, a irregularidade de cores, leva-nos a pensar que as peças fossem cozidas em soenga.

Nas superfícies interiores é possível observar estrias algo irregulares, o que pode apontar para o uso do torno lento aquando da sua elevação.

4.5.1. Fabrico A

As peças correspondentes a este fabrico mostram superfícies alisadas, sobretudo a exterior. A superfície interior recebe apenas alisamento na área do bordo ou colo da peça. As exceções são as formas abertas como as tigelas, mas também as caçoilas.

Não se identifica uma clara diferença entre cerne e superfícies. As cores destas últimas oscilam entre a castanha (7.5YR 5/4) e cinzenta (10YR 5/1). São, normalmente, iguais à do cerne e não apresentam aguada, como acontece no grupo de pasta 4.

4.5.1.1. Fabrico A.1

Constituem o grupo de fabrico A.1. peças com o bordo extrovertido. Apresenta-se duplamente espessado, com o espessamento interno, quase sempre, menor que o externo. A parte superior do bordo é, normalmente, plana, mas mostra orientação oblíqua. Em termos de dimensões podem apresentar diâmetros entre os 11cm e os 24,5cm.

Na peça nº5761 podemos observar o único elemento de preensão registado. Trata-se de uma asa de fita, com secção sub-elipsoidal que arranca imediatamente abaixo do bordo.

As superfícies, onde apenas as exteriores se encontram alisadas, não se distinguem do cerne em termos cromáticos, onde predomina a cor castanha (7.5YR 5/4).

Registamos decoração nas peças nº5775 e nº5779. A primeira foi decorada por uma série de puncionamentos, de morfologia sub-rectangular, localizados imediatamente abaixo do bordo, formando um puncionamento linear. A peça nº5779 encontra-se decorada por uma linha incisa ondulada efectuada abaixo do bordo, que percorre o diâmetro da peça.

Cronologia: Desde o século XVI até ao 1º quartel do século XVIII.

4.5.1.2. Fabrico A.2

As tipologias deste grupo de fabrico apresentam bordo ligeiramente extrovertido, mostrando espessamento duplo. O espessamento externo apresenta, quase sempre, secção semicircular e situa-se a um nível mais elevado que o espessamento interno. Este último apresenta, normalmente, uma aresta mais pronunciada do que o primeiro. Serviria para assentar o testó. Em termos de dimensões, os diâmetros compreendem-se entre os 7,5cm e os 22cm.

Mostram superfícies bem alisadas, distinguindo-se do cerne, pelo maior grau de dureza, proporcionado pelo alisamento, assim como pelas cores, mais escuras, onde predomina a cinzenta (10YR 5/1).

Quando comparamos as peças deste conjunto com as dos outros grupos de fabrico, verificamos uma maior dureza ao nível das pastas e cores mais escuras, possivelmente devido a um maior tempo de cozedura.

Outra característica muito usual neste fabrico é apresentar linhas incisas ou inflexões abaixo do bordo. A maioria das peças apresenta esta característica.

Para além da decoração referida, a asa de fita de secção sub-elipsoidal da peça nº2058 apresenta a sua superfície exterior decorada com três sulcos. Foram efectuados com os dedos do oleiro, no sentido longitudinal da asa. Mostra ainda três incisões, de formato sub-elipsoidal, no sulco central, junto ao arranque da asa, a partir do bordo da peça. No grupo de pasta 4 encontramos uma asa em tudo igual a esta (secção, decoração, dimensões). A única diferença regista-se, praticamente, ao nível da pasta.

Todos os tipos foram classificados como panelas, pelo perfil da peça, pela morfologia do bordo, que apresenta a saliência para o assentamento do testó, e pelas marcas de fogo. Possuem asas de fita com secção sub-elipsoidal.

Cronologia: 1º quartel do século XVIII.

4.5.1.3. Fabrico A.3

Assim como o fabrico A.1, este apresenta tipologias com bordos duplamente espessados. O espessamento interno é quase imperceptível. Por outro lado, o espessamento externo pode variar de dimensões. Pode ir de pouco visível até à dimensão de uma pequena aba. A parte superior do bordo apresenta-se plana, com orientação horizontal e não oblíqua, como no primeiro fabrico da pasta. As medidas dos

diâmetros podem começar nos 9cm, chegando a atingir os 28cm. A única asa do conjunto regista-se na peça nº5763. Trata-se de uma asa de fita com secção sub-rectangular.

Apenas as superfícies exteriores foram alisadas. Não se distinguem do cerne em termos cromáticos. As cores mais frequentes são a castanha (10YR 5/3) e cinzenta (10YR 5/1).

A decoração surge nas peças nº1943 e nº5770. Na primeira foi efectuada uma linha incisa no bordo. A última apresenta várias linhas incisadas efectuadas no bojo.

Cronologia: 1º quartel do século XVIII.

4.5.1.4. Fabrico A.4

Constituem este fabrico, peças com bordo ligeiramente extrovertido, apresentando um pequeno espessamento externo. Uma característica deste fabrico é que a espessura das paredes da peça diminui ligeiramente após o espessamento do bordo, para depois voltar a atingir a sua espessura normal. Este estreitamento das paredes nota-se, sobretudo, na superfície exterior das peças.

O grupo é constituído por formas fechadas, com diâmetros de 18cm a 22,5cm e uma forma aberta com 20cm de diâmetro.

Nas peças abertas registam-se ambas as superfícies alisadas. Nas formas fechadas somente a superfície exterior recebeu alisamento. Em termos cromáticos não se distinguem do cerne. Predomina a cor castanha acinzentada (10YR 5/2).

A única decoração regista-se na peça nº5774. Ligeiramente abaixo do bordo, mostra uma linha ondulada, realizada através de incisão.

Cronologia: 1º quartel do século XVIII.

4.5.1.5. Fabrico A.5 (Púcaros)

Registam-se apenas duas tipologias, neste grupo de fabrico. São formas fechadas de perfil em “S”, que classificámos como púcaros. Apresentam bordo ligeiramente extrovertido e lábio de secção semicircular, variando os seus diâmetros entre 7cm e 11cm. Possuem asas de secção sub-elipsoidal, que arrancam junto ao bordo.

As superfícies, onde somente a exterior se encontra alisada, mostram cor cinzenta acastanhada escura (10YR 4/2), a mesma do cerne.

Cronologia: Desde o século XVI até ao 1º quartel do século XVIII.

4.5.1.6. Fabrico A.6 (Caçoilas)

Classificámos como caçoila, dois fragmentos (nº5788 e nº5778). Seriam tipologias de morfologia hemisférica. Apresentam orientação de bordo introvertida, com o lábio ligeiramente espessado no exterior e a parte superior plana. Os seus diâmetros variam entre 15,5cm e 27cm. A peça nº5788, de perfil completo, tinha 8,5cm de altura e fundo plano.

Foram decoradas através uma série de puncionamentos circulares, formando um puncionamento linear localizado um pouco abaixo do bordo.

Apresentam ambas as superfícies alisadas, sem diferenças cromáticas em relação ao cerne. A peça nº5778 mostra cor castanha muito clara (10YR 8/3) e a peça nº5788 cor castanha amarelada (10YR 5/4).

Cronologia: 1º quartel do século XVIII.

4.6. Grupo de pasta 6

O grupo de pasta 6 apresenta pequena frequência de elementos não plásticos, angulosos, de pequeno calibre. Quanto à natureza observam-se elementos de quartzo, feldspato e mica. Estamos perante uma pasta compacta onde predomina a cor cinzenta avermelhada (5YR 5/2).

O reduzido número de peças não permitiu perceber se foram cozidas em forno ou soenga, nem se foram elevadas em torno rápido ou lento.

4.6.1. Fabrico A

O grupo de pasta 6 possui apenas um grupo de fabrico. A pouca representatividade nos estratos arqueológicos pode ser um dos motivos. Compõem o conjunto tipologias de morfologia troncocónica, de paredes oblíquas, com a largura superior à altura, que classificámos como pratos. Apresentam bordo espessado externamente e diâmetros entre 18,2cm e 21,8cm.

Mostram a superfície exterior alisada e a interior polida. Em ambas, predomina a cor cinzenta avermelhada (5YR 5/2). Distinguem-se do cerne que tanto pode mostrar cor cinzenta (5YR 5/1), como laranja (5YR 5/6).

Cronologia: 1º quartel do século XVIII.

4.7. Grupo de pasta 7

O grupo de pasta 8 apresenta pequena frequência de elementos não plásticos, angulosos, de pequeno calibre. Quanto à natureza observam-se elementos de quartzo, feldspato e mica. Nas pastas, compactas, predomina a cor cinzenta (10YR 4/1).

O reduzido número de peças não permitiu perceber se foram cozidas em forno ou soenga, nem se foram elevadas em torno rápido ou lento.

4.7.1. Fabrico A

Devido ao reduzido número de peças decidimos criar apenas um grupo de fabrico. As peças mostram as duas superfícies alisadas de cor cinzenta (10YR 4/1). Distinguem-se do cerne que mostra cor cinzenta clara (10YR 7/2).

A peça nº2072 apresenta decoração incisa com motivos vegetalistas em ambas as superfícies. A peça nº1117 pode-se tratar de uma bilha.

Cronologia: 1º quartel do século XVIII.

4.8. Grupo de pasta 8

O grupo de pasta 7 apresenta pequena frequência de elementos não plásticos, angulosos, de pequeno calibre. Quanto à natureza observam-se elementos de quartzo, feldspato e mica. A pasta, compacta, mostra cor cinzenta (10YR 4.5/1).

O reduzido número de peças não permitiu perceber se foram cozidas em forno ou soenga, nem se foram elevadas em torno rápido ou lento.

4.8.1. Fabrico A

Este fabrico é constituído por uma tipologia. Trata-se de uma parede decorada, representada pela peça nº1221. Apresenta ambas as superfícies alisadas, de cor cinzenta (10YR 4.5/1), não se distinguindo do cerne, de cor idêntica.

Foi decorada com duas linhas paralelas, efectuadas por incisão. Provavelmente, percorreriam todo o diâmetro da peça. Acima das linhas incisadas observaram-se decorações brunidas que aparentam ter morfologia semelhante ao número 8. Por sua vez, abaixo destas regista-se decoração brunida de formato sub-elipsoidal alongado. São paralelas entre si, mas oblíquas em relação às linhas incisadas.

Cronologia: 1ª metade do século XIX.

5. Análise e Interpretação

5.1. Grupo de Pasta 1

As peças atribuídas ao grupo de pasta 1 correspondem a 38,8% do total da amostra cerâmica estudada. Após observar as peças, segundo a metodologia definida, resolvemos agrupá-las em 11 diferentes fabricos.

O fabrico A.1.1.1 é o mais representado, com 113 exemplares. Seguem-se os fabricos A.2.1 e A.1.2 com 39 e 38 fragmentos, respectivamente. Ao fabrico A.3.2, atribuímos 14 fragmentos. Os grupos de fabrico A.1.1.2 e A.2.2, decorados com encrespado, contam com 5 e 3 exemplares, respectivamente. Igualmente com 3 fragmentos atribuídos, temos o grupo de fabrico A.3.1. Com apenas 2 fragmentos registamos os fabricos A.4 e A.3.4. Por último, com um mero exemplar, surgem os fabricos A.3.3 e A.5.

A nível de pastas e de tratamentos de superfície não se verificam diferenças notórias, nas diferentes produções, ao longo dos séculos. O mesmo sucede com as morfologias das peças, que poucas alterações sofrem com o decorrer do tempo. Regista-se apenas o desaparecimento de alguns fabricos em detrimento de outros. Das evoluções mais notadas encontramos a diminuição de peças com asa de secção circular e um aumento de asas de fita de secção sub-elipsoidal. Isso verifica-se com os fabricos A.3.1 e A.3.2, que surgem na 1ª metade do século XVII, perdendo preponderância, no 1º quartel do século XVIII, face ao fabrico A.1.1, chegando a desaparecer na 1ª metade do

século XIX. Na 1ª metade de oitocentos os púcaros passam a apresentar asas de fita. No geral, há, ainda a registar, uma tendência para a diminuição da espessura média das paredes.

O repertório de formas do grupo de pasta 1 é composto por panelas, púcaros, caçoilas, tigelas e um assador. A forma mais representada é, sem sombra de dúvidas, a panela. Provavelmente devido a este facto, os oleiros deste centro produtor seriam conhecidos pelo termo “paneiros”, assim como os da região de S. Martinho de Mouros (Duarte, 2001: 271-273; Dinis; Amaral, 2003a: 385). Estas formas representam 48,8% do grupo de pasta 1. As caçoilas perfazem 13% do total e os púcaros registam uma presença de 8,7%. As restantes formas apresentam percentagens residuais. Possuímos apenas duas tigelas (0,6%) e um braseiro (0,3%). Não conseguimos identificar forma para os restantes 28% fragmentos. Esta percentagem indica-nos que estamos perante uma pasta algo friável.

Facilmente se observa que predominam peças destinadas a ir ao fogo. As características técnicas podem explicar esta tendência. Estamos perante exemplares com pastas pouco compactas e elementos não plásticos de calibre médio. Contribuem principalmente, para a falta de compactidade das pastas, as palhetas de mica que provocam poros quando esta seca. A provável cozedura em soenga contribuiu igualmente para a porosidade registada. Normalmente, nas soengas, não se atingem temperaturas superiores a 1000°C, o que não facilita a fusão dos elementos constituintes, fundamental para se conseguir pastas mais duras (Tobias, 1986; Rice, 1987: 80-82; Shepard, 1976: 80-86). Devido a essa porosidade resultam peças que suportam bem as diferenças de temperaturas, a que estariam sujeitas aquando da sua utilização. Logo, não quebravam tão facilmente. No entanto, devido à referida porosidade, não seriam muito adequadas quando o objectivo era conter líquidos, uma vez que isso lhe conferia alguma permeabilidade. A presença reduzida de peças destinadas a conter líquidos parece comprovar esta hipótese. Os púcaros que identificámos apresentam as superfícies ásperas que não seriam agradáveis ao toque. Possivelmente, seriam mais utilizados para ir ao fogo, do que à mesa servir líquidos.

A elevada presença nos estratos arqueológicos, do grupo de pasta 1, aponta para a existência de um importante centro produtor na região. Parece ainda revelar uma preferência, por parte dos monges, em relação a este tipo de peças, sobretudo em

relação às peças incluídas no grupo de fabrico A.1.1, já que é o fabrico com maior representação nos contextos arqueológicos.

Em relação às técnicas decorativas, podemos encontrar, no grupo de pasta 1, o cordão plástico digitado, o encrespado e as linhas incisas. O cordão digitado é, de longe, a decoração mais utilizada com 83% das peças decoradas através desta técnica.

Como referimos noutros capítulos, os cordões podem-se dispor vertical ou horizontalmente. No fabrico A.1 os cordões verticais iniciam-se normalmente no colo da peça, poucos centímetros abaixo do bordo, podendo terminar próximo do fundo. Os cordões horizontais surgem no bojo das peças, sempre abaixo do estreitamento do colo. No fabrico A.2, praticamente todas as peças mostram um cordão digitado horizontal na zona do bordo. Além deste, podem surgir mais cordões horizontais ao longo do perfil da peça, mas também cordões verticais.

O encrespado é a segunda técnica decorativa mais utilizada. Encontramo-la em 14% das peças decoradas. Ao contrário da técnica anterior, este tipo de decoração surge apenas na 1ª metade do século XIX. Regista-se nas panelas, caçoilas e púcaros, sempre na zona do bojo.

Em relação às linhas incisas, aparecem em 3% das peças decoradas. Surgem apenas no grupo de fabrico A.2, tendo sido efectuadas na zona superior da pega.

5.2. Grupo de Pasta 2

Com 40,1%, o grupo de pasta 2 é o mais representado nos estratos arqueológicos do Mosteiro de São João de Tarouca. Apresenta igualmente o repertório mais alargado de formas. Aqui se incluem tigelas, pratos, alguidares, púcaros, cântaros, testos, caçoilas, panelas, garrafas, sertãs, uma assadeira, uma talha, um assador e uma base. Para além do alargado repertório formal, é constituído por um elevado número de fabricos que nos ajudam a compreender a evolução e a dinâmica do centro produtor.

Formas	# fragmentos	Porcentagens
Indefinido	20	6,1%
Tigela	47	14,3%
Prato	29	8,8%
Alguidar	67	20,4%
Base	1	0,3%
Plúcaro	25	7,6%
Cântaro	43	13,1%
Testo	14	4,3%
Caçoila	34	10,3%
Panela	40	12,2%
Talha	1	0,3%
Garrafa	3	0,9%
Assador	1	0,3%
Sertã	3	0,9%
Assadeira	1	0,3%
Total	329	100,0%

Quadro 3 – Quadro informativo das formas verificadas no grupo de pasta 2, com número de fragmentos classificados e sua presença em termos percentuais.

Classificámos como tigelas 47 fragmentos, que dividimos em 9 grupos de fabrico. O fabrico A.1.4, com 10 exemplares, é o mais representado, seguido do fabrico A.1.9 com 9 fragmentos. O fabrico A.1.3 é constituído por 7 exemplares. Com 5 fragmentos encontramos os fabricos A.1.1 e A.1.8. Por fim, com 2 exemplares, encontramos os grupos de fabrico A.1.2, A.1.5, A.1.6 e A.1.7. Os restantes fragmentos não foram incluídos em nenhum grupo de fabrico.

As peças classificadas como pratos dividem-se em 3 grupos de fabrico, num total de 29 exemplares. O fabrico mais representado é o A.2.2 com 18 fragmentos. Atribuímos 9 exemplares ao fabrico A.2.1. Por fim, encontramos o fabrico A.2.3, ao qual atribuímos 2 exemplares.

Classificámos como alguidares 67 fragmentos, que se agrupam em 11 fabricos. O fabrico A.3.3 é, de longe, o mais representado, contendo 21 fragmentos. Seguem-se, com 9 exemplares cada, os fabricos A.3.5 e A.3.6. Com 7 exemplares encontramos o fabrico A.3.7. O fabrico A.3.1 é constituído por 3 peças. Os fabricos A.3.2, A.3.8 e A.3.4 são representados por 2 fragmentos, enquanto os fabricos A.3.9, A.3.10 e A.3.11 são constituídos por uma peça apenas. Houve 9 fragmentos que não foi possível atribuir fabrico.

Os púcaros dividem-se em 5 fabricos, perfazendo um total de 25 fragmentos. O conjunto mais representado é o fabrico A.4.5, com 7 exemplares. Os fabricos A.4.3 e A.4.4 são constituídos por 4 fragmentos. Por sua vez, incluímos no fabrico A.4.1 somente 2 fragmentos. Com um único exemplar atribuído, temos o fabrico A.4.2. Não foi possível atribuir grupo de fabrico aos restantes exemplares.

Classificámos como cântaros 43 fragmentos e dividimo-los em 3 fabricos. Com 16 fragmentos, encontramos o fabrico A.5.3. No fabrico A.5.2 incluímos 13 exemplares. Por sua vez, com apenas 5 fragmentos, o fabrico A.5.1 é o menos representado. Não foi possível incluir nestes grupos de fabrico 9 exemplares.

Classificámos 14 fragmentos como testos. Devido às semelhanças entre eles, não criámos subgrupos de fabrico.

Dividimos em 5 grupos de fabrico os 34 fragmentos que identificámos como caçoilas. O fabrico A.7.5 é o mais representado com um total de 27 fragmentos. No grupo de fabrico A.7.1 encontramos 4 exemplares. Os restantes grupos de fabrico A.7.2, A.7.3 e A.7.4 são representados por um único exemplar.

Classificámos 40 fragmentos como panelas, que se dividem em 3 diferentes grupos. O fabrico A.8.2 é o mais representado com 26 exemplares. Segue-se o fabrico A.8.3 contendo 6 exemplares. O grupo de fabrico A.8.1 apresenta-se com uma peça. Os restantes 7 fragmentos ficaram com grupo de fabrico indefinido.

Constituído por três peças, identificámos as peças do grupo A.12 como sertãs e as peças do grupo A.13 como garrafas ou bilhas.

Representados por uma única peça, temos os grupos de fabrico A.9, A.10, A.11 e A.14. Foram classificados, respectivamente, como talha, assador, assadeira e base.

Como vimos, o grupo de pasta 2 é o que apresenta o repertório de formas mais alargado, ao qual se junta um maior número de fabricos. Através dos diferentes fabricos podemos observar as alterações que ocorrem nas formas. Na maioria, não se nota uma

evolução clara ao longo do tempo. Notam-se apenas alterações morfológicas ocorridas ao nível dos perfis das peças, com o declínio de alguns fabricos e surgimento de outros. Porém, nos cântaros nota-se uma linha evolutiva. No 1º quartel de setecentos, as asas e paredes mais espessas, que encontramos no fabrico A.5.2, dão lugar, na 1ª metade do século XIX, ao fabrico A.5.3 onde se nota uma redução na espessura média das paredes e ocorre a alteração para asas bastante finas e largas. Os exemplos de asas que temos, para este último período, surgem quase sempre sem decoração, ao contrário das asas do fabrico A.5.2 que se apresentam, quase todas, decoradas com cordão digitado. De um modo geral, regista-se uma tendência para a diminuição da espessura média das paredes.

Em relação às pastas e aos tratamentos de superfície, nota-se uma continuidade. Não se alteram os elementos constituintes das pastas e continuam a predominar as cores vermelhas no cerne e as escuras em superfícies bem alisadas.

Analisando as peças da pasta 2, nota-se um maior cuidado nas formas destinadas a conter líquidos. Os cântaros, alguidares, alguns púcaros e algumas tigelas apresentam, normalmente, superfícies mais lisas, de cores escuras, que se distinguem do cerne de cores vermelhas. Nas panelas e caçoilas essa diferença cromática não é tão visível, nem as superfícies se apresentam tão lisas. Este factor deve-se, provavelmente, a um maior cuidado no tratamento de superfícies e aquando da cozedura das peças.

As peças do grupo de pasta 2 foram decoradas através das técnicas da incisão, linhas incisas, cordão plástico, puncionamento linear e impressão.

O cordão plástico é a decoração mais frequente. Encontra-se em mais de 60% das peças decoradas e regista-se em grande parte das formas produzidas. Nos púcaros e cântaros pode aparecer nas asas. Nas caçoilas e panelas observa-se normalmente no bordo, sendo frequente surgir mais do que um cordão plástico, mas sempre dispostos na horizontal. Encontramos cordões plásticos ainda nos alguidares e na talha. Esta última forma é a única que regista cordões dispostos vertical e horizontalmente, em simultâneo.

Com uma presença de 20%, nas peças decoradas, temos o puncionamento linear. Encontra-se normalmente no bojo das peças, sobretudo em alguidares.

As linhas incisas representam 12% das técnicas decorativas utilizadas. Podem ter sido efectuadas no bordo ou no bojo de cântaros, alguidares, testos, tigelas e caçoilas.

Nas asas dos cântaros da pasta 2 registam-se os 4% das incisões realizadas. Com a mesma percentagem surgem as impressões, também nas asas das peças.

5.3. Grupo de Pasta 3

O grupo de pasta 3 representa 8,5% da amostra estudada. Agrupámos as suas peças em 7 diferentes fabricos. Num total de 24 peças, o fabrico A.1 é o mais representado. Segue-se o fabrico A.2.1 que perfaz um total de 16 exemplares. No fabrico A.4.2 contam-se 9 peças. O fabrico A.3 é composto por 7 fragmentos e o fabrico A.2.2 por 5. Por sua vez, o fabrico A.4.1 é constituído por 3 peças. Representado por um único exemplar temos o fabrico A.5. De resto, não foi possível atribuir grupo de fabrico aos restantes 4% dos fragmentos deste grupo de pasta.

Os 7 grupos de fabrico, pertencentes ao grupo de pasta 3, enquadram-se sobretudo no 1º quartel de oitocentos. Este facto não facilita a observação de rupturas que possam existir ao longo do tempo, na produção das peças. Da amostra que dispomos registamos a homogeneidade que os fabricos apresentam entre si. Dentro deles observam-se situações de continuidade no que diz respeito às pastas, tratamentos de superfície, decorações, morfologias e funcionalidades.

Os púcaros, com uma percentagem 35,8%, são a forma mais frequente neste grupo de pasta. As caçoilas representam 20,9% e as panelas 31,3%. Os cântaros perfazem 10,5% das peças. De resto, dispomos somente de um testro (1,5%).

A pasta 3 apresenta elementos não plásticos de pequeno calibre, o que contribuiu para uma pasta compacta, com características técnicas que lhe permitem desempenhar diversas funcionalidades. Porém, como se pode observar, predominam as peças destinadas a ir ao fogo. Registam-se ainda alguns cântaros e púcaros, com superfícies suaves e agradáveis ao toque, que por certo seriam mais impermeáveis do que os recipientes da pasta 1.

O cordão plástico digitado é a decoração mais frequente, observando-se em 68% das peças decoradas. Surge principalmente nas peças do fabrico A.2.1, onde se regista em 9 exemplares. Podem aparecer dispostos vertical ou horizontalmente. Os restantes 4 exemplares de cordão plástico encontramos-os no fabrico A.4. Neste caso, surgem no bojo, sensivelmente a meio do perfil das peças.

Outro dos motivos decorativos registados é a linha incisa, com uma percentagem de 15%. Surge na parte superior de duas peças do fabrico A.4.1. Parece tratar-se de uma solução frequente, já que nas reservas do Mosteiro de São João de Tarouca se registam

mais pegas com morfologia, dimensão e decoração semelhantes. Este tipo de decoração aparece ainda no bojo de uma peça do fabrico A.4.2.

O puncionamento linear regista-se em 2 peças, perfazendo 10% do total das peças decoradas. Observa-se no colo de peças do fabrico A.3.

5.4. Grupo de Pasta 4

Da amostra estudada, apenas 2,4% pertence ao grupo de pasta 4. O grupo de fabrico A.1, com 18 exemplares, é o mais representado, enquanto o grupo de fabrico A.2 possui apenas 2 peças. Num total de 20 fragmentos, classificámos 18 como panelas e os restantes 2 como tigelas.

Este é o grupo de pasta mais representado nos estratos arqueológicos, desde a fundação do mosteiro, no século XII, até ao século XVI, inclusive. As primeiras peças do grupo de pasta 1 e 3 surgem apenas na 1ª metade do século XVII. Da pasta 2 encontramos tigelas, logo desde o século XII. No entanto, as restantes formas aparecem apenas no 1º quartel do século XVIII. Acredito que as diferentes percentagens de presença, registadas pelos diferentes grupos de pasta, não reflectem, da melhor forma, a realidade, pelo menos no que diz respeito ao século XVI. É provável que os restantes centros produtores já estivessem a laborar. Aliás, a fraca presença de peças cerâmicas nos estratos arqueológicos anteriores à 1ª metade do século XVII levanta questões quanto à representatividade da realidade vivida.

Seja como for, os números demonstram uma preferência por este tipo de pasta até ao século XVI, inclusive. Aliás, incluímos neste grupo de pasta a panela nº1571, que foi usada no ritual da fundação do mosteiro (Barroca *et al.*, 2008). Isso demonstra a importância simbólica que a comunidade monástica dava às peças provenientes deste centro produtor.

No grupo de pasta 4, recorreu-se às técnicas de incisão, impressão e adição de cordão plástico, para decorar as peças. A técnica mais utilizada é a impressão. Surge sempre na asa e regista-se em 5 das 6 peças decoradas. A técnica da incisão e do cordão plástico observa-se em duas peças. A asa é o local privilegiado para a decoração. É nestas que surge 78% da decoração deste grupo de pasta. Apenas se regista um cordão plástico, que foi adossado a um bojo e unguiações, efectuadas no bordo de uma peça.

Estamos perante um grupo de pasta bastante homogéneo. As suas características técnicas, formais e decorativas tendem a manter-se ao longo do tempo. As únicas alterações notadas ocorrem ao nível da morfologia, que nos ajudaram a definir os diferentes grupos de fabrico e tipologias. O número reduzido de formas não nos permite considerações mais apuradas.

5.5. Grupo de Pasta 5

O grupo de pasta 5 representa 7,5% do total das cerâmicas estudadas, dividindo-se em 6 diferentes fabricos.

O grupo mais representado é o fabrico A.3, com um total de 28 fragmentos. O fabrico A.2 é composto por 15 exemplares. Seguem-se o fabrico A.1, que conta com 8 peças, e o fabrico A.4, representado por 3 fragmentos. Por último, aos fabricos A.5 e A.6, atribuímos 2 exemplares a cada.

Os 6 diferentes fabricos, que representam o grupo de pasta 5, dão-nos a ideia de um centro produtor que mantém as suas tradições ao longo do tempo. Estamos perante um grupo bastante homogéneo ao nível das pastas, tratamentos de superfícies, decorações e morfologias. De notar que, a maioria das peças insere-se na mesma baliza cronológica. Por isso, é natural que não sejam perceptíveis alterações ocorridas no decorrer do tempo.

Não é o grupo de pasta mais representado nos estratos arqueológicos. Apresenta, sensivelmente, o mesmo número de fragmentos do que a pasta 3, do qual poderia ser um concorrente directo. Dá a sensação de ser proveniente de um centro produtor que se procura adaptar à concorrência comercial. Damos como exemplo o fabrico A.1, onde as peças apresentam superfícies mais escuras e pasta mais dura que os outros fabricos da pasta 5. Este maior grau de dureza parece ser motivado por um maior tempo de cozedura das peças, do qual também resultam superfícies mais escuras. Terá sido uma mudança na produção na tentativa de concorrer com outros centros produtores?

No que diz respeito às formas, predomina a panela (81%). Incluem-se ainda caçoilas (4,7%) e púcaros (4,7%). Identificámos apenas 1,6% dos fragmentos como tigelas. Os restantes 8% dos fragmentos não foi possível identificar. Assim como nos grupos de pasta 1, 3 e 4 predominam as peças destinadas a ir ao fogo.

A decoração, no grupo de pasta 5, pode surgir em três locais na peça. Nos colos das peças e/ou ligeiramente abaixo dos bordos regista-se 55% da decoração. Cerca de

35% da decoração é encontrada nas asas. Os restantes 17%, de motivos decorativos, surgem no bojo.

No que diz respeito às técnicas decorativas, há um predomínio das linhas incisas com 40% do total das decorações. Seguem-se a impressão e os cordões plásticos com 20% cada. Os puncionamentos lineares surgem com um peso de 15%. A técnica decorativa menos registada é a incisão, correspondendo a apenas 5% das peças decoradas.

Curiosamente, nas asas predominam os cordões plásticos e as impressões. Os puncionamentos lineares surgem sempre na zona do colo/bordo da peça. Já as linhas incisas podem surgir junto ao bordo ou no bojo.

5.6. Semelhanças entre os grupos de pasta 4 e 5

As diferenças notórias, sobretudo ao nível do calibre e frequência dos elementos não plásticos, levaram-nos a criar os grupos de pasta de 4 e 5. Verificam-se ainda diferenças em relação aos tratamentos de superfície. As peças pertencentes ao grupo de pasta 4 apresentam aguada, ao contrário das atribuídas ao grupo de pasta 5. No entanto, as semelhanças tornam-se evidentes ao nível dos perfis das peças, morfologias dos bordos e asas, assim como nas decorações. Damos como exemplo o fabrico A.2 da pasta 4 e o fabrico A.1 da pasta 5, onde a semelhança, ao nível da morfologia do bordo, é evidente. Outra parecença notória, quer ao nível da morfologia, quer ao nível das decorações, acontece entre a asa nº5795 e a asa da peça nº2048, com a diferença a registar-se apenas ao nível das pastas.

As diversas semelhanças levaram-nos a colocar duas hipóteses. A primeira passa por considerar os diferentes grupos de pasta fabricos do mesmo centro produtor, que se quis adaptar aos tempos, de forma a concorrer com outros centros produtores mais competitivos. A segunda hipótese passa por atribuir os diferentes grupos de pasta a diferentes centros produtores. Uma prática comum na Idade Moderna é a migração de oleiros, sobretudo através do casamento (Fernandes, 1997, 1997d; Dinis: 2004; Temudo, 1905: 159). Possivelmente, alguns oleiros emigraram para outras terras, não muito distantes, levando consigo as tradições de fabrico, como morfologias das peças e decorações, mas agora utilizando diferentes barreiros e elementos não plásticos.

De referir que o grupo de pasta 4 surge desde o século XII até, pelo menos, ao 1º quartel do século XVIII. No entanto, no século XVI, aparece o grupo de pasta 5 e perdura até ao 1º quartel do século XVIII.

5.7. Comparação das diferentes produções

Quando comparamos os elementos não plásticos presentes nos grupos de pasta 1 e 3, observamos que aparentam ser resultado da desagregação do granito. No entanto, a pasta 1 difere da pasta 3 por apresentar elementos não plásticos de maior calibre e mais frequentes. Na primeira é, inclusive, notória a presença de biotite, enquanto na pasta 3, a sua presença, é bastante reduzida. Ambos os grupos de pasta apresentam cores cinzentas, com a pasta 3 a mostrar tons mais claros. Provavelmente, as peças de ambos os grupos, foram elevadas em roda baixa e depois cozidas em soengas.

As peças pertencentes ao grupo de pasta 2 apresentam elementos não plásticos de pequeno calibre. Notam-se sobretudo os elementos de mica, nas superfícies alisadas das peças. Em relação ao cerne das peças, predominam cores vermelhas e acastanhadas. As cores escuras, entre a cinzenta e a preta, notam-se sobretudo nas superfícies. Tudo indica estarmos na presença de uma pasta com forte composição de óxido de ferro.

Por fim, temos os grupos de pasta 4 e 5. Como já referido, podem ser originárias do mesmo centro produtor. Os elementos não plásticos encontrados são os mesmos. Quartzo, feldspato e mica, com predomínio do feldspato. Apenas diferem no calibre e quantidade. Apresentam cores semelhantes, no entanto a pasta 5 é mais compacta.

O repertório das formas da pasta 1 e pasta 3 é muito semelhante. Correspondem, à pasta 1, panelas, caçoilas, púcaros, tigelas e um braseiro. A pasta 3 inclui no seu repertório panelas, caçoilas, púcaros, cântaros e um testo. Em ambos os grupos de pasta predominam as formas destinadas a ir ao fogo. Provavelmente estará relacionado com às características técnicas das pastas. Nota-se ainda uma semelhança a nível morfológico, entre as peças dos diferentes grupos de pasta, que pode ser justificada pela provável proximidade geográfica dos centros produtores.

Por sua vez, o grupo de pasta 2 apresenta um repertório mais vasto que compreende tigelas, pratos, alguidares, púcaros, cântaros, testos, caçoilas, panelas, garrafas, sertãs, uma base, um assador, uma talha e uma assadeira.

Como podemos observar, o repertório morfológico do grupo de pasta 2 inclui peças destinadas a ir ao fogo, mas também destinadas a conter líquidos e ir à mesa.

É uma pasta compacta, com pequenos elementos não plásticos. Com o alisamento das superfícies e com a cozedura conseguem-se peças impermeáveis, assim como peças capazes de sustentar as diferenças de temperatura, a que ficavam sujeitas, quando iam ao fogo.

Neste grupo de pasta, as morfologias das peças são distintas, quer das peças da pasta 1, quer das da pasta 4 e 5 (O que pode indicar um certo afastamento geográfico entre centros produtores). No entanto, nota-se nas caçoilas, o típico bordo introvertido.

Se no grupo de pasta 1, a forma mais representada é a panela, no grupo de pasta 2 o alguidar é a forma mais frequente. Se a estas formas juntarmos os púcaros e cântaros, vemos que predominam as peças destinadas a conter líquidos. Embora também existam números consideráveis de panelas e caçoilas, os monges preferiam as peças do grupo de pasta 2, quando a finalidade era conter líquidos.

As peças da pasta 2, com as suas funcionalidades, no que diz respeito à contenção de líquidos, complementavam as funções desempenhadas pelas peças dos grupos de pasta 1, 3, 4 e 5.

Nos grupos de pasta 4 e 5, produziram-se sobretudo panelas. Este registo, em relação às formas, adequa-se às características técnicas na pasta 4, uma vez que se apresenta pouco compacta, com grande frequência de elementos não plásticos, de calibre médio a grande. Resultam pastas ásperas, onde apenas a aguada contribui no sentido de lhe conferir alguma suavidade e impermeabilidade. Por outro lado, a pasta 5 apresenta qualidade superior à pasta 4, com pequena frequência de elementos não plásticos, de calibre pequeno a médio. Sobretudo as peças do fabrico A.2 apresentam uma pasta compacta, que facilmente poderia ser utilizada para produzir contentores de líquidos e não apenas panelas.

Em termos morfológicos, as peças dos grupos de pasta 4 e 5 diferem dos restantes grupos de pasta.

Quando comparamos o número de fabricos entre pastas, podemos observar que o grupo de pasta 2 apresenta um número bem superior ao dos grupos de pasta 1, 3, 4 e 5. Nota-se, no grupo de pasta 2, que ocorre uma alteração nos fabricos ao longo do tempo. Fabricos deixam de existir, dando lugar a outros. Nos grupos de pasta 1, 3, 4 e 5 há um menor número de fabricos e o mesmo fabrico abrange uma baliza cronológica mais alargada. Ou seja, permanece quase inalterável ao longo do tempo.

Analisando esta informação, dá-nos a impressão que o centro produtor do grupo de pasta 2 é muito mais dinâmico que os restantes. Parece tratar-se de um centro mais pujante, onde haveria mais olarias a laborar. Produzem um alargado número de formas, sendo capazes de competir, em termos funcionais, com qualquer centro produtor na sua área de abrangência. Coloca-se a hipótese de cozerem as suas peças em soenga, mas não é colocada de parte a hipótese de cozerem, também, em fornos de duas câmaras, o que implica um maior investimento na estrutura e na quantidade de combustível utilizado. Poderá ser nestes fornos que cozem igualmente cerâmica vermelha, da qual também se encontram exemplares no Mosteiro de São João de Tarouca, como se observa na Figura 17? Estas peças vermelhas concorriam, pelo menos no Mosteiro de São João de Tarouca, com o grande centro produtor de cerâmica vermelha que era Aveiro.

Os centros produtores da pasta 1, 3, 4 e 5, com um menor repertório de peças, não conseguiam satisfazer todas as necessidades dos seus clientes, uma vez que estes últimos seriam obrigados a adquirir peças para conter líquidos, provenientes de outros centros produtores. Com isto, a competitividade destes centros olários ressentia-se, ao contrário do que acontecia com o produtor das peças do grupo de pasta 2.

Diz-nos Isabel Fernandes (2012: 232) que os centros produtores que possuíssem uma comunidade de oleiros alargada e fossem capazes de fornecer loiça em quantidade, variedade e qualidade, podiam comercializar a sua loiça fora dos limites do concelho, podendo mesmo ser vendida no mercado externo.

É o que parece suceder com o centro produtor da pasta 2. Produz diversas formas, com uma pasta de qualidade. Os vários grupos de fabrico criados parecem apontar para a existência de várias olarias. Isto tudo conjugado, é bem provável que as peças do grupo de pasta 2 chegassem a mercados mais distantes do que a maioria dos centros produtores de cerâmica preta.

As peças decoradas perfazem, sensivelmente, 20% do total das peças estudadas.

O grupo de pasta 3 encontra-se decorado somente através de cordões plásticos e linhas incisais. As mesmas técnicas decorativas apresenta o grupo de pasta 1, às quais acresce o encrespado, a partir do 1º quartel de oitocentos. Incisões, linhas incisais, brunidos, cordão decorado, puncionamento linear e impressões são as técnicas decorativas que podemos observar no grupo de pasta 2.

Comuns aos três grupos de pasta são as linhas incisais e os cordões decorados. As primeiras surgem, na pasta 1, apenas em caçoilas e sobretudo nas asas. Na pasta 2 surgem sobretudo no bojo dos cântaros do fabrico A.5.3.

Nas pastas 1 e 3, encontramos os cordões decorados nos corpos das painelas e nos bordos das caçoilas. Na pasta 2, encontramos igualmente cordões decorados nos bordos das caçoilas, mas também nos bojós dos alguidares e nas asas dos cântaros. No entanto, o cordão, no grupo de pasta 1 e 3, é decorado pela pressão efectuada através dos dedos do oleiro, enquanto, no grupo de pasta 2, a pressão é efectuada, na grande maioria dos casos, com um punção.

O cordão decorado é a técnica decorativa mais frequente nas 3 pastas. Em relação às decorações, perfazem 77%, 82% e 60% nos grupos de pasta 3, 1 e 2, respectivamente. A diferença, a rondar os 20%, entre o grupo de pasta 2 e os restantes, pode estar relacionada com aspectos culturais, como o gosto por esse tipo de decoração. O superior número de técnicas decorativas, utilizadas pelos oleiros do grupo de pasta 2, também pode ter contribuído para a menor percentagem de cordões decorados. Outro motivo a ter em conta está ligado à possível funcionalidade dos cordões plásticos, de fornecer maior resistência às paredes das peças. Como já referimos, a pasta 2 possui melhores qualidades técnicas que os outros dois grupos. Possivelmente não necessitaria tanto de cordões plásticos para dar consistência às peças.

5.8. As peças no quotidiano monástico

Uma parte deste trabalho passa por tentar entender qual seria o papel das peças estudadas no quotidiano do mosteiro. Tentaremos, portanto, relacionar o tipo de peças, segundo as suas diferentes funcionalidades, com a vida monástica.

Sabemos que as funções das peças, por nós estudadas, estão ligadas à preparação de alimentos ao fogo, conservação de alimentos, contenção de líquidos e utilização à mesa. Torna-se obrigatório analisar a alimentação dos monges.

O autor Salvador Mota (1992) dá-nos informação sobre os alimentos mais frequentemente ingeridos, no final do século XVIII, nos mosteiros masculinos da Ordem de Cister, nas diferentes refeições ao longo do dia.

Dias de Carne	Dias de Abstinência
Jantar	
Sopa	Sopa ou caldo
2 arrátéis de carne	1 prato de esparregado
1/6 de arrátel de carne de porco	1 posta abastada de peixe
1 prato de arroz	1 posta abastada de bacalhau
1 porção ordinário de queijo	Arroz de azeite ou manteiga
1 quartilho de vinho	1 quartilho de vinho
Fruta	Fruta, queijo, azeitona
Ceia	
1 prato de esparregado	Sopa ou caldo
ou	1 prato de esparregado
1 tigela de caldo de unto	1 posta de peixe fresco
1,5 arrátel de carneiro com arroz	Arroz de azeite ou manteiga
1 quartilho de vinho	1 quartilho de vinho
Fruta	Fruta, queijo?

Quadro 4 – Géneros alimentares mais frequentemente consumidos pelos monges cistercienses. Adaptado de Salvador Mota, 1992:681.

Como podemos observar, a sopa ou caldo estavam presentes em todas as refeições. Possivelmente seriam preparadas nas panelas da pasta 1, em particular nas de maiores dimensões. O esparregado e o arroz de azeite ou manteiga poderia ser preparado nas caçoilas, sobretudo nas da pasta 2 e pasta 3, que apresentam superfícies mais lisas e, por isso, menos aderentes e mais fáceis de lavar.

Os cântaros, destinados a conter líquidos, poderiam ser utilizados para conter água, mas também vinho. Este poderia ir à mesa nos púcaros das diferentes pastas, cujas capacidades não andariam longe do quartilho de vinho, a que os monges tinham direito em cada refeição (Mota, 1992: 681).

Os púcaros também poderiam ir ao fogo, para aquecer líquidos. Acredito que, para o efeito, utilizariam sobretudo os púcaros da pasta 1, por terem pastas menos compactas e os da pasta 2 com superfícies mais rugosas. No púcaro da pasta 2, nº2376, são visíveis vestígios de utilização ao fogo. Os outros púcaros da pasta 2, com as

superfícies bem alisadas, seriam, provavelmente, utilizados apenas para conter líquidos e ir à mesa. A suavidade das suas superfícies pouco ou nada ficaria a dever aos púcaros modelados, em barro vermelho, de Estremoz (Vasconcelos, 1957; Parvaux, 1968).

É provável que usassem os alguidares para lavar a fruta. Também os poderiam utilizar para lavar a carne e peixe das refeições (Fernandes, 2012: 293).

O número de sertãs, presente na amostra estudada, encontra-se de acordo com o quadro apresentado por Mota (1992:681). Apenas contabilizamos três, indicando que apenas ocasionalmente frigiam alimentos.

Não conseguimos determinar qual seria a função desempenhada pelos pratos e tigelas que estudámos. É certo que poderiam utilizar os pratos para servir carne, peixe ou esparregado no refeitório. Também poderiam usar as tigelas para servir sopa ou o caldo de unto. No entanto, com um número tão elevado de faiança (Sebastian, 2010) e cerâmica de importação (Castro, 2009) não parece credível que preferissem a cerâmica preta. Seriam as tigelas e pratos utilizados pelos noviços? Ou simplesmente usados na preparação da alimentação, como o arroz doce ou outra iguaria? (Mota, 1992: 682; Fernandes, 2012: 347-348). Interessante é perceber que as tigelas seriam arrumadas em pilha. Prova disso é o desgaste notado nas superfícies exteriores das peças, local onde assentariam na tigela de baixo.

Para as hipóteses acima colocadas tivemos em conta a preferência cultural, na região em causa, pelo uso da cerâmica preta, que, nos usos culinários, tinha uma grande preponderância face às restantes.

5.9. Modos de aquisição das peças

Os monges poderiam adquirir a cerâmica preta nas feiras anuais que decorriam em localidades próximas do mosteiro. A mais importante feira da região tinha lugar em Lamego e realizava-se em honra de Santa Marinha. Foi D. Dinis que, em 1292, lhe concedeu carta de feira anual (Rau, 1983: 102-103; Costa, I, 1980: 517). Diz-nos Rui Fernandes (2012: 65) que se realizava no mês de Julho e durava quinze dias, à qual vinham muitos mouros de Sevilha e Granada. Virgínia Rau (1983: 103) defende que a feira durava um mês e tinha início oito dias depois do S. João. Por outro lado, Gonçalves da Costa (I, 1980: 517) refere que a feira se iniciava oito dias antes do S. João e teria um mês de duração.

No último quartel do século XIV a feira de Santa Marinha, em Lamego, começa a dar sinais de problemas, devido à concorrência da feira que se fazia em Mesão Frio (Rau, 1983: 103; Costa, 1980, I: 518). Entretanto, em 1385, D. João I ordena que se deixasse de realizar feira em Mesão Frio e passasse apenas a realizar-se a feira de Lamego (Rau, 1983: 103; Costa, 1980, I: 518). No ano de 1490, a feira de Lamego volta a perder fulgor devido a elevadas sisas que a prejudicavam, até se extinguir (Rau, 1983: 105; Costa I, 1980: 518; Fernandes, 2012: 65).

Entretanto, Lamego conseguiu restituir a sua feira no princípio do século XVI, com sisas bem mais leves. Porém, a feira não duraria muitos anos, uma vez que a cidade da Guarda obteve alvará real a proibir a feira de Lamego (Costa, 1980, I: 519).

Além da feira de Lamego, os monges podiam deslocar-se a outras duas feiras anuais que se realizavam nas proximidades do mosteiro. Em 1412, D. João I concede feira própria a Salzedas. Realizava-se próximo do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas, no lugar de S. Pedro de Torno, que dista do Mosteiro de São João de Tarouca cerca de 9kms. Já em 1435, o mesmo rei concede feira à vila de Tarouca.

Para além da feira anual de Santa Marinha, Lamego tinha um mercado semanal, autorizado por alvará de D. Dinis em 1290. Começou por realizar-se ao Domingo, mas D. Afonso IV transferiu-o para a segunda-feira em 1332. No século XV ainda decorria a feira semanal (Costa, 1980, I: 516).

Um dos modos de aquisição das peças passaria por recorrer aos cem almocreves, referidos por Rui Fernandes (2012: 64), que trabalhavam na zona de Lamego, durante o século XVI. O autor, refere que estes vendedores ambulantes adquiriam peixe no Porto, Matosinhos, Aveiro e mesmo Galiza para abastecer Lamego. Em troca levavam bens produzidos em Lamego para o litoral, chegando a percorrer 18 léguas (Fernandes, 2012: 64). Também poderiam adquirir produtos cerâmicos nesses portos, ou noutros locais, para depois os vender à porta do mosteiro. Uma comunidade numerosa, com elevado poder de compra, seria um atractivo ponto de venda para os almocreves da região.

Isabel Fernandes (2012: 241-242), já para os séculos XIX e XX, refere os “regatões” e os “atravessadores”. Eram pessoas que, sobretudo nos centros produtores mais importantes, compravam olaria em grande quantidade, para depois a ir vender noutros mercados.

Porém, normalmente a venda da produção cerâmica era efectuada pelos próprios oleiros e família. A venda podia ser efectuada porta-a-porta, em mercados, feiras, festas e romarias, embora também se pudesse realizar na própria olaria (Fernandes, 2012: 238). Depois de cozida a loiça, carregavam-na às próprias costas ou à cabeça. Também era habitual o recurso a asnos, podendo inclusive ser transportada em carros de bois (Fernandes, 2012: 245).

Nos centros produtores localizados em contextos rurais, a maior fonte de rendimento provinha da venda itinerante. Por outro lado, nos centros produtores situados em contextos urbanos, a venda na própria loja ganhava preponderância face à venda itinerante (Fernandes, 2012: 238).

Na Idade Moderna, as vias de comunicação, em muitos casos, obedeciam às vias da Idade Média e muitas ainda ao traçado das antigas vias romanas (Almeida, 1968; Reis, 1981). Na região de Lamego não seria diferente, já que as linhas viárias mais importantes podem ser determinadas sobre a viação romana (Tapadinhas, 2007: 62). A estas, juntam-se as vias desenvolvidas pela própria comunidade monástica (Castro, 2009: 219). Muito provavelmente, seria este o conjunto de vias percorrido pelas pessoas dos centros produtores localizados a menor distância do mosteiro.

É provável que a loiça de Aveiro (pasta 6), chegasse até ao mosteiro por via marítima. Sabemos que a transportavam deste modo no século XV (Alves, 1997; Alves *et al.*, 1998). Nos séculos XVI e XVIII há registos da loiça de Aveiro chegar, por via marítima, à cidade do Porto (Leão, 1993: 52; Capela, 1992).

A partir do Porto poderia tomar caminhos terrestres ou ser transportada por barco pelo rio Douro acima. Temos conhecimento que no século XVII, havia loiça de S. Martinho de Mouros e Barrô que chegava ao Porto, possivelmente de barco (Silva, 1988, II: 885). Poderia ser realizado o caminho inverso, com barcos carregados de loiça de Aveiro. Se escolhessem o caminho terrestre, provavelmente seria efectuada pelos diversos almocreves, já referidos.

5.10. Comparação com outros centros produtores

Resta-nos agora comparar a cerâmica preta exumada nas escavações do Mosteiro de São João de Tarouca com a cerâmica preta recolhida noutros sítios arqueológicos, de cronologia semelhante.

Estudado por Manuela Ribeiro (2003), temos o espólio do centro produtor de Coimbrões, no Porto. Analisando o gráfico podemos observar que estamos perante um centro produtor com um repertório de formas não muito alargado. Quase todas se destinavam a fins culinários.

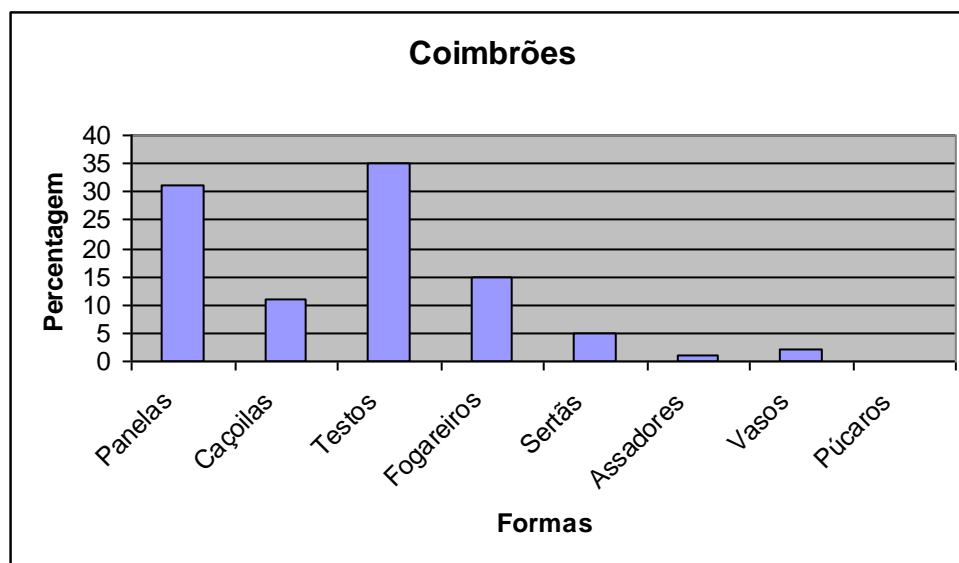


Gráfico 1 – Repertório de formas e sua representação no centro produtor de Coimbrões (Ribeiro, 2003: 102).

Em Coimbrões, a forma mais registada é o testo com uma prevalência de 35%. Curiosamente, é uma forma pouco representada nos estratos arqueológicos por nós estudados. Encontramos apenas um testo pertencente ao grupo de pasta 3, estando representados em maior número no grupo de pasta 2.

Não conseguimos perceber a ausência desta forma na pasta 1. Na visita que realizámos a Lamego encontrámos alguns exemplares, correspondentes a esta pasta, excluindo a hipótese de se tratar de uma forma não produzida. Será que os monges não tinham por hábito cobrir as suas panelas e caçoilas aquando da preparação dos alimentos? Preferiam utilizar os testos da pasta 2 para o efeito? Poderiam optar por cobrir somente peças destinadas a conservar bens, como os cântaros e as talhas? Ou simplesmente recorriam a testos feitos de materiais perecíveis, como a madeira?

Outro importante sítio arqueológico é a Casa do Infante (Barreira *et al.*, 1998). Neste caso temos dois grupos de pasta. A pasta 1, menos compacta e a pasta 2, mais compacta, originária do centro produtor do Prado (Barreira *et al.*, 1998).

O repertório observado, na Casa do Infante, referente à pasta 1 é bastante reduzido. Com apenas três formas, as panelas são as mais representadas com 64% das peças. Seguem-se as caçoilas com uma presença de 25% e os testos com apenas 7%. Os restantes 3% correspondem a formas não identificadas (Barreira *et al.*, 1998: 176).

A pasta 2 apresenta o mesmo número de formas. As panelas com 82% predominam nos contextos arqueológicos. As bilhas e as caçoilas perfazem 10% do total de peças, com 5% cada uma. As formas não identificadas perfazem os restantes 8% (Barreira *et al.*, 1998: 178).

Ambos os grupos de pasta referidos registam um repertório reduzido de formas, onde predominam as peças destinadas a ir ao fogo. No que diz respeito à pasta 1, essa imagem poderá aproximar-se da realidade do centro produtor. O repertório registado poderia corresponder à quase totalidade das formas produzidas. No entanto, em relação à pasta 2, sabemos que o Prado produzia mais formas do que as representadas nos estratos arqueológicos, como alguidares, cântaros, púcaros, entre outras (Fernandes, 2012: 428, 759). Aliás, nas escavações da Casa do Infante surgem cântaros, alguidares e tigelas, provenientes do Prado, mas elaborados com cerâmica vermelha (Barreira *et al.*, 1998: 168). Nas cerâmicas vermelhas atribuídas ao centro produtor de Ovar, o repertório de formas alarga-se. Predominam as tigelas, cântaros e alguidares (Barreira *et al.*, 1998:169).

Verifica-se, portanto, na Casa do Infante, uma preferência por cerâmica preta nas peças destinadas a ir ao fogo e uma preferência por cerâmica vermelha para as restantes funcionalidades.

No Mosteiro São João de Tarouca o abastecimento de cerâmica decorria de outro modo. Assim como na Casa do Infante e em Coimbrões, nas pastas 1, 3, 4 e 5 regista-se uma predominância de formas, de cerâmica preta, destinadas a ir ao fogo. No entanto, a pasta 2 é capaz de desempenhar mais funcionalidades e as suas peças são escolhidas pelos monges para tal. No Mosteiro de São João de Tarouca a cerâmica preta não é destinada exclusivamente à cozinha. As peças da pasta 2 desempenhavam todas as funções necessárias na vida quotidiana da comunidade monástica, sem ser necessário recorrer a cerâmicas vermelhas de centros produtores mais distantes.

6. Identificação dos Centros Produtores

Concluídos os capítulos referentes à tipologia e à análise e interpretação dos dados, resta-nos tentar identificar os centros produtores responsáveis pelo fabrico das peças.

Com o objectivo de obter paralelos para as peças em estudo, foi necessário recorrer à diversa bibliografia sobre o tema. Começámos por pesquisar os diversos centros produtores de cerâmica preta e a sua geografia (Figura 19) (Fernandes, 1997b e 1997c). Posto isto, consultámos bibliografia específica sobre os centros produtores do Prado (Fontes; Fernandes; Castro, 1998; Barreira *et al.*, 1998), Coimbrões (Ribeiro, 1997, 2003, 2008), Aradas (Rodrigues, 1997), Aveiro (Alves, 1997; Alves *et al.*, 1998), Miranda do Corvo (Monteiro, 1907; Pimenta, 1933), Molelos (Correia, 1975 e 1982; Abraços; Diogo, 1997 e 1997a), Ribolhos (Correia, 1980; Correia, 1997b), Paus (Correia, 1980, 1997, 1998), Calvelhe (Rodrigues, Mascarenhas, 1997), Bisalhães (Mondrões) (Ribeiro, 1970; Dinis, 2000; Dinis, Amaral, 2003; Fernandes, 2009 e 2009a), Vilar de Nantes (Martins, 1984; Fernandes, 1997a, Vilas Boas, 1952) e Gondar (Amaral; Dinis, 1997 e 1997a). Recorremos igualmente à bibliografia geral sobre cerâmica preta, como as obras de Temudo (1905), Tobias Werner (1988) e Lepierre (1912). A observação de alguns catálogos de peças, como a obra “*As mais antigas colecções de olaria portuguesa: Norte*” de Isabel Fernandes (2012a), não foi deixada de parte. Por fim, demos atenção à colecção de desenhos de peças de olaria, encontrados no espólio de Manuel Monteiro (Nunes; Fernandes, 1998). Para alguns locais de produção de cerâmica preta, como Selhariz, Gove e Acende foi mais difícil encontrar bibliografia que nos permitisse comparar com as peças em estudo.

Para além da bibliografia, complementámos a nossa pesquisa, por paralelos, com a observação de conjuntos de cerâmica preta, provenientes de algumas escavações. Tivemos acesso aos espólios das escavações realizadas nos Mosteiros de São Martinho de Tibães e Santo André de Rendufe (Amares), ambas da responsabilidade de Luís Fontes. Foi-nos igualmente permitida a observação da cerâmica preta presente nas reservas do Museu D. Diogo de Sousa, proveniente de diversas escavações

arqueológicas realizadas na cidade de Braga. Nestes sítios arqueológicos, como seria de esperar, predomina a cerâmica preta do Prado (Figura 18) (Fontes; Fernandes; Castro, 1998; Barreira *et al.*, 1998), que apresenta diferenças significativas, ao nível das pastas e morfologias, em relação às cerâmicas por nós estudadas.

Visitámos ainda o Museu da Vila Velha, em Vila Real, para observar a cerâmica preta exumada nas escavações realizadas na Vila Velha. Também aqui não se encontraram paralelos para as peças em estudo.

Das visitas realizadas, apenas encontrámos paralelos na cerâmica preta recolhida na escavação da Casa do Poço, em Lamego, da responsabilidade de Ricardo Teixeira. Neste conjunto cerâmico encontrámos paralelos para os grupos de pasta 1, 2, 3 e 5. Observámos que, aproximadamente 70% dos fragmentos mostra pasta semelhante ao grupo de pasta 1. Os grupos de pasta 2 e 3 estão representados, cada um, em 10% dos fragmentos da amostra. Ao grupo de pasta 5 correspondem 5% do total de fragmentos. Os restantes 5% pertencem a outros grupos de pasta, não identificados por nós.

No que diz respeito ao grupo de pasta 1, não encontrámos nenhum paralelo na bibliografia consultada. Registam-se algumas semelhanças em relação às formas actualmente produzidas em Paus e mesmo com peças de origem etnográfica (Correia, 1997: 56-57; Picon *et al.*, 1998; Fernandes, 2012: 251-261). No entanto, existem pequenas diferenças morfológicas, ao nível dos bordos e perfis das peças, e decorativas que acreditamos terem grande significado.

As peças com maior grau de semelhança, às do grupo de pasta 1, foram encontradas no espólio cerâmico recolhido nas escavações da Casa do Poço. Aqui encontramos peças enquadráveis nos grupos de fabrico A.1.1 e A.2, por nós criados (Figuras 20 e 21).

A elevada presença registada (60%), em Lamego, pelo grupo de pasta 1 leva-nos a pensar que a sua produção se localizava na cidade ou nas proximidades.

Quanto à possível existência de um centro produtor em Lamego, conta-nos Gonçalves da Costa (1980, I: 510) que a actual Rua da Olaria, em Lamego, se denominou “Rua dos Oleiros” até, pelo menos, 1405. Chega mesmo a referir o nome e morada de alguns oleiros. Diz-nos que, a 3 de Março de 1362, Gonçalo morava acima da ponte sobre o Coura, em casas que tinham pertencido a Martin Anes (Costa, 1980, I: 510). Ora, o rio Coura nasce na Serra das Meadas, passando por Lamego,

nomeadamente em frente à Sé, e desagua no rio Balsemão. Não sei a que ponte se refere o autor, porque antes de encanarem o rio existiam varias pontes em Lamego, que permitiam atravessar o Coura. Possivelmente, trata-se da ponte da Olaria que se situava mesmo em frente ao antigo Hospital da Misericórdia, hoje Teatro Ribeiro Conceição (Laranjo, 1989: 22-23; Laranjo, 1993: 48-49). Sem grandes dúvidas, podemos afirmar que este oleiro morava em Lamego, numa casa próxima da Rua da Olaria.

Gonçalves da Costa (Costa, 1980, I: 510) refere ainda João Domingues, originário de Valdigem, que exerceu a profissão de oleiro entre 1415 e 1424. Por fim, menciona Gonçalo Vaz que possuía um souto em Arneirós e terá sido referenciado como oleiro no ano de 1480 (Costa, 1980, I: 510).

A cidade de Lamego dista de Valdigem, cerca de 7,5km e de Arneirós, cerca de 2,5km. Ou seja, Lamego é mais próximo para ambas as localidades do que qualquer outro centro produtor conhecido. Provavelmente existiram oleiros a produzir em Lamego, desde 1362 até 1480. Sabemos que os centros oleiros de S. Martinho de Mouros e Queimadela produzem cerâmica desde os séculos XIII e XV, respectivamente (Fernandes, 2012: 59; Costa, 1980, I: 510). Mantiveram-se activos, pelo menos, até ao século XVIII (Fernandes, 2012: 265; Lepierre, 1912:32 e 47). É provável que a produção cerâmica de Lamego tenha tido percurso idêntico.

Ainda o mesmo autor, Gonçalves da Costa (1982, III: 308), informa que, no século XVII, os cântaros de Queimadela, com capacidade para 1 almude, tinham o preço tabelado a 30 reis. O mesmo preço pagava-se na compra de um cântaro de louça branca de Lousa de Lordelo, em S. Martinho de Mouros (Costa, 1982, III: 308). Porém, em Lamego o preço máximo de um cântaro de alqueire e meio era de 8 reis (Costa, 1982, III: 308).

Esta diferença de preço é no mínimo estranha. A mesma forma, com maior capacidade, custava menos de um terço do preço em Lamego? Será que o autor se enganou no ano, preço ou medida de capacidade? Não sabemos, mas vamos partir do princípio que o autor estará correcto. Se assim for, esta diferença de preço é uma informação bastante importante. Leva-nos a pensar que os oleiros de Queimadela e de Lousa de Lordelo, dificilmente se deslocariam a Lamego para vender a sua produção a um preço reduzido. Acreditamos que os cântaros, a que se refere Gonçalves da Costa (1982, III: 308), vendidos em Lamego a 8 reis, seriam produção da própria cidade.

Resumindo, é muito provável que as peças correspondentes ao grupo de pasta 1 sejam provenientes do centro produtor de Lamego. No entanto, não podemos excluir a hipótese de algumas peças ou grupos de fabrico, serem produções de São Martinho de Mouros. Foi um importante centro produtor na região, cuja cerâmica chegava aos mercados de Lamego (Fernandes, 2012: 266)

Não conseguimos encontrar paralelos para as peças pertencentes ao grupo de pasta 3 em nenhuma bibliografia consultada. O mesmo sucedeu nas visitas que realizámos, para observar espólio arqueológico, a Braga, Porto e Vila Real.

Como já referido, os paralelos foram apenas registados nos materiais recolhidos na escavação da Casa do Poço, em Lamego. Aqui, aproximadamente 15% do total da cerâmica preta exumada correspondia ao grupo de pasta 3.

Muito provavelmente, o centro produtor deste tipo de pasta localizava-se relativamente próximo do Mosteiro de São João de Tarouca e de Lamego. Possivelmente é proveniente dos centros produtores mais próximos, como Queimadela, Lamego ou S. Martinho de Mouros.

Uma vez mais, através de Gonçalves da Costa (1982, III: 308) ficamos a saber que, no século XVII, em Lousa de Lordelo, S. Martinho de Mouros, se fabricavam cântaros e púcaros brancos, que eram vendidos ao preço dos de Queimadela. Isabel Fernandes (2012: 591) também se admira com esta referência a louça branca, colocando a hipótese de se tratar de louça preta que, por vezes, fica com cor cinza clara.

Poderá o grupo de pasta 3 corresponder à louça branca de S. Martinho de Mouros, da qual nos fala Gonçalves da Costa (1982, III: 308)? Nas peças estudadas por nós, temos alguns púcaros e cântaros de cor cinzenta clara, alguns quase brancos, mas também panelas, incluídos no grupo de pasta 3. Podem, possivelmente, corresponder à produção referida pelo autor (Costa, 1982, III: 308). A sua presença nos estratos arqueológicos do mosteiro enquadra-se com a cronologia fornecida por Gonçalves da Costa (1982, III: 308). Inicia-se na 2ª Metade do século XVII, atingindo o auge no 1º quartel do século XVIII, com quase 80% das peças enquadradas neste último período. Após o século XVIII, praticamente desaparece dos contextos arqueológicos.

É, sem dúvida, um possível local de produção para o referido grupo de pasta. No entanto, por agora, pouco se conhece acerca da produção cerâmica da zona. Só com escavações em S. Martinho de Mouros, Lamego e Queimadela e respectivo estudo dos materiais, podemos atribuir, com segurança, um centro produtor às peças.

Uma vez mais, não encontramos nenhuns paralelos, na bibliografia consultada, para as peças incluídas no grupo de pasta 2. Nos diversos espólios arqueológicos observados, apenas se registaram paralelos em Lamego. Nos materiais recolhidos na escavação da Casa do Poço, 15% dos fragmentos apresenta pasta semelhante ao grupo de pasta 2 (Figura 22).

O centro produtor localizava-se, muito provavelmente, próximo do Mosteiro de São João de Tarouca e de Lamego. No entanto, poderia tratar-se de um centro produtor com uma localização mais afastada, uma vez que as pastas e as formas apresentam diferenças notórias em relação às produções de Lamego e Paus (Correia, 1980b, 1997 e 1998).

Como já referido, não conseguimos encontrar paralelos nas produções cerâmicas de centros produtores conhecidos. Ainda colocámos a hipótese de se tratarem de produções de Miranda do Corvo, já que a sua loiça poderia chegar ao mosteiro juntamente com a faiança de Coimbra. No entanto, é pouco provável que chegasse a Lamego em grandes quantidades. Além do mais, a forma dos cântaros é completamente diferente (Pimenta, 1933; Madail, 1968: n.º23; Nunes; Fernandes, 1998: 22).

Restam-nos as hipóteses de Molelos e Queimadela. É possível que a loiça da pasta 2 seja proveniente de Molelos. Era um centro produtor pujante, com um repertório alargado de formas, assim como o do grupo de pasta 2. Conseguia abastecer uma grande área, chegando mesmo a abastecer Lisboa no século XIX (Temudo, 1905: 159; Madail, 1968: n.º33; Abraços; Diogo, 1997a). Podia muito bem abastecer Lamego. Porém, as suas peças eram elevadas ao torno e não na roda baixa, como aparentam ter sido elevadas as peças incluídas no grupo de pasta 2.

Uma característica da pasta 2 é apresentar o cerne das pastas com cores avermelhadas. Porém, nos relatórios de escavação realizadas na cidade de Viseu, apenas encontramos peças com o cerne de cores cinzentas e de aparência diferente às incluídas no grupo de pasta 2. Já Lepierre (1912: 35), no seu estudo químico, refere que as cores das peças de Molelos são cinzentas e que dificilmente ficam vermelhas. Por outro lado, Temudo (1905: 158 e 160), conta-nos que Molelos produzia cerâmica preta, mas que também produzia vasos de cor vermelha, bastando, para isso, não cobrir a soenga no final da cozedura.

A outra hipótese é Queimadela, um centro produtor algo desconhecido, mas existente, pelo menos, desde 1456 (Costa, 1980, I: 510). No século XIX ainda é referido, por Lepierre (1912: 32), como produtor de cerâmica preta, mas já sem grande importância.

Será que já produzia cerâmica preta no século XV? A preferência cultural por cerâmica preta, registada na região, leva-nos a pensar que sim.

O centro produtor de Queimadela deve ter rivalizado com São Martinho de Mouros, já que os seus fornos de telha eram os mais afamados da região, assim como os da Várzea (Costa, 1980, I: 510). No seu repertório de peças incluíam-se os cântaros, púcaros, trinchos, tigelas, servidores, fogareiros, infusas, alguidares, salgadeiras, talhas briadas e assadores (Costa, 1980, I: 510).

Como anteriormente referimos, o preço cobrado pelos cântaros de Queimadela e Lousa de Lordelo, em São Martinho de Mouros, era superior aos cântaros vendidos em Lamego. Muito provavelmente estes dois centros produtores fabricavam loiça de qualidade superior à vendida em Lamego. No espólio recolhido na Casa do Poço vimos que predominavam peças com pasta muito semelhante ao grupo de pasta 1. É uma pasta contendo mais elementos não plásticos e de maior calibre, o que origina uma pasta mais porosa e de menor qualidade. Provavelmente os seus cântaros não teriam grande qualidade. A prova disso é que não identificamos nenhuma forma da pasta 1 como cântaro. No nosso caso, as pastas com maior qualidade são a 2 e a 3. No entanto, apenas na pasta 2 se regista a forma prato/trincho, que vem referida na documentação (Costa, 1982, III: 308) sobre a produção de Queimadela, o que nos leva a pensar que a pasta 2 fosse proveniente desse centro produtor.

Os dados que possuímos apontam mais na direcção de estarmos perante produções de Queimadela. Os pontos contra são o facto de, na documentação, não surgirem todas as formas associadas ao grupo de pasta 2 (Costa, 1980, I: 510). Porém, pode facilmente ter produzido todas as formas identificadas, uma vez que é um centro produtor pouco estudado ao contrário de Molelos, embora este último tenha poucos ou nenhuns estudos arqueológicos que nos possam auxiliar. A outra questão prende-se com o tipo de pasta. Os centros produtores próximos, Lamego, Ribolhos, São Martinho de Mouros, produziam todos loiça cinzenta. O facto da pasta 2 apresentar cerne sobretudo de cor vermelha, em vez de cinzenta, pode dever-se à geologia da região.

Acreditamos que as peças pertencentes ao grupo de pasta 2 fossem produzidas em Queimadela. No entanto, no actual panorama de estudos sobre a cerâmica preta, não

passa de uma mera hipótese. Será necessário mais trabalho arqueológico com respectivo estudo para comprovar ou refutar a hipótese colocada.

Não nos foi possível identificar o(s) centro(s) produtor(es) para os grupos de pasta 4 ou 5. Não conseguimos encontrar paralelos na bibliografia consultada, nem nas diversas visitas a espólios arqueológicos que realizamos, como Vila Real, Braga ou Porto. Apenas em relação ao grupo de pasta 5 registámos paralelos nas peças da Casa do Poço, em Lamego. Colocamos a hipótese de se tratarem de produções locais ou regionais, relativamente próximas de São João de Tarouca e Lamego.

As peças incluídas no grupo de pasta 6 apresentam paralelos com as cerâmicas de Aveiro recolhidas na escavação da embarcação quinhentista Rio de Aveiro A. No nosso caso apenas possuímos os pratos de morfologia típica de Aveiro. É mais frequente encontrá-los com pastas vermelhas, bem cozidas em ambiente oxidante. Aliás, estes últimos exemplares também chegam ao Mosteiro de São João de Tarouca. No entanto, no nosso caso, os pratos mostram tons mais escuros, com cores próximas do castanho (Alves, 1997; Alves *et al.*, 1998).

Não conseguimos atribuir proveniência às peças incluídas nos grupos de pasta 7 e 8. A qualidade das pastas e a riqueza decorativa, parece apontar para peças de excepção e não utilitárias. Se assim for, é possível que os centros produtores destas peças se localizassem a distâncias superiores à maioria dos outros centros oláricos que abasteciam o Mosteiro de São João de Tarouca, com cerâmica preta.

Conclusão

Com o estudo das cerâmicas pretas, recolhidas nas escavações do Mosteiro de São João de Tarouca, foram definidos 8 grupos de pasta. É provável que a cada grupo de pasta corresponda um centro produtor. Teríamos assim, um máximo de 8 centros produtores que abasteciam o mosteiro com a sua cerâmica preta. No entanto, nem todos o abasteciam com a mesma quantidade. Regista-se uma maior presença de peças atribuídas aos grupos de pasta 1 e 2. Seriam os principais fornecedores de cerâmica preta do mosteiro. Os centros produtores das pastas 3, 4 e 5, embora importantes, já não tinham o peso dos dois primeiros. Os restantes centros produtores registam percentagens residuais.

No nosso estudo tentámos identificar alguns destes centros produtores. Nos estratos arqueológicos do Mosteiro de São João de Tarouca foi registada uma presença, de cerca de 38,8%, de peças pertencentes ao grupo de pasta 1. No espólio cerâmico das escavações arqueológicas realizadas na Casa do Poço, esta presença sobe para 70%. Se, a isso, adicionarmos as referências bibliográficas que referem a presença de oleiros em Lamego e nas proximidades (Costa, 1982, I: 510), assim como a toponímia da Rua da Olaria, podemos concluir que, com algum grau de confiança, existiu um centro produtor de cerâmica preta em Lamego. Acrescenta-se assim, um novo centro produtor de cerâmica preta, aos restantes já conhecidos, para o território nacional.

Por certo que o centro produtor S. Martinho de Mouros não conseguia abastecer toda a região, o que justificaria a existência de um centro produtor em Lamego, que teria um vasto número de potenciais clientes, com os habitantes de Lamego e arredores.

As características técnicas das pastas tinham uma grande influência na produção do centro produtor e no seu potencial, já que poderiam determinar um repertório mais curto ou mais alargado. Os centros produtores com um alargado repertório, tendem a ganhar mais importância que centros produtores de reduzido repertório. Nestes casos é provável que a sua área de comercialização fosse superior à dos restantes. O alargado

repertório conseguia satisfazer mais necessidades da clientela e assim aumentavam o seu potencial comercial.

Nas de menor qualidade, como são a pasta 1, 3, 4 e 5 nota-se este repertório mais reduzido, onde predominam peças destinadas ao uso do fogo. Por outro lado, na pasta 2, regista-se um alargado repertório, com peças destinadas a ir ao fogo, a conter líquidos e ir à mesa. Mesmo que os grupos de pasta 1, 3, 4 e 5 produzissem peças destinadas a ir à mesa e a conter líquidos, a preferência dos clientes, para essa função, recaía sobre a pasta 2, que é mais compacta, mais impermeável e origina peças com superfícies mais suaves ao toque.

As peças atribuídas ao grupo de pasta 2 seriam provenientes de um importante centro produtor. Nós, baseados nas peças estudadas, suas características técnicas, formais e funcionais, mas também na bibliografia, apontamos para Queimadela como uma provável localização deste centro produtor.

Devido às características técnicas da pasta e à diversidade das formas adaptavam-se às diversas necessidades da vida quotidiana. Este alargado repertório de formas é pouco comum nos centros produtores de cerâmica preta. Só para os mais importantes centros produtores de cerâmica preta são conhecidas tantas formas (Fernandes, 2012: 759 - 761). Em Molelos, regista-se ainda uma vasta abrangência geográfica das peças, que chegam a ser vendidas em Lisboa (Temudo, 1905: 159; Madail, 1968: nº33).

Há possibilidades das peças da pasta 2 serem comercializadas a distâncias consideráveis. Talvez não tanto como Molelos, mas superiores à maioria dos centros produtores de loiça preta.

Este trabalho permitiu-nos ainda, perceber a abrangência geográfica da cerâmica preta. Verificámos que não seria muito alargada. No nosso caso, mais de 90% das cerâmicas é proveniente de centros produtores localizados a menos de 40km de distância. Como se tratam de cerâmicas comuns e utilitárias procuravam adquiri-las o mais próximo possível. Quanto maior fosse a distância, mais alto seria o preço a pagar pelo transporte, o que encarecia um produto que não era de luxo.

Dos centros produtores identificados, só Aveiro ultrapassaria esta distância. No entanto, as cerâmicas pretas viriam juntamente com as vermelhas desse centro produtor.

A preferência de aquisição está ligada à funcionalidade. Se tivessem próximo, cerâmicas capazes de satisfazer todas as suas necessidades, escusavam de adquirir a outros centros produtores mais distantes. Esta situação regista-se no Mosteiro de São João de Tarouca. Por exemplo, na Casa do Infante, a cerâmica preta está representada apenas por caçoilas, púcaros, panelas, testos e bilhas. Algumas formas como alguidares e cântaros apenas encontramos em cerâmica vermelha (Barreira *et al.*, 1998).

No caso do Mosteiro de São João de Tarouca abastecia-se de alguidares e cântaros pretos. Por certo que desempenhavam bem as funções que lhes eram destinadas. Provavelmente saíam a um preço mais barato do que a loiça de Aveiro e poderiam abastecer-se mais comodamente. As produções de Aveiro só chegam ao mosteiro por gosto de ter cerâmica vermelha de Aveiro e não para cumprir uma funcionalidade que não era cumprida pela cerâmica preta da região.

Uma das dificuldades sentidas no estudo da cerâmica preta é a continuidade registada ao nível das pastas, tratamentos de superfície, formas e decorações. Tratando-se de pequenas olarias de cariz familiar, o saber fazer ia passando de pais para filhos. Poucas alterações ocorreram ao longo do tempo.

Apesar da dificuldade referida, é necessário dar uma maior atenção à cerâmica comum em geral e em especial à cerâmica preta. Se conseguirmos definir as pequenas alterações que ocorrem na sua produção, tornam-se indicadores cronológicos muito mais fiáveis do que as cerâmicas de excepção, uma vez que o ciclo de vida é bastante inferior. Para além disso, permitem-nos perceber melhor o quotidiano das comunidades, uma vez que são as cerâmicas mais utilizadas e para quase todas as funcionalidades.

Seria também importante realizar escavações em locais de conhecidos centros produtores. Assim ter-se-ia um melhor conhecimento sobre as características das peças desses centros e ajudaria na identificação da proveniência de material cerâmico, recolhido em escavação.

Bibliografia

Cartografia

Carta Militar de Portugal (1997), escala 1/25 000, Folha n.º 148, Moimenta da Beira. 3ª Edição. Instituto Geográfico do Exército.

Carta Geológica de Portugal (1987), escala 1/50 000, Folha 14-B, Moimenta da Beira. Instituto Geográfico e Cadastral.

Fontes escritas

Auto de Inventário do Mosteiro de S. João de Tarouca (1834). Arquivo Nacional Torre do Tombo. Arquivo Histórico do Ministério das Finanças. Caixa n.º 2255.

Fontes impressas

ABRAÇOS, Hélder; DIOGO, João Manuel. Molelos. In *A louça preta em Portugal: Olhares cruzados*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais, 1997. pp.62-66.

ABRAÇOS, Hélder; DIOGO, João Manuel. O transporte da louça negra de Molelos. In *A louça preta em Portugal: Olhares cruzados*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais, 1997a. pp.97-100.

ALARCÃO, Jorge de. *Cerâmica comum local e regional de Conimbriga*. Coimbra: Biblos, 1974.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de. *Vias medievais: Entre Douro e Minho*. Dissertação de Licenciatura em História, Faculdade de Letras do Porto, 1968.

ALVES, Francisco J. S.. Os destroços do navio do séc. XV: Ria de Aveiro A. In *A louça preta em Portugal: Olhares cruzados*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais, 1997. pp.85-86.

ALVES, Francisco J. S.; RODRIGUES, Paulo J. P.; GARCIA, Catarina; ALELUIA, Miguel. A cerâmica dos destroços do navio dos meados do século XV, Ria de Aveiro A e da zona Ria de Aveiro B. Aproximação tipológica preliminar. In *Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval, 2, Tondela, 1995*. Tondela: Câmara Municipal, 1998. pp.185-210.

AMARAL, Paulo; DINIS, António Pereira. Cerâmica negra de Vila Seca, Gondar (Amarante): olaria tradicional portuguesa. In *Encontro de Olaria tradicional, 1, Matosinhos, 1995*. Matosinhos: Câmara Municipal, 1996. pp.95-108.

AMARAL, Paulo; DINIS, António Pereira. Gondar. In *A A louça preta em Portugal: Olhares cruzados*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais, 1997. pp.51-53.

AMARAL, Paulo; DINIS, António Pereira. O centro oleiro de Gondar: o tempo e as formas. In *Encontro de Olaria tradicional de Matosinhos, 3, Matosinhos, 1997*. Matosinhos: Câmara Municipal, 1998. pp.88-115.

AMARAL, Paulo; DINIS, António Pereira. Um olhar sobre a olaria de Gondar (Amarante), a partir da documentação judicial. In *Cerâmica Medieval e Pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo, 4, Tondela, 2000*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, 2008. pp.471-488.

AZEVEDO, Joaquim de Azevedo. *História eclesiástica da cidade e bispado de Lamego*. Porto: Tipografia do Jornal do Porto, 1877.

BALFET, Hélène; FAUVET-BERTHELOT, Marie-France; MONZON, Susana. *Pour la normalisation de la description des poteries*. Paris: Editions du Centre National de Recherche Scientifique, 1983.

BARREIRA, Paula; DORDIO, Paulo; TEIXEIRA, Ricardo. A presença de louça preta no mercado do Porto: sécs. XVI a XVIII. In *A louça preta em Portugal: Olhares cruzados*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais, 1997. pp.87-93.

BARREIRA, Paula; DORDIO, Paulo; TEIXEIRA, Ricardo. 200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do século XVI a meados do século XVIII. In *Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval, 2, Tondela, 1995*. Tondela: Câmara Municipal, 1998. pp.145-184.

BARROCA, Mário Jorge. Centros oleiros de Entre-Douro-e-Minho (séc. XIII): contributo para o seu inventário e cartografia. *Arqueologia Medieval*. 1987, Nº2, pp.625-638.

BARROCA, Mário Jorge. *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Vol II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

BARROCA, Mário Jorge; SEBASTIAN, Luís, CASTRO, Ana Sampaio. Um «anel de oração» do século XIII no Mosteiro de S. João de Tarouca. *Arqueologia Medieval*. 2008, Nº10, pp.145-158.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário português e latino...* 10 Vol. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

CAPELA, José Viriato. *Exportação de louça de Prado para a Galiza 1750-1830*. Barcelos: Museu de Olaria, 1992.

CARNEIRO, Eugénio Lapa. *Encrespado: técnica de decoração cerâmica*. Barcelos: Câmara Municipal; Museu de Olaria, 1989.

CASTRO, Ana Sampaio. *Cerâmica Europeia de Importação no Mosteiro de S. João de Tarouca (Séculos XV-XIX)*. Dissertação de mestrado em História e Arqueologia da Expansão Portuguesa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2009.

CASTRO, Ana Sampaio; SEBASTIAN, Luís. A intervenção arqueológica no mosteiro de S. João de Tarouca: 1998-2001. *Estudos-Património*. 2002, Nº2, pp.33-42.

CASTRO, Ana Sampaio; SEBASTIAN, Luís. Mosteiro de S. João de Tarouca: 700 anos de História da cerâmica. *Estudos-Património*. 2002a, Nº3, pp.165-177.

CASTRO, Ana Sampaio; SEBASTIAN, Luís. A faiança de revestimento dos séculos XVII e XVIII no Mosteiro de S. João de Tarouca (Intervenção arqueológica 1998-2001). *Estudos-Património*. 2003, Nº4, pp.168-179.

CASTRO, Ana Sampaio; SEBASTIAN, Luís. A componente de desenho cerâmico na intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 2003a, Vol. 6, Nº2, pp.545-560.

CASTRO, Ana Sampaio; SEBASTIAN, Luís. A componente de conservação cerâmica na intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998-2002. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 2004, Nº1, pp.653-669.

CASTRO, Ana Sampaio; Catarino, Lídia; SEBASTIAN, Luís. Materiais líticos no quotidiano do Mosteiro de São João de Tarouca. *Património/Estudos*. 2004, Nº7, pp.112-124.

CASTRO, Ana Sampaio; SEBASTIAN, Luís. Dados para o estudo da estratégia de implantação do Mosteiro de S. João de Tarouca. *Estudos-Património*. 2005, Nº8, pp.203-211.

CASTRO, Ana Sampaio; SEBASTIAN, Luís. A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998 - 2006. In *Actas do Seminário Internacional Tarouca e Cister - Homenagem a Leite de Vasconcelos, 2, Tarouca, 2006*. Tarouca: Câmara Municipal, 2006. pp.125-166.

CASTRO, Ana Sampaio; SEBASTIAN, Luís. Uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do Mosteiro Cisterciense de S. João de Tarouca. *Revista de História da Arte*. 2007, Nº4, pp.142-171.

CORREIA, Alberto. Barros negros de Molelos. *Beira Alta*. 1975, Vol.34: Fasc.4, pp. 355-391.

CORREIA, Alberto. Barristas populares de Ribolhos: Castro Daire: Mestre Albino e Mestre Zé Maria. *Beira Alta*. 1980, Vol.39: Fasc.3-4, pp.409-425.

CORREIA, Alberto. O último oleiro de Fazamões. *Beira Alta*. 1980a, Vol.39: Fasc.1/2, pp.241-275.

CORREIA, Alberto. *Barristas populares de Molelos, Tondela: Mestre António Vista*. Viseu: Assembleia Distrital de Viseu, 1982.

CORREIA, Alberto. Barros negros de Fazamões. In *A louça preta em Portugal: Olhares cruzados*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais, 1997. pp.56-57.

CORREIA, Alberto. O assador de castanhas. In *A louça preta em Portugal: Olhares cruzados*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais, 1997a. pp.109.

CORREIA, Alberto. Os oleiros de Ribolhos. In *A louça preta em Portugal: Olhares cruzados*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais, 1997b. pp.58-59.

CORREIA, Alberto. *Joaquim Ribeiro Alvelos: um barrista em Fazamões*. Viseu: ed. autor, 1998.

COSTA, M. Gonçalves da. *História do Bispado e cidade de Lamego: Idade Média, a mitra e o município*. Vol. I. Lamego: [s.n.], 1980.

COSTA, M. Gonçalves da. *História do Bispado e cidade de Lamego: Renascimento I*. Vol. III. Lamego: [s.n.], 1982.

DINIS, António Pereira. As olarias de São Tiago de Mondrões no século XVIII. *Estudos Transmontanos e Durienses*. 2000, N°9, pp.95-144.

DINIS, António Pereira. Manuel Rodrigues, oleiro em Parada: contribuição para o estudo das olarias do Termo de Vila Real. *Olaria: estudos arqueológicos, históricos e etnológicos*. 2004, N°3, pp. 21-29.

DINIS, António Pereira; AMARAL, Paulo. Do presigo ao caldo: gostos e paladares na louça preta de Gondar. In *Encontro de Olaria Tradicional de Matosinhos*, 4, Matosinhos, 1998. Matosinhos: Câmara Municipal, 1999. pp.52-60.

DINIS, António Pereira; AMARAL, Paulo. Louça preta de Bisalhães. In *As Idades da Terra*. Lisboa: Instituto de Emprego e Formação Profissional, 2003. pp.60-65.

DINIS, António Pereira; AMARAL, Paulo. Gondar (Amarante): uma abordagem documental no estudo de um centro oleiro. In *Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela, 3, 1997. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, 2003a. pp.373-390.

DUARTE, Joaquim Correia. *Resende na Idade Média: notas e documentos*. Resende: Câmara Municipal de Resende, 2001.

FERNANDES, Almeida A.. Esparsos de História (sécs. XII e XIII). *Boletim da Casa Regional Beira-Douro*. 1970. Separata.

FERNANDES, Almeida A.. *Taroucae Monumenta Historica. Documenta*. Vol. I. Braga: Câmara Municipal de Tarouca, 1991.

FERNANDES, Isabel Maria. As olarias de Lanheses: um fenómeno de migração. In *A louça preta em Portugal: Olhares cruzados*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais, 1997. pp.45-47.

FERNANDES, Isabel Maria. Os pucareiros de Vilar de Nantes. In *A louça preta em Portugal: Olhares cruzados*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais, 1997a. pp.34-36.

FERNANDES, Isabel Maria. Os centros produtores: sua geografia. In *A Louça Preta em Portugal: Olhares cruzados*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais, 1997b. pp. 28 e 33.

FERNANDES, Isabel Maria. Locais de produção de louça preta. In *A Louça Preta em Portugal: Olhares cruzados*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais, 1997c. pp. 29-32.

FERNANDES, Isabel Maria. Selhariz: um fenómeno de migração. In *A Louça Preta em Portugal: Olhares cruzados*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais, 1997d. pp. 37-38.

FERNANDES, Isabel Maria. Oleiros de Bisalhães: as voltas que o barro dá = The potters of Bisalhães: the twists and turns of clay. In *A louça preta de Bisalhães: Mondrões, Vila Real = The black pottery of Bisalhães*. Vila Real; Barcelos: Museu de Arqueologia e Numismática; Museu de Olaria, 2009. pp.12-155.

FERNANDES, Isabel Maria. Palavras Prévias. In *A louça preta de Bisalhães: Mondrões, Vila Real = The black pottery of Bisalhães*. Vila Real; Barcelos: Museu de Arqueologia e Numismática; Museu de Olaria, 2009a. pp.7-8.

FERNANDES, Isabel Maria. *A louça preta em Portugal: Estudo histórico, modos de fazer e de usar*. Tese de Doutoramento em História com especialidade de Idade Contemporânea. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2012.

FERNANDES, Isabel Maria. *As mais antigas colecções de olaria portuguesa: Norte*. Barcelos; Vila Real: Museu de Olaria; Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real, 2012a.

FERNANDES, Rui. *Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas, 1531-1532*. Edição literária de Amândio Morais Barros. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2012.

FERREIRA, Narciso; SOUSA, M. Bernardo. *Notícia explicativa da Folha 14-B, Moimenta da Beira da Carta Geológica de Portugal, escala 1/50 000*. Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro/Departamento de Geologia, 1994.

FONTES, Luís; FERNANDES, Isabel; CASTRO, Fernando. Peças de louça preta decoradas com moscovite encontradas nas escavações arqueológicas do Convento de S. Martinho de Tibães. In *Actas das Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval, 2, Tondela, 1995*. Tondela: Câmara Municipal, 1998. pp.355-363.

HARRIS, Edward. C. *Principios de estratigrafía arqueológica*. Barcelona: Editorial Crítica, 1991.

JORGE, Virgolino Ferreira. Arquitectura, medida e número na igreja cisterciense de São João de Tarouca (Portugal). *Cistercium*. 1997, N°208, pp.431-456.

LARANJO, F.J. Cordeiro. *Lamego Antiga*. Lamego: Câmara Municipal, 1989.

LARANJO, F.J. Cordeiro. *Vultos e Ruas de Lamego*. Lamego: Câmara Municipal, 1993.

LEÃO, Manuel. Oleiros quinhentistas de Vila Nova. *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*. 1993, N°35, pp.47-52.

LEPIERRE, Charles. *Estudo químico e tecnológico sobre cerâmica portuguesa moderna*. 2ª Edição. Lisboa: Tip. Associação de Classe dos Compositores Tipográficos, 1912.

LEROUX-DHUYS, Jean-François. *Las abadías cistercienses, História e Arquitectura*. Paris: Ed. Konemann, 1999.

LIMA, Alexandra Cerveira; MILHAZES, Maria Cláudia; DORDIO, Paulo. Catálogo de peças. In *A louça Preta em Portugal: Olhares cruzados*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais, 1997. pp. 178-180.

MADAIL, António Gomes da Rocha. *Trajos e costumes populares portugueses do séc. XIX, em litografias de Joubert, Macphail e Palhares*. Lisboa: Edição Panorama, 1968.

MARQUES, Maria Alegria. *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Ed. Colibri, 1998.

MARTINS, Ana Maria Tavares. *As Arquitecturas de Cister em Portugal. A actualidade das suas reabilitações e a sua inserção no território*. Tese de Doutoramento. Escuela Técnica Superior de Arquitectura de la Universidad de Sevilla, 2011.

MARTINS, João Batista. Artesanato: a olaria em Vilar de Nantes. *Estudos Transmontanos*. 1984, N°2, pp.143-159.

MONTEIRO, Manuel. A loiça de Miranda do Corvo. *Portugalia*. 1907, T.2: Fasc.3, pp.431-438.

MOREIRA, Ab. Vasco. *Monografia do Concelho de Tarouca*. Viseu: Tipografia de "Jornal da Beira", 1924.

MOTA, Salvador Magalhães. O regime alimentar dos monges bernardos no final do século XVIII. In *Actas del Congreso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal, Ourense-Oseira, 17-20 Outubro de 1991*. [Zaragoza]: Monasterio de Osera, 1992. Vol. I. pp.677-698.

MUNSELL - *Soil color charts*. Baltimore: Macbeth, Division of Kollmorgen Instruments Corp, 1992.

NASCIMENTO, Aires Augusto. *Cister, documentos primitivos*. Tradução, introduções e comentários. Lisboa: Colibri, 1999.

NOLEN, Jeannete U. Smit. *Cerâmicas e vidros de Torre de Ares – Balsa*. Lisboa: Instituto Português de Museus; Museu Nacional de Arqueologia, 1994.

NUNES, Henrique Barreto; FERNANDES, Isabel Maria. Coleção de desenhos de peças de olaria encontrados no espólio de Manuel Monteiro. *Olaria: estudos arqueológicos, históricos e etnológicos*. 1998, N°2, pp.3-28.

ORTON, Clive; TYERS, Paul; VINCE, Alan. *Pottery in Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

PAGARÁ, Ana. Caracterização morfotipológica da arquitectura dos Cistercienses na região das Beiras. In *As Beiras e a presença de Cister – Espaços, Património edificado, Espiritualidade, Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões, 1, São Cristóvão de Lafões, [2005]*. São Cristóvão de Lafões: Sociedade do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2006. pp.53-64.

PARVAUX, Solange. *La céramique populaire du Haut-Alentejo*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

PÉREZ, José Carlos Calle. La arquitectura cisterciense: sus fundamentos. *Cistercium*. 1978, N°151, pp.275-289.

PICON, Maurice; ABRAÇOS, Hélder; DIOGO, João Manuel. Notes sur les ateliers de Fazamões (Resende), Portugal. In *Actas das Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval, 2, Tondela, 1995*. Tondela: Câmara Municipal, 1998. pp. 407-417.

PIMENTA, Belisário. Oleiros de Miranda do Corvo. *Arte e Arqueologia*. 1933, A.2: N°1, pp.1-46.

RAU, Virgínia. *Feiras Medievais portuguesas*. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 1983.

REIS, Jaime. Aspectos económicos de Viana do Castelo em 1840: um inquérito esquecido. *Estudos Contemporâneos*. 1981, N°2-3, pp.143-198.

RIBEIRO, Armando Augusto. *A olaria de Bisalhães*. Vila Real: Comissão Regional de Turismo da Serra do Marão, 1970.

RIBEIRO, Manuela C. Santos. A olaria de Coimbrões: documentação, memória e arqueologia. In *A louça preta em Portugal: Olhares cruzados*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais, 1997. pp.59-62.

RIBEIRO, Manuela C. Santos. *A olaria preta de Coimbrões, Vila Nova de Gaia: estudo arqueológico de um centro de produção cerâmica de época moderna e contemporânea*. Dissertação de mestrado em Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003.

RIBEIRO, Manuela C. Santos. A cozedura de olaria preta em Coimbrões segundo os dados da intervenção arqueológica na Rua da Soenga: Vila Nova de Gaia. In *Cerâmica Medieval e Pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo, 4, Tondela, 2000*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, 2008. pp.367-380.

RICE, Prudence M.. *Pottery Analysis. A sourcebook*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

RODRIGUES, Manuel Ferreira. A olaria de louça preta de Aradas. In *A louça preta em Portugal: olhares cruzados*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais, 1997. pp.68-71.

RODRIGUES, Miguel; MASCARENHAS, Ana. Calvelhe. In *A louça preta em Portugal: olhares cruzados*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais, 1997. pp. 38-40.

RODRIGUES, Miguel; REBANDA, Nelson. Centros oleiros do distrito de Bragança: olarias de Felgar e Larinho. In *Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval, 1, Tondela, 1992*. Tondela: Câmara Municipal, 1995. pp.207-220.

SEBASTIAN, Luís. *Proposta metodológica para o estudo da faiança portuguesa no Mosteiro de S. João de Tarouca: Da Restauração à Reforma Pombalina*.

Trabalho do Seminário em Arqueologia Moderna I, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007.

SEBASTIAN, Luís. *A produção oleira de faiança em Portugal (séculos XVI-XVIII)*. Dissertação de Doutoramento em História com especialidade de Arqueologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010.

SHEPARD, Anna O.. *Ceramics for the archaeologist*. Washington: Carnegie Institution, 1965.

SILVA, Francisco Ribeiro da. *O Porto e o seu termo (1580-1640): Os homens, as instituições e o poder*. Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1988.

SILVA, António Manuel; Ribeiro, Manuela. Cerâmica medieval das escavações no Castelo de Arouca. Ensaio de análise morfotipológica. *Portugalia*. 2006-2007, Vol. 27-28, pp. 69-88.

SOUSA, Élvio Duarte. *Ilhas de arqueologia: o quotidiano e a civilização material na Madeira e nos Açores (séculos XV-XVIII)*. Tese de Doutoramento em História com especialização em História Regional e Local. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.

TAPADINHAS, Maria Albertina. *O Almoxarifado de Lamego na Inquirição de D. Duarte: (1433-34)*. Viseu: SACRE – Fundação Mariana Seixas, 2007.

TEIXEIRA, Ricardo. *Relatório da intervenção arqueológica na Casa do Poço (Lamego)*. Texto policopiado. 2003.

TEMUDO, Fortunato Augusto Freire. *Estudo sobre o estado actual da Indústria cerâmica na 2ª circunscrição dos serviços técnicos da Indústria*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1905.

TOBIAS, Werner. *Arte tradicional em Portugal*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1988.

TORRE RODRÍGUEZ, J. I. A visão cisterciense do trabalho. In *Cister no Vale do Douro*. Santa Maria da Feira: GEHVID/Edições Afrontamento, 1999. pp.133-172.

TORRE RODRÍGUEZ, J. I. Evolução Histórica de Cister no Vale do Douro. In *Cister no Vale do Douro*. Santa Maria da Feira: GEHVID/Edições Afrontamento, 1999a. pp.69-116.

VASCONCELOS, Carolina Michaelis. Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal. *Revista Ocidente*, 1957. Separata.

VASCONCELOS, José Leite. *Memórias de Mondim da Beira*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1933.

VILAÇA, Raquel. *Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos Finais da Idade do Bronze*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1995.

VILAS BOAS, Joaquim Sellés Pais de. Notas de Cerâmica Popular: o centro oleiro de Vilar de Nantes. *Ethnos*. 1952, Vol.2, pp.348-359.